



DISQU  
PACIFICACAO

WhatsApp  
PACIFICACAO



<http://militaryreview.army.mil>

PB-100-16-03/04  
Headquarters, Department of the Army  
PIN: 1601302-000

Approved for public release; distribution is unlimited

# Military Review

REVISTA PROFISSIONAL DO EXÉRCITO DOS EUA

MARÇO-ABRIL 2016

## Força de Pacificação – Operação São Francisco p12

Marcelo de Barros Campos

## O Futuro da Guerra p62

Cap Johnny Sokolosky Jr., Exército dos EUA

## As Operações Militares em Megacidades p101

Jeff R. Watson

### 3 A Pesquisa-Ação

#### Uma Abordagem Sistemática do Componente Social da Dimensão Humana

**William Hardy  
Joseph Rodman**

*Para obter êxito nos componentes cognitivo e social da dimensão humana nas atuais operações, é preciso que o Exército dos EUA capacite seus militares com habilidades e ferramentas sistemáticas.*

### 12 Força de Pacificação – Operação São Francisco

#### Políticas Integradas de Segurança Pública na Cidade do Rio de Janeiro – Complexo Da Maré – Forças Armadas Brasileiras

**Marcelo de Barros Campos**

*O emprego das Forças Armadas no contexto das comunidades do Complexo da Maré, iniciou-se com a autorização da Presidente da República Federativa do Brasil, atendendo à solicitação do Governo do estado do Rio de Janeiro,*

*em 05 de abril de 2014.*

### 19 Psicologicamente Aptos a Liderar

#### Iniciativas de Saúde Comportamental para o Programa de Formação de Oficiais da Reserva

**Maj Gregory C. Mabry Jr., Exército dos EUA**

*A saúde psicológica dos militares atuais e futuros oficiais é de extrema importância para uma Força de combate saudável.*

### 24 Como Vencer a Luta contra o Assédio Sexual no nosso Exército

#### Começando com o Treinamento Básico de Combate

**Cel Bryan Hernandez, Exército dos EUA**

*Como o ponto de entrada para cada novo recruta, o Treinamento Individual Básico de Combate (TIBC) é o ponto de partida ideal para reduzir drasticamente o assédio e abuso sexual por todo o nosso Exército.*

### 31 Comentários pelo Presidente Vladimir Putin da Rússia à Assembleia Geral das Nações Unidas

*Este discurso é fornecido, junto com os próximos dois artigos da Military Review, como um esforço para familiarizar nossos leitores com as perspectivas das autoridades superiores da Rússia sobre o*



**Foto da Capa:** Felipe Barra - Assessoria de Comunicação Social (Ascom) Ministério da Defesa.

*assunto da guerra futura.*

## **38 O Valor da Ciência está na Previsão**

**Novos Desafios Exigem Repensar as Formas e Métodos de Conduzir as Operações de Combate**

**Gen Ex Valery Gerasimov, Chefe do Estado-Maior Geral das Forças Armadas da Federação Russa**

*O papel de meios não militares na consecução de objetivos políticos e estratégicos cresceu, tendo, em muitos casos, ultrapassado, o poder da força das armas em termos de sua eficácia.*

## **46 Para Entender Gerasimov Charles K. Bartles**

*Este trabalho busca contextualizar o artigo de Gerasimov, voltado a um público russo, para os leitores norte-americanos, com o objetivo de explicar algumas alusões que, às vezes, passam despercebidas ou são mal compreendidas.*

## **55 O Futuro da Guerra contra o Jihadismo Islâmico**

**Como Enfrentar e Derrotar Combatentes Inimigos Não Estatais, Não Uniformizados, Ilegais**

**Ten Cel (Res) Allen B. West, Exército dos EUA**

*Para derrotar o Estado Islâmico e o movimento jihadista global, os EUA precisam atender a imperativos estratégicos, que não são, simplesmente, tarefas do nível tático conduzidas em*

*um âmbito estratégico. A liderança dos EUA deve entender que a intenção do EI é controlar território a fim de criar sua própria nação.*

## **62 O Futuro da Guerra Como a Globalização Muda o Paradigma de Segurança**

**Cap Johnny Sokolosky Jr., Exército dos EUA**

*Como resultado da globalização, o ambiente de segurança que os Estados Unidos encaram atualmente se distancia do conflito interestatal. Portanto, a sua estratégia militar precisa refletir essa mudança ao aprimorar a sua capacidade de projetar poder em um futuro dominado por conflitos internos, terrorismo e pela urbanização.*

## **71 A Ascensão do Populismo Esquerdista — Um Desafio à Democracia?**

**Maj Jonathan Bissell, Exército dos EUA**

*Embora as democracias da América Latina tenham se tornado mais socialistas com o surgimento do populismo esquerdista na região, não representam*

# Military Review

THE PROFESSIONAL JOURNAL OF THE U.S. ARMY

Março-Abril 2016 Tomo 71 Número 2  
Professional Bulletin 100-16-03/04  
Authentication no. 106011

Comandante, Centro de Armas Combinadas: General Robert B. Brown  
Editora-Chefe da Military Review: Coronel Anna R. Friederich-Maggard  
Editor-Chefe das Edições em Inglês: William M. Darley  
Editor-Chefe, Edições em Línguas Estrangeiras: Miguel Severo  
Gerente de Produção: Major Steven Miller  
Administração: Linda Darnell

## Edições Ibero-Americanas

Assistente de Tradução: Emilio Meneses  
Diagramador/Webmaster: Michael Serravo

## Edição Hispano-Americana

Tradutora/Editora: Albis Thompson  
Tradutor/Editor: Ronald Williford

## Edição Brasileira

Tradutor/Editor: Shawn A. Spencer  
Tradutora/Editora: Flavia da Rocha Spiegel Linck

## Assessores das Edições Ibero-americanas

Oficial de Ligação do Exército Brasileiro junto ao CAC/EUA e Assessor da Edição Brasileira: Cel Luiz Henrique Pedroza Mendes  
Oficial de Ligação do Exército Chileno junto ao CAC/EUA e Assessor da Edição Hispano-Americana: Ten Cel Jorge León Gould

Military Review – Publicada pelo CAC/EUA, Forte Leavenworth, Kansas, bimestralmente em português, espanhol e inglês. Porte pago em Leavenworth Kansas, 66048-9998, e em outras agências do correio.

A correspondência deverá ser endereçada à Military Review, CAC, Forte Leavenworth, Kansas, 66027-1293, EUA. Telefone (913) 684-9338, ou FAX (913) 684-9328; Correio Eletrônico (E-Mail) [usarmy.leavenworth.tradoc.mbx.military-review-public-em@mail.mil](mailto:usarmy.leavenworth.tradoc.mbx.military-review-public-em@mail.mil).

A Military Review pode também ser lida através da internet no Website: <http://www.militaryreview.army.mil/>. Todos os artigos desta revista constam do índice do Public Affairs Information Service Inc., 11 West 40th Street, New York, NY, 10018-2693.

As opiniões aqui expressas pertencem a seus respectivos autores e não ao Departamento de Defesa dos EUA ou seus elementos constituintes, a não ser que a observação específica defina a autoria da opinião. A Military Review se reserva o direito de editar todo e qualquer material devido às limitações de seu espaço.

Military Review Edição Brasileira (US ISSN 1067-0653) (UPS 009-356) is published bimonthly by the U.S. Army, Combined Arms Center (CAC), Ft. Leavenworth, KS 66027-1293.

Periodical paid at Leavenworth, KS 66048, and additional mailing offices. Postmaster send corrections to Military Review, CAC, Truesdell Hall, 290 Stimson Ave., Ft. Leavenworth, KS 66027-1293.

**Mark A. Milley—General, United States Army Chief of Staff**

Official: 

Gerald B. O'Keefe—Administrative Assistant to the Secretary of the Army

*um grande desafio para a própria democracia. Em vez disso, o seu novo estilo pode ser visto como uma benção para a difusão da democracia.*

## 82 As Respostas da Sociedade Jordânica aos Refugiados Sírios

**Cap Walter C. Haynes, Exército dos EUA**

*Este artigo analisa como o influxo de refugiados sírios ameaça mudar a cultura e a estrutura política da Jordânia, e como a sociedade jordânica pode responder à ameaça de uma mudança tão rápida na característica demográfica.*

## 91 O Exército, Engajamento e o Século de Concentração no Pacífico dos Estados Unidos

**Ten Cel Daniel Gibson, Exército dos EUA  
Cap Jon Cheatwood, Exército dos EUA**

*Embora muito tenha sido escrito em anos recentes quanto ao significado do reequilíbrio no Pacífico, muitas autoridades no Exército talvez questionem que papel as suas forças terrestres exercerão nesse teatro de operações estratégico.*

## 101 As Operações Militares em Megacidades

**Uma Perspectiva Linguística**

**Jeff R. Watson**

*Este artigo discutirá as características linguísticas dinâmicas das megacidades e como um entendimento desse panorama linguístico pode ajudar a visualizar as futuras operações militares e a aplicar o modelo sugerido.*

# A Pesquisa-Ação

## Uma Abordagem Sistemática do Componente Social da Dimensão Humana

William Hardy

Joseph Rodman

**A**s missões em áreas de operações (A Op) podem, muitas vezes, fazer com que um indivíduo se sinta como se estivesse vivendo o filme “Feitiço do Tempo” (*Groundhog Day*), de 1993. No filme, um meteorologista arrogante chamado Phil (papel desempenhado pelo ator Bill Murray) se vê revivendo o mesmo dia, em uma repetição desesperadora, até desenvolver um sentido de humanidade e compaixão por meio da reprodução diária de uma infinidade de interações pessoais<sup>1</sup>.

**[...] as forças dependem, cada vez mais, do apoio mútuo de parceiros multinacionais e populações locais.**

Embora muitos de nós tenhamos usado o filme, repetidas vezes, como um exemplo para descrever a desagradável monotonia diária dos padrões recorrentes de nossas próprias atividades e interações pessoais quando mobilizados, este artigo propõe que os parceiros multinacionais das Forças Armadas dos Estados Unidos da América (EUA) provavelmente passam por experiências igualmente repetitivas e desanimadoras quando as forças norte-americanas

trabalham com eles de um modo que possa ser visto como descuidado ou até mesmo desdenhoso.

Nos ambientes operacionais da atualidade, os indivíduos e unidades que se permitam cair no hábito da negligência e indiferença quanto ao dever de estabelecer relacionamentos pessoais com os parceiros põem em risco a efetividade de sua missão. Ignorar a necessidade de cultivar relacionamentos pessoais como um importante aspecto de uma missão pode, na melhor das hipóteses, levar as relações com os parceiros a permanecerem estáticas; na pior das hipóteses, será algo destrutivo para o cumprimento da missão. O parceiro com quem um militar não interage pessoalmente passa a enxergá-lo como apenas mais uma dentre uma série infinita de fardas. Isso faz com que haja pouco incentivo para avançar rumo aos objetivos de parceria estabelecidos. Cada amigo e aliado que um militar trate de maneira impessoal acaba não vendo motivo para desperdiçar tempo e esforço sendo um parceiro comprometido, já que, em poucos meses, aparecerá uma nova “farda” para recomençar todo o processo, ao estilo “Feitiço do Tempo”. Essa falha no modo pelo qual os militares conduzem as operações terá graves implicações em qualquer ambiente operacional em rápida evolução, onde as forças dependem, cada vez mais, do apoio mútuo de parceiros multinacionais e populações locais. Ter bons relacionamentos com os parceiros e membros individuais das comunidades é algo fundamental para o êxito da missão<sup>2</sup>.

Alguns militares norte-americanos já possuem — ou estão aptos a desenvolver, por meio da experiência — a autoconsciência necessária para interagir efetivamente com atores multinacionais, a fim de obter o êxito da missão. Esses indivíduos se empenham em melhorar a qualidade de suas interações sociais com parceiros locais ou multinacionais, em aprender com eles e em aprimorar tais relacionamentos durante toda a missão. Ainda que sejam de um valor inestimável, os militares e comandantes com essa capacidade continuam sendo raros. Para obter êxito nos componentes cognitivo e social da dimensão humana nas atuais operações, é preciso que o Exército dos EUA capacite seus militares com habilidades e ferramentas sistemáticas, que os ajudem a melhorar a forma pela qual interagem pessoalmente com parceiros essenciais<sup>3</sup>.

## O Problema da Continuidade Social

Considere as informações normalmente trocadas entre duas unidades durante uma operação de substituição em posição/transferência de autoridade (quando uma unidade substitui uma outra e assume o controle de uma A Op específica). É praxe que a unidade sendo substituída transmita à unidade substituta as lições de combate aprendidas e as táticas, tendências e procedimentos inimigos.

**Um registro das interações sociais.** Imagine, agora, que, como parte dos testes pré-desdobramento, haja uma simulação de cenários do mundo real, baseados em um diário minucioso de interações, elaborado pela unidade sendo substituída. O diário descreve as principais interações sociais entre os militares e os habitantes locais com quem será necessário trabalhar. Além disso, durante o processo de transferência, a unidade substituída apresenta à unidade substituta mais informações detalhadas sobre as interações sociais pertinentes à sua área de responsabilidade, incluindo um diário repleto de observações e análises registradas pelos principais líderes e outros indivíduos que estejam sendo substituídos. Os registros detalham interações com indivíduos locais específicos.

**Melhores transferências.** Uma abordagem sistemática como essa para o estabelecimento de relacionamentos pessoais com base em interações sociais deliberadas e documentadas por militares norte-americanos contribuiria para transferências mais eficientes e produtivas entre unidades. Além disso, reduziria, em

muito, o tempo de aprendizado necessário para que as unidades substitutas se adaptassem à nova A Op, ao facilitar um processo mais focalizado e rápido de aculturação. Isso aumentaria a compatibilidade da nova unidade com os parceiros locais e, em uma situação ideal, reduziria a experiência de “Feitiço do Tempo” dos parceiros, a qual impediria o êxito dos relacionamentos e da missão.

**Em certos aspectos, as experiências dos professores espelham o problema de descontinuidade vivido pelos militares em missões prolongadas.**

## A Pesquisa-Ação como uma Solução para o Problema da Continuidade Social

Este artigo recomenda a *pesquisa-ação* como uma possível solução para os problemas específicos relacionados às interações sociais entre os militares norte-americanos e os parceiros multinacionais e comunidades locais. A pesquisa-ação tem o potencial de gerar os seguintes benefícios:

- ◆ Melhorar o modo pelo qual os militares reagem à ambiguidade em situações sociais complexas.
- ◆ Criar um meio sistemático de autoaperfeiçoamento, assim como maior autoconsciência.
- ◆ Aumentar a probabilidade de êxito operacional quando as operações dependerem de interações sociais.
- ◆ Proporcionar uma melhor transferência de informações durante a substituição de unidades.
- ◆ Aumentar o realismo e a exatidão dos cenários do adestramento pré-desdobramento.

Parafrazeando um ditado conhecido, a pesquisa-ação não “dá o peixe” aos militares, mas lhes ensina um método efetivo de “pescar”.

**O problema da continuidade social no campo da educação.** Os conceitos que servem de base à

pesquisa-ação são oriundos do campo da educação, em que os professores trabalham em ambientes complexos e muitas vezes ambíguos. Em certos aspectos, as experiências dos professores espelham o problema de descontinuidade vivido pelos militares em missões prolongadas. Os professores são obrigados a adaptar-se a transições cíclicas, com novas turmas e alunos a cada nove meses, ao passo que os militares têm de se adaptar a novas áreas de responsabilidade e parceiros locais em rodízios de seis a doze meses.

**Uma abordagem de continuidade social desenvolvida pelos educadores.** À semelhança da situação dos militares atualmente, o êxito dos educadores depende, de modo geral, de persuadir indivíduos sobre os quais tenham um controle coercitivo relativamente pequeno a tomarem medidas específicas rumo a um objetivo. No caso dos professores, isso significa, muitas vezes, ajudar os alunos a adquirirem conhecimentos e a modificarem comportamentos; no caso dos militares, isso pode significar convencer os parceiros a cooperar com antigos adversários. Essas semelhanças indicam que pode ser esclarecedor para as Forças Armadas dos EUA considerar lições do campo da educação relativas à dimensão humana que sejam relevantes para promover e estimular comportamentos desejáveis por meio de relacionamentos pessoais, em situações que não requeiram a violência.

## O Conceito de Pesquisa-Ação

Kurt Lewin, considerado por muitos como o fundador da psicologia social, criou o conceito de pesquisa-ação em 1946, quando lecionava no Massachusetts Institute of Technology (MIT). Em geral, a pesquisa-ação é definida de duas formas: (1) pesquisa iniciada para resolver um problema imediato e (2) um processo de reflexão para a resolução progressiva de problemas, que se concentra em aprimorar, inicialmente, o modo pelo qual as questões são identificadas e abordadas<sup>4</sup>.

A pesquisa-ação foi desenvolvida tendo em mente os praticantes, e não os pesquisadores. Foi concebida de modo a ser simples o suficiente para ser conduzida enquanto se mantém o foco em uma tarefa principal, mas flexível e redimensionável o suficiente para ser aplicada com o grau de complexidade escolhido pelo praticante.

Em palavras simples, a pesquisa-ação consiste em uma versão sistemática da técnica de resolução de problemas preferida de todos: conjecturar e verificar. Nas

interações sociais ocorridas na A Op, muitos militares e comandantes já empregam essa estratégia, mas de maneira assistemática. A pesquisa-ação fornece um modelo para que os militares possam aplicar, de modo mais metódico e efetivo, uma estratégia que, provavelmente, já conhecem.

De modo simplificado, a metodologia de pesquisa-ação pode ser expressa em quatro etapas: *planejamento, ação, observação e reflexão*. Em certos aspectos, a pesquisa-ação é comparável às etapas constantes do ciclo “observar, orientar, decidir e agir” (observe-orient-decide-act — OODA), formulado pelo Cel (Res) John Boyd, da Força Aérea dos EUA, ou do ciclo “planejar, fazer, estudar, agir” (*plan, do, study, act* — PDSA) de W. Edwards Deming<sup>5</sup>. Entretanto, enquanto os ciclos OODA e PDSA representam, respectivamente, uma ferramenta para a rápida tomada de decisão e uma medida de controle de qualidade, o processo de pesquisa-ação (apresentado na figura 1) concentra-se na interação social, consistindo, primordialmente, em uma ferramenta de resolução de problemas que serve de base para o processo decisório.

As etapas do processo de pesquisa-ação são simples, permanecendo em um ciclo até que uma solução seja efetiva. Após identificarem um problema, os praticantes podem iniciar o ciclo de pesquisa-ação no ponto que mais sentido fizer para a situação em pauta, repetindo as etapas progressivamente até obter êxito. Os passos a serem executados são relacionados a seguir:

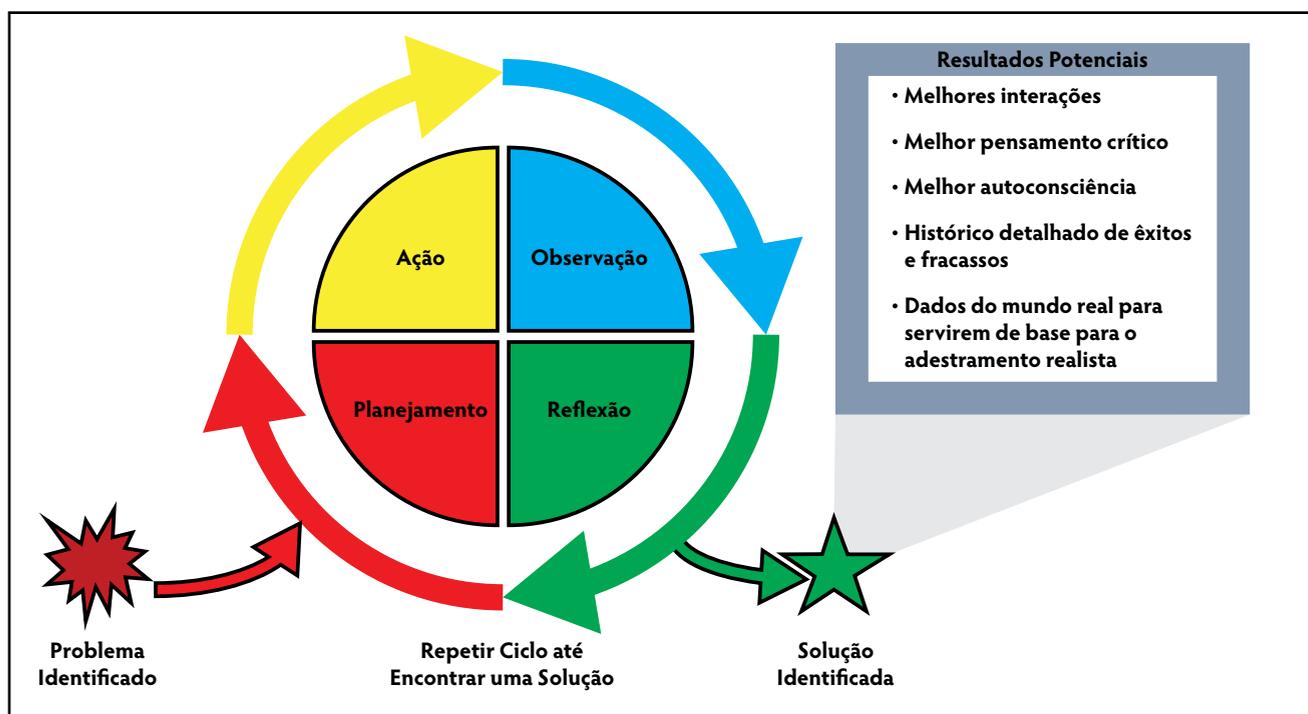
**Planejamento.** Identificar e limitar o escopo do problema; em seguida, colher informações sobre antecedentes e formular uma linha de ação. A linha de ação selecionada deve ter um estado final específico e alcançável<sup>6</sup>.

**Ação.** Implementar passos concretos da linha de ação selecionada<sup>7</sup>.

**Observação.** Realizar observações detalhadas (mentalmente ou por escrito, dependendo da situação) sobre as consequências e reações à linha de ação. Pode ocorrer simultaneamente com o passo “ação”<sup>8</sup>.

**Reflexão.** Refletir sobre as observações e decidir manter a linha de ação identificada anteriormente ou planejar uma nova, caso a ação inicial não tenha resolvido o problema<sup>9</sup>.

A pesquisa-ação consiste em uma análise deliberada e metódica das ações de seu praticante no contexto de um ambiente específico. É uma ferramenta valiosa não



**Figura 1 – Modelo do Ciclo de Pesquisa-Ação**

apenas para obter consciência e entendimento situacionais, mas também para ampliar a capacidade de influenciar as ações dos outros. O praticante pode formular ações apropriadas, com base em um melhor entendimento, a fim de aprimorar iniciativas de influência social.

Às vezes, é possível, no decorrer de uma única conversa, planejar e executar uma ação; observar, imediatamente, os resultados; refletir sobre as consequências; e, em seguida, planejar e implementar uma nova linha de ação, se apropriado. Em outros casos, a fase de observação pode durar vários dias, ou até semanas, antes que os resultados se tornem evidentes.

Os exemplos de pesquisa-ação podem variar desde interações com um único indivíduo até projetos de larga escala, como modificar e testar o formato de uma campanha de operações de informações, com o intuito de influenciar uma comunidade inteira. Como seria de se esperar, quanto mais amplo o escopo, mais tempo será necessário, provavelmente, para avançar por todas as etapas do ciclo.

## A Pesquisa-Ação Aplicada no Afeganistão

Um exemplo de pesquisa-ação do mundo real, conduzida por William Hardy, um dos autores deste

artigo, é descrito em detalhe a seguir. Ao servir como cientista social do Sistema de Terreno Humano do Exército dos EUA em uma missão no Afeganistão em 2013-2014, Hardy teve a oportunidade de apoiar, diretamente, uma plataforma de estabilização distrital (*district stability platform — DSP*) na região sudeste daquele país por quase dez meses, durante a Operação *Enduring Freedom*. As DSP consistiam em pequenas bases estabelecidas pelas Forças Armadas dos EUA dentro das comunidades locais. As Forças de Operações Especiais norte-americanas conduziam operações de estabilização de aldeia a partir das DSP em parceria com as Forças Especiais do Exército Nacional Afegão e elementos de segurança locais, como a Polícia Local Afegã (*Afghan Local Police — ALP*) ou milícias organizadas anti-Talibã. Ao prover apoio a uma DSP, Hardy tornou-se o único foco de continuidade durante as transições quase simultâneas de substituição em posição entre dois pelotões de Navy Seals (equipe mar-ar-terra) e duas equipes de comunicação social do Exército dos EUA.

Como na maioria das DSP, a missão principal incluía promover a segurança e cooperação entre funcionários do governo e entidades civis no âmbito local. A estrutura burocrática da polícia uniformizada afegã, a

*Afghan Uniform Police* (AUP), na área agravava vários desafios, particularmente no caso de um de seus tenentes, que controlava o fluxo de suprimentos para quase todas as forças de segurança locais.

**Relacionamentos complexos e precários.** Para compreender, plenamente, as complexidades de se trabalhar com esse indivíduo, é necessário saber um pouco de seus antecedentes. Moradores da comunidade informaram os integrantes da DSP que, durante a Guerra Afegã-Soviética, alguns familiares do tenente integravam ou tinham vínculos com a polícia secreta do regime comunista, a Khadamat-e Aetla'at Dawlati (KHAD). Segundo habitantes da comunidade, a KHAD havia sido responsável por várias atrocidades na área durante a era comunista. Ao realizar uma investigação, a equipe teve contato com moradores que alegaram que, nos anos 80, a KHAD havia facilitado o massacre de mais de 200 homens e meninos suspeitos de serem *mujahedins* e que, no início dos anos 90, antes da queda do Presidente Mohammad Najibullah, a KHAD havia, supostamente, contribuído para o desaparecimento de inúmeros membros da comunidade que se opunham ao governo comunista.

Acreditava-se que, após a queda do governo comunista afegão, integrantes de grupos locais de *mujahedins* capturaram o pai do tenente quando tentava fugir e o queimaram vivo dentro de seu veículo. Na época em que Hardy foi enviado para o local, os irmãos mais jovens e os filhos dos *mujahedins* supostamente envolvidos na morte do pai do tenente integravam as fileiras e o comando das forças de segurança locais. Esses fatos acabaram levando a um relacionamento precário entre o tenente da AUP e os homens que ele estava incumbido de coordenar e abastecer.

**Comportamento complexo.** Entre seus vários atributos pessoais, o tenente exibia uma tendência a ser facilmente provocado e a, rapidamente, zangar-se e agir de modo ameaçador. Contudo, a DSP observou que essa propensão para a raiva talvez fosse algo cuidadosamente planejado para causar uma certa impressão. O tenente parecia usar demonstrações de raiva e drama interpessoal como uma ferramenta de intimidação e um meio de exercer controle. Por exemplo, muitas vezes, ele saía das reuniões subitamente, após as apresentações e saudações formais, presumivelmente para salientar sua importância e demonstrar a todos os presentes que a reunião não poderia ocorrer sem sua

presença. Em uma ocasião, deu um soco no rosto de uma autoridade do distrito; em uma outra, brandiu, furiosamente, sua pistola, em uma sala cheia de funcionários distritais, gesticulando de maneira ameaçadora antes de colocá-la sobre a mesa.

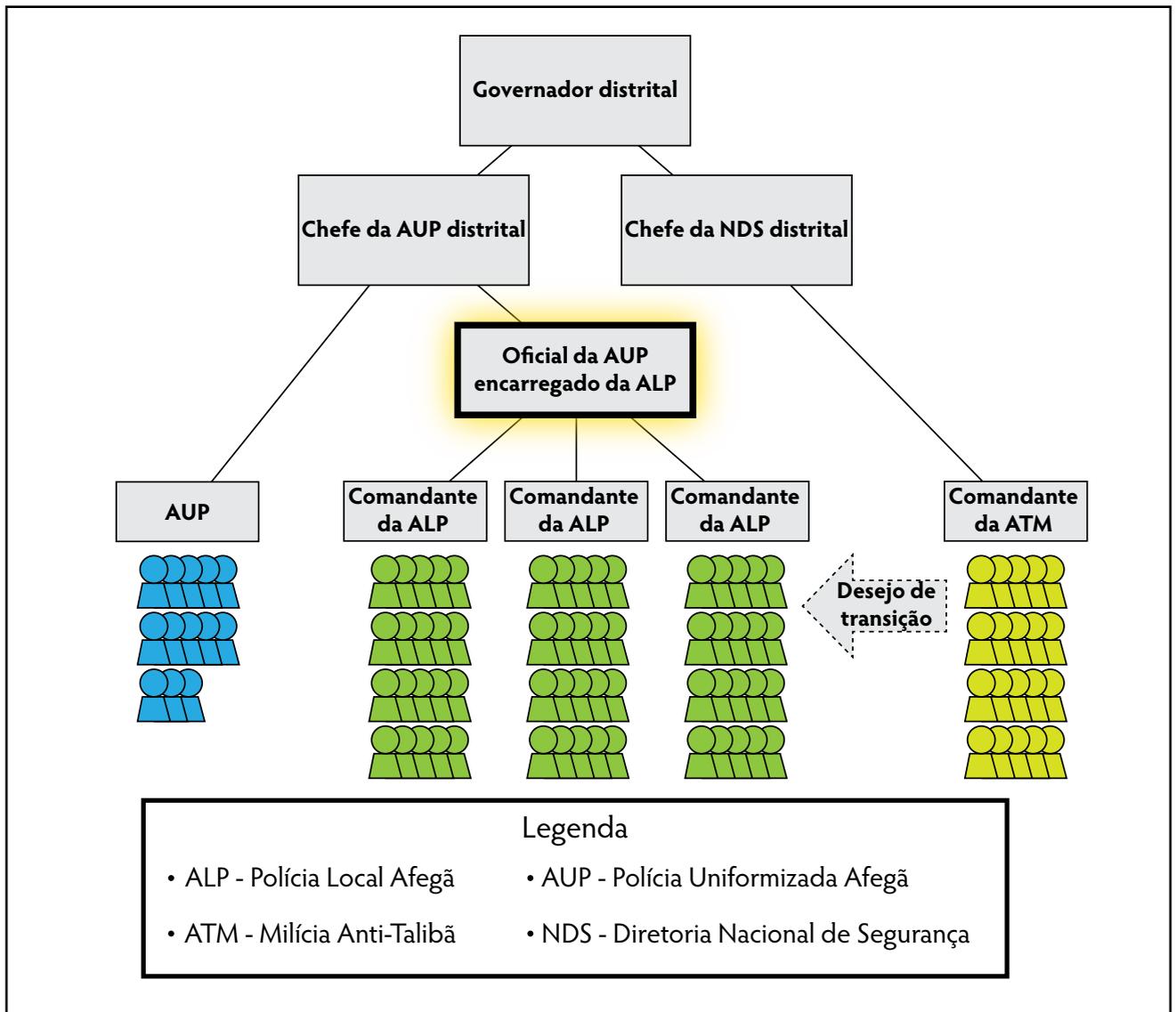
Para complicar a situação, também controlava o fluxo de suprimentos (incluindo uniformes, munição, rações e água) para quase todas as forças de segurança locais. O organograma da figura 2 ilustra o grau de influência que a cooperação (ou não) desse indivíduo poderia ter sobre a coordenação geral de segurança do distrito.

**Sem um fim à vista.** Infelizmente, seu comportamento aparentemente instável e ameaçador não resultou em sua demissão. Laços de parentesco com funcionários do alto escalão do governo impediram que o tenente fosse exonerado. Ao não obterem sua remoção, os funcionários locais mudaram de curso e conseguiram que ele fosse promovido para um cargo na capital provincial. Entretanto, essa promoção durou apenas algumas semanas até que ele conseguisse ser demovido e colocado de volta em seu cargo anterior, no âmbito distrital (o “oficial da AUP encarregado da ALP” na figura 2). Os integrantes da DSP acreditavam que ele preferia assim, porque sua função à frente da ALP distrital tinha o potencial de ser mais rentável, pessoalmente, que o cargo provincial, cujo grau hierárquico era mais elevado em nome apenas.

Assim, ficou claro para os integrantes da DSP que não tinham outra opção a não ser lidar com ele. Além disso, estavam conformados com o fato de que, não importava o que fizessem, nunca seriam capazes de controlar as ações do tenente da AUP. A unidade teria de encontrar uma forma de trabalhar com ele ou correria o risco de não cumprir uma de suas principais missões: promover a segurança local.

**Como a DSP estabeleceu um relacionamento cooperativo de trabalho.** Após uma análise, os integrantes da DSP determinaram que só poderiam controlar suas próprias ações, ao mesmo tempo que tentavam entender as reações do tenente da AUP. Decidiram que seria necessário manter um histórico de suas reações ao longo do tempo, que pudesse servir de base para futuras interações pessoais. Essa decisão ofereceu uma excelente oportunidade para utilizar a pesquisa-ação.

Subsequentemente, os integrantes da DSP definiram o problema da seguinte forma: “Como podemos



**Figura 2 – Estrutura de Poder da Segurança Distrital**

influenciar um homem sobre o qual não temos nenhum controle?” Com isso, começaram a analisar e avaliar suas próprias ações. Também começaram a registrar as interações do tenente com outros afegãos. A unidade iniciou o processo com a *reflexão*, analisando, minuciosamente, suas interações anteriores. Ao estudarem, em detalhe, a questão, os integrantes da DSP notaram pequenos detalhes, tão simples quanto a hora do dia em que uma interação havia ocorrido. Também observaram que o tenente tinha uma forte preocupação com a questão de *status*. Por exemplo, todas as vezes que havia alguém presente que considerasse ser inferior, o tenente buscava, ativamente, estabelecer sua própria superioridade — mesmo que o cargo oficial daquele indivíduo

estivesse acima do seu. Nessas circunstâncias, adotava uma postura corporal agressiva — e até mesmo gestos violentos — para impor seu domínio sobre os que estivessem à sua volta.

Além disso, os integrantes da DSP perceberam que o tenente nunca perdia uma oportunidade de demonstrar sua influência na frente de um grupo de comandantes da polícia local ou da milícia anti-Talibã. Para seus subordinados, descrevia-se como alguém que sempre lutaria pelos seus interesses, contanto que o apoiassem. Não importa se essa era, realmente, sua intenção. Em vez disso, a DSP concluiu que ele se preocupava muito com o modo pelo qual era visto pelos outros. Assim, a unidade começou a notar que, em todas as

interações, ele buscava aumentar sua influência. Era extremamente atento a oportunidades para reforçar seu *status*, ao mesmo tempo que se mostrava hipersensível ao que considerasse como insultos, em relação aos quais era implacável e até vingativo.

Após cuidadosa *reflexão*, a DSP *elaborou planos* para futuras interações. Uma das decisões iniciais foi a de nunca chegar a uma reunião em um estado emocional que pudesse gerar o antagonismo do tenente. Isso reduziu a probabilidade de que os integrantes da DSP viessem a entrar em um conflito direto e aberto com ele durante uma reunião. Mesmo que tivessem motivos para se irritarem com ele, os integrantes da DSP não se permitiriam demonstrar sua raiva, com base na premissa bem fundamentada de que isso só intensificaria a situação. Além disso, a DSP tomou *ações* para mostrar que seus integrantes estavam abertos e receptivos, dentro do possível, a seu ponto de vista.

Também começou a fazer experiências com os horários das reuniões. *Observou* que, de modo geral, o tenente estava mais ocupado na parte da manhã e que, quando os integrantes da DSP marcavam uma reunião nesse horário, ele logo se impacientava e os acusava de interromper seu dia e atrasar seu trabalho. A DSP também se deu conta de que as reuniões no final da tarde eram igualmente ineficazes, porque ele considerava esse como seu tempo pessoal — para certos divertimentos. Assim, caso quisessem ter uma reunião produtiva com o tenente, os integrantes da DSP teriam de marcá-la à noite, após o jantar, quando seria mais provável que ele lhes desse sua total atenção. À noite, ele, normalmente, já havia recobrado seu foco mental e era capaz de manter a compostura, presumivelmente em virtude da diversão da tarde.

No decorrer de alguns meses, e vários reveses, os integrantes da DSP obtiveram um entendimento detalhado da motivação e autoimagem do tenente da AUP. Esse entendimento acabou ajudando a unidade a desenvolver um método voltado a influenciá-lo, em que se enfatizava o papel que ela poderia desempenhar para ajudá-lo a realizar suas aspirações.

Por fim, com base na *reflexão* após várias iterações, e ações fracassadas, do ciclo de pesquisa-ação, os integrantes da DSP perceberam que o tenente adorava a descarga de adrenalina que acompanhava um argumento. Também notaram que ele respeitava e formava um vínculo com outros indivíduos que gostassem de

participar de discussões animadas. Assim, os integrantes da DSP vieram a reconhecer que, para que seu relacionamento com o tenente fosse produtivo, precisariam incluir uma dose de conflitos amigáveis. Em contrapartida, quando os integrantes que interagem com o tenente eram excessivamente respeitosos e ansiosos em agradar, ele se tornava menos cooperativo e mais propenso à raiva. Posteriormente, os integrantes da DSP acabaram achando um ponto de equilíbrio entre o que consideravam ser a substância e as demonstrações sociais em suas interações com o tenente.

Em consequência, aprenderam a administrar suas próprias emoções durante os argumentos. Independentemente do que houvesse ocorrido durante as reuniões, ambas as partes as concluíam com um firme aperto de mão, dizendo: “Tivemos uma boa discussão hoje, e teremos prazer em discutir novamente amanhã.”

Os integrantes da DSP também começaram a entender que poderiam exercer um papel relativamente pequeno, mas significativo, em ajudar o tenente a dar a impressão de ser influente, o que parecia ser um de seus objetivos. Se fizessem sua parte, o tenente normalmente retribuía suas ações, usando de sua influência para ajudar os norte-americanos. Por exemplo, na passagem da primavera para o verão, quando os dias foram ficando mais quentes, a DSP começou a fornecer-lhe uma quantidade adicional de garrafas de água, que ele, então, distribuía entre as forças de segurança locais. Os integrantes da DSP aprenderam, rapidamente, que, embora a ideia de fornecer-lhe água fosse deles, era importante que todas as outras pessoas, especialmente seus colegas e subordinados, pensassem que era ele quem havia providenciado a troca (e inferissem, assim, que ele tinha influência para tanto). O tenente entregava a água aos vários postos de controle da ALP, assim como às famílias que moravam nas proximidades. Esse pequeno gesto não só melhorou o relacionamento da unidade com ele, como também fortaleceu a frágil relação que ele tinha com os líderes da ALP.

Com o passar dos meses, a DSP desenvolveu um relacionamento de trabalho prático e previsível com o tenente, que deixou de ver os colegas norte-americanos como antagonistas. Ao contrário, sempre que precisavam de sua cooperação, tinham uma boa chance de obter resultados positivos, em virtude do relacionamento que conseguiram estabelecer com ele por meio da

pesquisa-ação. Isso não quer dizer que o relacionamento da unidade com ele tenha se tornado perfeito, mas, comparado ao início, tornou-se relativamente cooperativo, previsível e administrável, à medida que o tenente e os integrantes da DSP foram se conhecendo.

## Resultados da Pesquisa-Ação nas Operações e no Adestramento

Neste exemplo, os processos de aprendizado advindos da pesquisa-ação facilitaram muito as operações de substituição em posição/transferência de autoridade da DSP, ao mesmo tempo que os acontecimentos citados se desenrolavam durante as transições. Independentemente disso, os pelotões de Navy Seals substitutos e as equipes de Com Soc se beneficiaram das lições aprendidas por seus antecessores. Ao longo das transições, a DSP continuou o processo de pesquisa-ação, buscando avançar ainda mais rumo ao êxito da missão com o estabelecimento de outros relacionamentos.

As lições aprendidas a partir dessas experiências com uma DSP também poderiam ser aplicadas a cenários de adestramento para o Exército dos EUA. Em quantos exercícios de adestramento, os participantes de uma simulação — ainda que oriundos, na melhor das hipóteses, da região para onde os militares seriam enviados — careciam de experiência nas funções que estavam interpretando na dramatização? Ou ainda: quantas vezes os intérpretes dos papéis em uma simulação eram apenas outros militares, que se vestiam e atuavam como xeques ou anciãos tribais sem ter um verdadeiro entendimento da cultura que deviam simular? As anotações feitas durante o processo de pesquisa-ação em uma determinada Op poderiam servir de base e ajudar na montagem de cenários de adestramento realistas em ambos esses casos, ajudando a refletir, corretamente, o ambiente onde uma unidade tenha de ser empregada.

Tal metodologia deveria ser aplicada às preparações pré-desdobramento para unidades designadas como forças regionalmente alinhadas. As unidades que conduzissem um processo de pesquisa-ação para relatar a evolução dos relacionamentos sociais com o pessoal de um país anfitrião poderiam melhorar as transições entre unidades ao fazer com que os participantes de uma simulação interpretassem

indivíduos específicos, com quem os militares fossem interagir durante a missão. Isso promoveria o objetivo de adestramento realista, um dos pilares dos objetivos de dimensão humana do Exército dos EUA.

**Os ambientes operacionais do futuro precisarão de militares, em todos os escalões, que possam analisar e avaliar circunstâncias sociais desconhecidas, diferentes e mutáveis.**

## Conclusão

Conforme as forças do Exército dos EUA se prepararem para os ambientes operacionais previstos para 2025 e além, há algo que, provavelmente, continuará a ser válido: o êxito nas operações dependerá cada vez mais da capacidade de entender as complexidades sociais dos parceiros e populações com os quais as tropas norte-americanas terão de trabalhar. Em consequência, os futuros ambientes operacionais precisarão de militares capazes de mais que apenas lembrar de informações, entender funções ou aplicar a doutrina. Os ambientes operacionais do futuro exigirão militares, em todos os escalões, que possam analisar e avaliar circunstâncias sociais desconhecidas, diferentes e mutáveis.

Assim, o Exército deve, por meio do devido adestramento e ferramentas, fornecer aos militares um modelo intelectual sistemático para o desenvolvimento dessa capacidade. Conforme ilustrado neste artigo, uma possível ferramenta para enfrentar alguns desses desafios é a pesquisa-ação. Prover aos militares soluções materiais em vez de processos cognitivos para tratar de problemas pode resolver certos desafios, mas não suas causas básicas. Soluções como a pesquisa-ação, que lida com as questões subjacentes que perpetuam os desafios em curso no

terreno, podem ajudar os militares a desenvolver os mecanismos cognitivos necessários não apenas para

suportar, mas também para obter sucesso em ambientes operacionais complexos e ambíguos. ■

*William Hardy é analista de pesquisa de ciências sociais da Força-Tarefa de Dimensão Humana do Exército dos EUA no Centro de Excelência de Comando de Missão, no Forte Leavenworth, Estado do Kansas. É bacharel em História pela University of Kansas e mestre em Educação pela University of Missouri, Kansas City. Atuou, anteriormente, como cientista social junto ao Sistema de Terreno Humano do Exército dos EUA. Como fuzileiro naval, serviu em várias missões no Iraque e no Afeganistão.*

*Joseph Rodman é analista de pesquisa de ciências sociais da Força-Tarefa de Dimensão Humana do Exército dos EUA no Centro de Excelência de Comando de Missão, no Forte Leavenworth, Estado do Kansas. Concluiu o bacharelado e o mestrado pela Indiana University, Departamento de Geografia. Foi cientista social do Sistema de Terreno Humano do Exército dos EUA no Afeganistão e da Agência dos EUA para o Desenvolvimento Internacional no sul do Afeganistão em apoio a vários projetos de desenvolvimento comunitário e governança. Também serviu durante mais de dois anos como voluntário do Peace Corps em Uganda.*

## Referências

1. *Groundhog Day*, dirigido por Harold Ramis (Columbia Pictures, 1993).
2. Army Capabilities Integration Center, *Army Vision-Force 2025 White Paper* (Fort Eustis, VA: Army Capabilities Integration Center, 23 January 2014), acesso em 9 set. 2015, [http://www.arcic.army.mil/app\\_Documents/USArmy\\_WhitePaper\\_Army-Vision-Force-2025\\_23JAN2014.pdf](http://www.arcic.army.mil/app_Documents/USArmy_WhitePaper_Army-Vision-Force-2025_23JAN2014.pdf).
3. Department of the Army, *The Army Human Dimension Strategy 2015: Building Cohesive Teams to Win in a Complex World*, 2015, acesso em 1 out. 2015, [http://usacac.army.mil/sites/default/files/publications/20150524\\_Human\\_Dimension\\_Strategy\\_vr\\_Signature\\_WM\\_1.pdf](http://usacac.army.mil/sites/default/files/publications/20150524_Human_Dimension_Strategy_vr_Signature_WM_1.pdf). Este relatório fornece uma descrição aprofundada das três linhas de esforço da dimensão humana.
4. Kurt Lewin, "Action Research and Minority Problems", *Journal of Social Issues* 2(4) (November 1946): p. 34-46.
5. John Richard Boyd, "Destruction and Creation", *A Discourse on Winning and Losing*, prepared for the U.S. Marine Corps, 3 September 1976; W. Edwards Deming, *The New Economics for Industry, Government, Education* (Cambridge, MA: Massachusetts Institute of Technology, Center for Advanced Engineering Study, 1993).
6. Craig Mertler, ed., *Action Research: Teachers as Researchers in the Classroom* (Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 2009), p. 32.
7. *Ibid*, p. 39.
8. *Ibid*.
9. *Ibid*, p. 40.



Foto 1: Felipe Barra - Assessoria de Comunicação Social (Ascom)

Ministério da Defesa – Publicado em <http://www.defesa.gov.br/index.php/noticias/15254-complexo-da-mare-forcas-de-pacificacao-ja-realizaram-mais-de-65-mil-aco-es>. Acesso em 18 Ago 15

# Força de Pacificação – Operação São Francisco Políticas Integradas de Segurança Pública na Cidade do Rio de Janeiro – Complexo Da Maré – Forças Armadas Brasileiras

Marcelo de Barros Campos

O emprego das Forças Armadas no contexto das comunidades do Complexo da Maré, iniciou-se com a autorização da Presidente da República Federativa do Brasil, atendendo à

solicitação do Governo do estado do Rio de Janeiro, em 05 de abril de 2014, por meio da Operação São Francisco, sob a coordenação do Comando Militar do Leste (CML)<sup>1</sup>, com a finalidade de cooperar

no processo de pacificação, preservação da ordem pública, contribuição para o restabelecimento da paz social na região e a incolumidade das pessoas e do patrimônio dessas comunidades.

As Operações para Garantia da Lei e da Ordem efetivaram-se com manobras de “não guerra”, sem o combate propriamente dito, mas sob circunstâncias especiais, com o uso da força, de forma adestrada e limitada, em um ambiente urbano.

A operação abrangeu o Exército Brasileiro, a Marinha do Brasil e a Força Aérea Brasileira em variados tipos de cooperação técnica e modelos periódicos para pacificação e patrulhamento, dadas as peculiaridades da área para a qual as tropas foram empregadas.

A diversidade operacional e a variedade de situações das comunidades exigiram estudos de condicionantes para identificação e mapeamento das principais demandas da região e posterior adoção de medidas e ações adequadas.

Desta forma, a execução da força de pacificação foi delimitada no contexto de segurança pública integrada, com a participação das polícias civis e militares, poder judiciário, ministério público e poder executivo federal e estadual<sup>2</sup>.

Fez-se necessário a elaboração da 2ª edição do Manual MD33-M-10 para nortear e remodelar os

conceitos dos exercícios de Garantia da Lei e da Ordem preponderantes para o emprego das forças armadas, pelo Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas brasileiras, tendo em vista as especificidades das comunidades do Rio de Janeiro.

A implementação e difusão das novas regras de engajamento foram explanadas aos integrantes da tropa, sob responsabilidade do Comandante da Força de Pacificação, um Oficial General de Brigada.

## Finalidade

As ações associadas a tais situações necessitaram, potencialmente, do exercício de direitos fundamentais e da sincronia entre os entes federativos.

Com isso, o uso da tropa, neste cenário, foi subordinado a limites e controles políticos diferenciados, que incluíram restrição de prazo de início e término da operação, delimitação de espaço geográfico e controles parlamentar e financeiro.

Neste diapasão, a tarefa de divulgação das atividades de pacificação nas comunidades tornou-se uma indispensável condição para dar existência à intencionalidade, aos moradores, para aderirem ao plano fático da tropa e de coexistência para o aparelhamento do Estado.

O exercício da cidadania nas comunidades quanto o pleno desenvolvimento e avanço da tropa, decorreu com o gradativo crescimento de confiança e relação



Ministério da Defesa – Publicado em <http://www.defesa.gov.br/noticias/15370-forca-de-pacificacao-inicia-desocupacao-do-complexo-da-mare>. Acesso em 18 Ago 15

positiva entre os moradores e os militares, e o bom emprego de suas inclinações.

Buscou-se, estrategicamente, o contato com os líderes das comunidades e a utilização das redes sociais para expandir a participação e denúncias, uma vez que o contato dos moradores dessas regiões com seus direitos e deveres como cidadão é pouco profundo e muito superficial, conduzido de modo errôneo, tendencioso e leviano por imagens equivocadas, propagadas pelo poder paralelo do tráfico.

O conjunto amplo de fatores sociais em que vive o morador, desvinculado ao conceito de cidadania, tendo em vista a sua relação política com o Estado, dificultou a aceitação em algumas comunidades do complexo, em especial aquelas que tinham forte domínio do tráfico.

## Missão

As regras de engajamento incluíram atividades de patrulhamento ostensivo, revista a veículos e pessoas, utilização de helicópteros e botes de engenharia, realização de prisões em flagrante, estabelecimento de postos de bloqueio ou check points e cumprimentos de mandados de busca e apreensão nas áreas de operações.

As ações contaram com cerca de 3.300 militares<sup>3</sup> das Forças Armadas em regime de 24 horas por dia e 7 jornadas por semana, com dedicação exclusiva à segurança da população.

Foram utilizados materiais de emprego militar do Exército Brasileiro, como carros de combate M113, Urutu, Guarani; materiais da Marinha do Brasil, como: SR 8x8 Piranha IIIC, viaturas e motocicletas; e aeronaves do Comando de Aviação do Exército, HA-1 Esquilo equipado com Olho de Águia e HM-Pantera.

Em razão da disponibilização destes recursos, foi possível alcançar todos os pontos das comunidades do Complexo da Maré e desconstituir a ideia de domínio territorial do poder paralelo.

## Amparos Legais da Operação São Francisco

À semelhança do que ocorre com o preparo da tropa em sua finalidade constitucional, o Ministério da Defesa junto com o Comando de Operações Terrestres, expediram documentos que orientaram à tropa, estribado nos direitos fundamentais.

A Carta Magna brasileira estabelece a necessidade da decretação do Estado de Sítio, previamente

autorizado pelo Congresso Nacional ou o decreto do Estado de Defesa e de Intervenção, condicionados estes também, à aprovação do Congresso Nacional.

Não é obrigatório, porém, que o país, ou parte dele, esteja vivendo uma situação de anormalidade institucional para que a tropa federal possa ser empregada em operações de garantia da lei e da ordem, sendo este, um dos pontos que causou questionamento a respeito da legalidade da intervenção estatal.

Assim, para melhor atuação no Complexo da Maré na cidade do Rio de Janeiro, foram expedidas as exposições de motivos interministeriais nº. 39, do GSI – PR, de 28 MAR 14, que autorizaram a participação temporária de militares para a preservação da Ordem Pública.

Neste mesmo período foram publicadas as portarias nº. 02 – do Estado Maior do Exército, de 31 JAN 13 e nº. 186 – do Ministério da Defesa, de 31 JAN 14, assim como a Diretriz Ministerial nº. 09, do Ministério da Defesa, de 31 MAR 14 que determinou a organização de uma Força de Pacificação, empregando recursos operacionais militares.

No Brasil, todas as operações recentes de garantia da lei e da ordem foram realizadas em situação de normalidade institucional.

Durante a operação, as ações judiciais eram desencadeadas com a fiel observância aos preceitos legais vigentes no Brasil.

As medidas da competência da polícia judiciária eram estabelecidas pela Delegacia de Polícia Judiciária Militar para o cumprimento de mandados judiciais, lavratura de Auto de Prisão em Flagrante Delito, confecção de termo de apreensão de material e perícias em geral.

Foi vedada a atuação de policiais militares e policiais civis não integrantes da Força de Pacificação no interior da área do Complexo da Maré.

Os mandados judiciais referentes à busca e apreensão domiciliar de competência das polícias judiciárias, foram executados pela Delegacia de Polícia Civil, com o apoio dos militares da Força de Pacificação.

Quanto aos mandados judiciais que não envolviam a atuação policial, estes foram regularmente cumpridos por oficiais de justiça designados pelos órgãos do Poder Judiciário, sem prejuízo de eventual apoio da Força de Pacificação.

# Desocupação do Complexo da Maré

As tropas que participam da pacificação do Complexo de Favelas da Maré começam a desocupar o local a partir de 1º de abril. A retirada ocorrerá em três etapas até o final do mês de junho.



Rio de Janeiro

Força de Pacificação:  
**3,3 mil** militares da  
Marinha e do Exército



Complexo da Maré



Baía de Guanabara

**1º DE ABRIL**

Roquete Pinto e  
Praia de Ramos

**1º DE MAIO**

Parque União, Rubens  
Vaz, Nova Holanda e  
Parque Maré

**30 DE JUNHO**

10 comunidades  
restantes

Infográfico: Matusael Jorge/Ministério da Defesa

Imagens meramente ilustrativas

Infográfico 1: Matusael Jorge - Assessoria de Comunicação Social (Ascom) Ministério da Defesa – Publicado em <http://www.defesa.gov.br/noticias/15370-forca-de-pacificacao-inicia-desocupacao-do-complexo-da-mare>. Acesso em 18 Ago 15

# FORÇA DE PACIFICAÇÃO

A Força de Pacificação do Complexo da Maré, no Rio de Janeiro, será desmobilizada após 14 meses de atuação. Confira os números alcançados pela operação.

**2.500**  
MILITARES

Exército	2.000
Marinha	500

**807 Prisões**

553 adultos / 254 menores

**Ações sociais**

13 mil atendimentos

**Apreensões**

149 veículos  
3.884 munições  
58 armas

**Disque-Pacificação**

3 mil atendimentos

Infográfico: Matusael Jorge/Ministério da Defesa

Infográfico 2: Matusael Jorge - Assessoria de Comunicação Social (Ascom)

Ministério da Defesa – Publicado em <http://www.defesa.gov.br/noticias/16137-ocupacao-das-forcas-armadas-no-complexo-da-mare-aca-ba-hoje>. Acesso em 18 Ago 15

## Agente de Perturbação da Ordem Pública – Apop

As pessoas ou grupos delas, cuja atuação momentânea, comprometia a preservação da ordem pública, ou ameaçava a incolumidade dos indivíduos e do patrimônio, foram classificados como APOP.

Todos aqueles detidos na prática de ilícitos penais de natureza comum, incluindo menores de idade com envolvimento em atos infracionais, foram encaminhados para a Delegacia de Polícia Civil da Força de Pacificação, sendo submetidos a exame de corpo de delito.

Estima-se que a presença das Forças Armadas brasileiras reduziu de R\$ 15 milhões para R\$ 300 mil mensais, os lucros do tráfico de drogas no Complexo da Maré, desde o início da ocupação.

Esse prejuízo acarretou grande apreensão nas lideranças das três principais facções do crime organizado,

a saber, Comando Vermelho e Terceiro Comando Puro, assim com as milícias, da cidade do Rio de Janeiro.

Nesta linha de orientação houve a substituição da expressão “forças oponentes” para “agentes de perturbação da ordem pública”.

## Treinamento e Dificuldades

Além de aperfeiçoamentos de tiros e instruções de regras de atuação para Garantia da Lei e da Ordem, o preparo físico exigiu tratamento especial, dadas as situações climáticas brasileiras, que de natureza tropical, chegavam a uma sensação térmica de 43°C durante o dia.

Durante as operações, os militares enfrentaram grande incidência de atos hostis ao atuarem em áreas densamente povoadas que possuem cerca de 129.770 habitantes em uma área de 3.301.743 m<sup>2</sup>, o que estima a presença de 25,44 pessoas/m<sup>2</sup>, conforme dados

fornecidos pelo Instituto Pereira Passos, da Prefeitura do Rio de Janeiro<sup>4</sup>.

Observou-se também uma nova modalidade de conflito moderno para as forças armadas brasileiras, que necessitaram se adequar, para combater e pacificar. Uma guerra irregular, sem fronteiras, com inimigos difusos, atuando entre os moradores.

Aproximadamente 2.300 denúncias foram feitas contra os criminosos que atuavam na região, pelos próprios moradores da Maré, por meio do serviço “Disque Pacificação”.

## Desocupação da Área

O protocolo de cooperação foi findando em partes, com a substituição gradativa das forças armadas pela Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.

No processo de passagem de atuação, a força de pacificação recebeu policiais militares oriundos de Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) nos últimos meses da operação, recebendo regras de engajamento, técnicas de patrulhamento, procedimentos na relação com a comunidade, instruções de tiro e estágios de adaptação para as peculiaridades da Maré.

A área delimitada na pacificação foi progressivamente reduzida, até que em 30 de junho de 2015, as forças armadas brasileiras retiraram-se em definitivo da área, completando o ciclo para a polícia militar do Rio de Janeiro.

## Conclusão

Em consonância com diversos órgãos federais, estaduais e municipais, o Ministério da Defesa, por intermédio de suas Forças Singulares, compartilha a certeza de que o processo de pacificação estendeu-se muito além do emprego de forças policiais e militares. Mas criaram as condições para que a cidadania plena atinja a todos os cidadãos de bem.

A presença da Força de Pacificação estabeleceu a janela de oportunidade, para uma atuação conjunta com o Estado e com o Município do Rio de Janeiro, visando desarticular as facções criminosas, incrementar a atuação das esferas sociais governamentais e alavancar as condições de cidadania e de vida da população.

O êxito da Operação São Francisco foi restringir a liberdade de ação das facções criminosas, retirar destas a sensação de impunidade, reduzir seu poder econômico e contribuir para o resgate da confiança da

população no processo de pacificação das comunidades do Rio de Janeiro.

Notam-se, de forma inconteste, os resultados positivos alcançados pela Força de Pacificação e o apoio recebido da população nas manobras executadas.

No período de 450 dias foi possível verificar pontos positivos e negativos com a adequação e atualização cotidiana dos militares.

Aspectos positivos:

- ◆ Repressão do alto nível de criminalidade;
- ◆ Redução do comércio de tráfico de drogas;
- ◆ Perda do poder de território e impunidade do tráfico e do APOP;
- ◆ 83.000 ações, 674 prisões, 255 apreensões de menores infratores e 1.356 apreensões de drogas, armas, munições, veículos, motos e materiais diversos;
- ◆ Prisões de principais integrantes do tráfico, causando desestruturação organizacional no tráfico e uma perda significativa no comércio de entorpecentes ilícitos;
- ◆ Retomada da área enquadrada e liberdade de ação das facções;
- ◆ Redução do uso ostensivo de armas e comércio de drogas;
- ◆ Realização de 20 ações sociais nas comunidades, somando aproximadamente 24 mil atendimentos;
- ◆ Redução na taxa anual de homicídios – no início da operação, o número era de 21,24 pessoas mortas por 100 mil habitantes ao ano. Após a ocupação das tropas federais essa taxa caiu para 5,33 pessoas mortas por 100 mil habitantes ao ano, de acordo com o Instituto de Segurança Pública (ISP);
- ◆ Novas regras de engajamento a serem adotados em Garantia da Lei e da Ordem pelas Forças Armadas;
- ◆ Manobras envolvendo brigadas de outros comandos de áreas.

Aspectos negativos:

- ◆ Elevadas jornadas de trabalho dos militares;
- ◆ 27 militares feridos e a morte de um Cabo do Exército brasileiro durante a operação;
- ◆ Longo período de atuação (1 ano e dois meses);
- ◆ Localização geográfica e clima regional;
- ◆ Alto custo de recursos federais<sup>5</sup>.

Com elevada demanda de segurança pública, educação, saúde, habitação, urbanismo, lazer, assistência social e profissional, a oferta nesta região é fato a ser planejado pelos entes públicos.

Desde o início da operação, a Força Pacificação salientou que a segurança é apenas um dos itens a serem perseguidos na restauração da paz social.

Assim, é preciso colocar em prática e implementar um modelo eficaz que inclua as atividades de

responsabilidade do governo do estado do Rio de Janeiro, representantes da sociedade civil, Poder Judiciário, gestões e estratégias da Secretaria de Segurança Pública para prosseguimento à pacificação nesta região, essencial para o pleno êxito. ■

*Marcelo de Barros Campos é Mestrando em Direito pela Universidade Cândido Mendes. Pós-Graduado em Direito Administrativo Econômico pela PUC-RJ. Graduado em Administração de Empresas pela UFRRJ e Direito pela Universidade Cândido Mendes. Oficial R/2 do Exército Brasileiro. Advogado*

---

## Referências

1. O Decreto-Lei Nr 9510, de 24 julho de 1946, criou os Comandos das Zonas Militares do Sul, Centro, Leste e Norte, com sedes respectivamente, nas cidades de Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro e Recife, em substituição à Organização Territorial, por Regiões Militares/Divisões de Infantaria, então vigente. A Zona Militar do Leste foi estruturada com a 1ª RM/DI e a 4ª RM/DI e recebeu, como área de responsabilidade, o então Distrito Federal e os estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais.

2. Manual MD33-M-10.

3. Link: <http://www.brasil.gov.br/defesa-e-seguranca/2015/04/forca-de-pacificacao-inicia-desocupacao-do-complexo-da-mare-rj>

4. Link: [www.riomaisocial.org](http://www.riomaisocial.org). Acessado em 26/07/2015.

5. De acordo com a Revista *Veja* de 06 de maio de 2015, estima-se que a operação custou 540 milhões de reais, ou cerca de 1,2 milhões por dia. Pág 74 e 75.



Cadetes do Programa de Formação de Oficiais da Reserva do Exército dos EUA em posição de descansar, em preparação para as atividades seguintes, durante a Operação *Warrior Forge*, na Base Conjunta de Lewis-McChord, Estado de Washington, 27 Jun 12. A Operação *Warrior Forge* serve como o exercício principal para os cadetes em preparação para se tornarem tenentes do Exército dos EUA.

(Jesse Beals, Com Soc - Curso de Desenvolvimento e Avaliação de Líderes)

# Psicologicamente Aptos a Liderar

## Iniciativas de Saúde Comportamental para o Programa de Formação de Oficiais da Reserva

Maj Gregory C. Mabry Jr., Exército dos EUA

*O pensamento doentio devora mais a carne do corpo do que a febre ou a tísica.*

-Guy de Maupassant\*

**P**roduzir oficiais profissionais é a missão do Programa de Formação de Oficiais da Reserva do Exército\*\* (*Army Reserve Officer Training Corps — ROTC*) dos Estados Unidos da América (EUA) desde seu estabelecimento, em 1916<sup>1</sup>. Atualmente, cerca de 60% (quase dois terços) dos segundos-tenentes do Exército dos EUA são formados e promovidos ao posto\*\*\* por meio de um programa universitário filiado ao ROTC. Os programas do ROTC do Exército dos EUA incluem alunos universitários tradicionais, cadetes com serviço militar prévio e militares que nele ingressaram por meio do sistema “Green to Gold\*\*\*\*”<sup>2</sup>.

Um possível problema com o processo da comissão de seleção do Comando de Cadetes do Exército dos EUA decorre de sua preferência por candidatos, tanto instrutores quanto cadetes, que tenham servido recentemente em unidades táticas ou operacionais empregadas em missões de combate<sup>3</sup>. Nos últimos tempos, essa preferência no processo de seleção colocou alguns dos candidatos escolhidos em ambientes desconhecidos prematuramente, sem que tivessem a oportunidade para reintegrar-se totalmente à vida nos EUA. Em consequência, alguns dos indivíduos selecionados, com recentes traumas emocionais e, às vezes, físicos, passaram de comandantes em combate do Exército a alunos ou instrutores universitários em tempo integral, sem que tivessem um período longo o suficiente para se readaptarem e, possivelmente, se recuperarem.

Para os cadetes com serviço militar prévio ou oriundos do programa “Green to Gold” que tenham servido em várias missões, o impacto psicológico do trauma físico, mental e emocional gera um risco

elevado de incapacitação social, ocupacional ou acadêmica. Contudo, esses problemas de saúde comportamental podem não se tornar aparentes logo após os militares retornarem para os EUA. Portanto, uma recomendação plausível ao Comando de Cadetes e ao Comando de Recrutamento do Exército dos EUA é implementar uma política que exija que seja concedido aos indivíduos selecionados para o programa “Green to Gold” e aos instrutores do ROTC tempo suficiente para se readaptarem a um ambiente dentro do país, antes de suas designações no ROTC. Essa readaptação poderá ser auxiliada com uma prorrogação de sua data de apresentação para tal designação para um mínimo de seis meses após retornarem de missões de combate, proibindo-se, assim, uma transferência para um destacamento do ROTC cedo demais após sua volta. Uma espera de seis meses antes dessa transferência para a designação no ROTC proporcionaria, provavelmente, o tempo necessário para que sintomas do transtorno de estresse pós-traumático (TEPT) se manifestassem (caso presentes), enquanto o indivíduo ainda estivesse servindo em uma instalação militar.

## Justificação para uma Avaliação Clínica Psicológica

A justificação para a prorrogação de seis meses baseia-se em prevenir possíveis problemas relacionados à avaliação clínica psicológica, à cobertura de tratamento médico, a interrupções acadêmicas e à incapacitação ocupacional. Clinicamente, segundo a Associação Americana de Psiquiatria, não se pode ser diagnosticado com TEPT até que tenham transcorrido pelo menos seis meses após um acontecimento vivido em combate que possa provocá-lo<sup>4</sup>. Para atender à enorme necessidade de identificar e tratar o TEPT, o Exército dos EUA fez um grande investimento, em verbas e pessoal, no esforço de saúde comportamental<sup>5</sup>. Em consequência, estão sendo disseminadas

---

[Notas do tradutor:

\*Tradução de Maria Elizabeth Chaves de Mello — Guy de Maupassant, “O Horla” in *Mosaico de história: uma antologia do conto europeu*. Editora Humanitas, 2004

\*\*Diferentemente do Programa de Formação de Oficiais da Reserva do Exército Brasileiro, onde o tempo limite para o concluinte do programa permanecer na ativa é de dez anos, no referido programa do Exército dos EUA, o militar pode prosseguir e fazer carreira completa na ativa (*Active Duty*), na Reserva (*U. S. Army Reserve*) ou na Guarda Nacional (*Army National Guard*).

\*\*\* No Exército dos EUA, não existe o posto de Aspirante a Oficial. Os cadetes, ao término de seus cursos de formação, são promovidos a Segundos-Tenentes, sejam eles formados na Academia de West Point ou nas diversas universidades do Programa ROTC.

\*\*\*\*O sistema “Green to Gold” possibilita que graduados se inscrevam com o intuito de se formarem como oficiais.]

iniciativas de saúde comportamental por todo o Exército dos EUA, com o objetivo de identificar reações de estresse de combate e TEPT relacionados ao serviço, que são diagnósticos psicológicos reconhecidos no meio militar<sup>6</sup>. Assim, há profissionais de saúde comportamental disponíveis em instalações médicas militares para conduzir a avaliação e tratamento psicológico dos indivíduos selecionados no sistema “Green to Gold” e instrutores antes de sua designação para os destacamentos no ROTC.

O período de espera de seis meses possibilitaria aos militares acesso ao atendimento de saúde comportamental em uma instalação médica militar, conforme o necessário. Em contrapartida, se uma universidade filiada ao ROTC estiver situada a horas de distância de uma instalação médica militar, os alunos e instrutores não terão acesso fácil e imediato aos profissionais de saúde comportamental militares que as circunstâncias possam exigir, no caso de surgimento do TEPT. Portanto, um adiamento de seis meses na transferência para as designações no ROTC seria algo bastante benéfico para o Exército dos EUA como um todo.

**Cobertura de Tratamento Médico.** Além disso, entre os beneficiários do sistema “Green to Gold”, os selecionados com a opção de permanecerem como graduados no Componente da Ativa enquanto cursam o programa para se tornarem oficiais (*Active Duty Option*) são o único grupo a manter o plano de saúde militar mais abrangente, o que não é o caso dos bolsistas e demais indivíduos admitidos em outras categorias<sup>7</sup>. Se a psicopatologia ligada ao estresse de combate ou TEPT relacionado ao serviço se manifestasse

durante o período inicial de sua matrícula no programa ROTC, os bolsistas e demais participantes do “Green to Gold” que estivessem longe de bases militares ficariam sem o atendimento de saúde comportamental subsidiado pelo governo federal, o que resultaria, possivelmente, em consequências financeiramente devastadoras e, portanto, em consequências pessoais ou emocionais negativas adicionais.

**Interrupções acadêmicas.** Afora as complicações relacionadas à obtenção de acesso ao atendimento médico, a incapacitação acadêmica resultante de reações de estresse de combate ou TEPT relacionado ao serviço que permanecessem sem tratamento seria prejudicial ao aluno universitário e futuro oficial de Exército. Caso sigam sem tratamento, os transtornos de saúde comportamental podem resultar em ações que levem ao término da carreira dos cadetes e instrutores do ROTC ou algo pior.

Portanto, em uma época de verbas cada vez mais reduzidas, maximizar a eficiência acadêmica dos alunos selecionados para programas financiados de formação como futuros oficiais deve ser uma das maiores prioridades do Exército.

**Incapacitação ocupacional.** Sabe-se que os transtornos de saúde comportamental não diagnosticados e não tratados podem causar a incapacitação social e ocupacional de longo prazo. Por isso, deve-se considerar, também, a designação de profissionais de saúde comportamental qualificados para o próprio Comando de Cadetes<sup>8</sup>. Atualmente, não são designados oficiais de saúde comportamental do Exército dos EUA para o Comando de Cadetes na qualidade de terapeutas<sup>9</sup>. Contudo, os instrutores do ROTC, assim como o Corpo de Cadetes em geral, poderiam beneficiar-se de especialistas em saúde comportamental centralizados permanentes, capazes de oferecer terapia dentro das brigadas de recrutamento do ROTC.

## Alocação, Implementação e Utilização do Quadro de Oficiais de Saúde Comportamental

Como uma medida concreta para prevenir possíveis problemas de saúde comportamental dentro das brigadas de recrutamento do ROTC, recomendo a criação do posto de oficial de saúde comportamental da brigada. A criação desse tipo de função não é algo inédito. Atualmente, um oficial de saúde



(Ilustração de Mindy Campbell e Douglas DeMaio)

comportamental de brigada serve, normalmente, como assessor de saúde comportamental do médico e do comandante da unidade. Da mesma forma, um oficial de saúde de brigada também poderia servir como consultor de saúde comportamental do comandante do destacamento de ROTC. As atribuições adicionais de um oficial de saúde comportamental poderiam incluir prover assessoria ao comando, assim como planejar e conduzir instrução e ensino sobre temas relacionados à saúde comportamental e à resiliência. A avaliação diagnóstica psicológica e o desenvolvimento de planos de tratamento e segurança poderiam beneficiar os integrantes do ROTC.

Um oficial de saúde comportamental poderia oferecer benefícios adicionais ao fazer o rodízio pelos diversos batalhões de ROTC para apresentar módulos de instrução sobre a resiliência para o controle do estresse, controle da raiva ou outras exigências psicoeducativas. O oficial de saúde comportamental poderia tratar, verbalmente, de integrantes da brigada a distância (por telefone ou *webcam*) ou fazer visitas para tratamentos em pessoa. É preferível prevenir problemas de saúde comportamental por meio do ensino e da instrução que reagir a uma crise psicológica.

Além do papel clínico, um oficial de saúde comportamental de brigada do ROTC poderia servir como um consultor especialista para os cadetes interessados na carreira de assistente social ou psicólogo como oficial do Exército. O Quadro de Enfermeiros



O Cel Michael J. Roy, que supervisiona a terapia de exposição "Iraque Virtual", no Centro Médico Walter Reed, conduz uma demonstração de um simulador realista, que representa uma nova forma de tratamento para o TEPT, Uniformed Services University, 16 Set 08, Washington, D.C.

(Departamento de Defesa, John J. Kruzell)

do Exército dos EUA já estabeleceu o precedente, ao incorporar oficiais nas brigadas de ROTC como assessores acadêmicos e recrutadores especializados<sup>10</sup>. Da mesma forma, um oficial de saúde comportamental poderia ter funções múltiplas dentro dessas brigadas.

## Parcerias em Saúde Comportamental

É bem provável que a obtenção da aprovação para a inclusão de oficiais de saúde comportamental nas unidades de ROTC seja um processo lento. Contudo, é preciso lidar com as questões de saúde comportamental agora. Uma abordagem de curto prazo para atenuá-las seria criar um termo de compromisso a ser firmado entre cada universidade com uma unidade de ROTC e uma clínica de saúde comportamental dentro de um raio de 80 quilômetros. Isso permitiria que os cadetes e instrutores sendo transferidos para a unidade de ROTC obtivessem serviços de saúde comportamental conforme o necessário.

Já que nem todo cadete terá acesso ao atendimento de saúde comportamental custeado pela Força devido a fatores como localização ou situação financeira, tal acordo com especialistas em saúde comportamental terceirizados possibilitaria que um cadete ou instrutor fosse tratado por um terapeuta civil familiarizado com os militares. Esses acordos de contratação de serviço de longo prazo também ajudariam a diminuir a frustração de alguns militares ao terem de explicar conceitos militares básicos para fornecer contexto a um terapeuta com pouca ou nenhuma experiência com as Forças Armadas, conforme buscam falar de acontecimentos significativos relacionados à vida militar<sup>11</sup>.

## Conclusão

A saúde psicológica dos militares atuais e futuros oficiais é de extrema importância para uma Força de combate saudável. A necessidade de reconhecimento e tratamento de problemas de saúde comportamental não deixa de existir quando um militar ou cadete é enviado a um destacamento de ROTC. Em consequência, a Força precisa modificar políticas e fornecer recursos adicionais para oferecer apoio psicológico aos membros do Comando de Cadetes que sofram de TEPT ou transtornos relacionados, devido a experiências de combate traumáticas. ■

O Major Gregory C. Mabry Jr., doutor em Psicologia e assistente social clínico licenciado, do quadro de serviço médico do Exército dos EUA, é o oficial de saúde comportamental de uma Brigada de Aviação de Combate da 101ª Divisão Aeroterrestre (Assalto Aéreo). É bacharel pela Austin Peay State University, mestre pela Webster University, mestre em Assistência Social pela Fayetteville State University e doutor em Psicologia pela California Southern University.

## Referências

**Epígrafe.** Guy de Maupassant, *The Horla*, trans. Charlotee Mandell (Brooklyn, NY: Melville House, 2005). [Tradução de Maria Elizabeth Chaves de Mello — Guy de Maupassant, “O Horla” in *Mosaico de história: uma antologia do conto europeu*. Editora Humanitas, 2004 — N. do T.]

1. Site do U.S. Army Cadet Command, <http://www.rotc.usaac.army.mil/history.aspx> (acesso em 24 fev. 2015).
2. U.S. Army Reserve Officers' Training Corps, *U.S. Army Green to Gold Active Duty Option Program Information Booklet*, [http://www.goarmy.com/content/dam/goarmy/downloaded\\_assets/pdfs/gtg-ado-application-booklet-feb15.pdf](http://www.goarmy.com/content/dam/goarmy/downloaded_assets/pdfs/gtg-ado-application-booklet-feb15.pdf) (acesso em 27 fev. 2015).
3. MILPER [Military Personnel] Message no. 14-111, Army Human Resources Command, “FY 2015 Professor of Military Science Centralized Selection Board”, 22 Apr. 2014, [http://www.cadetcommand.army.mil/files/milper\\_14-111.pdf](http://www.cadetcommand.army.mil/files/milper_14-111.pdf) (acesso em 24 fev. 2015).
4. American Psychiatric Association, ed., *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders*, 5th ed. (DSM-5) (Arlington, VA: American Psychiatric Association).
5. David Vergun, “Funding for Mental Health Research Yielding Results”, 11 April 2013, U.S. Army Homepage news archives, [http://www.army.mil/article/100785/Funding\\_for\\_mental\\_health\\_research\\_yielding\\_results/](http://www.army.mil/article/100785/Funding_for_mental_health_research_yielding_results/) (acesso em 24 fev. 2015).
6. Site Army Behavioral Health, <http://armymedicine.mil/Pages/behavioralhealth.aspx> (acesso em 24 fev. 2015); David Vergun, “Army Standardizes PTSD Diagnosis, Treatment”, 3 Aug. 2012, U.S. Army Homepage news archives, <http://www.army.mil/article/84928> (acesso em 24 fev. 2015).
7. Para obter mais informações sobre os tipos de bolsa e benefícios incluídos, veja Dena O'Dell, “Green to Gold Program Offers Scholarship Options,” site do Forte Riley, <http://www.riley.army.mil/News/ArticleDisplay/tabid/98/Article/469862/green-to-gold-program-offers-scholarship-options.aspx> (acesso em 24 fev. 2015).
8. Melissa A. Polusny, et al., “Longitudinal Effects of Mild Traumatic Brain Injury and Posttraumatic Stress Disorder Comorbidity on Postdeployment Outcomes in National Guard Soldiers Deployed to Iraq”, *JAMA [Journal of the American Medical Association] Psychiatry* 68(1) (January 2011), <http://archpsyc.jamanetwork.com/article.aspx?articleID=210966> (acesso em 24 fev. 2015).
9. Department of the Army Pamphlet 600-4, *Army Medical Department Officer Development and Career Management*, (Washington, D.C.: U.S. Government Printing Office, 27 Jun. 2007): p. 79, p. 81 e p. 101-102, [http://armypubs.army.mil/epubs/pdf/p600\\_4.pdf](http://armypubs.army.mil/epubs/pdf/p600_4.pdf) (acesso em 24 fev. 2015).
10. Cpt. Faith Kulmala, “ROTC Brigade Nurse Counselor”, post de 3 dez. 2010 no site Army Strong Stories, <http://armystrongstories.com/army-stories/rotc-brigade-nurse-counselor/> (acesso em 24 fev. 2015).
11. Site da American Psychological Association, “The Critical Need for Mental Health Professionals Trained to Treat Post-Traumatic Stress Disorder and Traumatic Brain Injury”, sem data, <http://www.apa.org/about/gr/issues/military/critical-need.aspx> (acesso em 24 fev. 2015).



Militares da 69ª Brigada de Artilharia Antiaérea intervêm durante um cenário de assédio sexual em que um praça antigo agride sexualmente um soldado raso, no Forte Hood, Texas, 29 Abr 15. O cenário fazia parte do treinamento da Brigada para o "Mês de Conhecimento sobre o Assédio Sexual".

(Sgt Kimberly Lessmeister/ Relações Públicas da 69ª Brigada de Artilharia Antiaérea)

# Como Vencer a Luta contra o Assédio Sexual no nosso Exército Começando com o Treinamento Básico de Combate

Cel Bryan Hernandez, Exército dos EUA

**O** aumento no número de assédios sexuais reportados dentro das Forças Armadas têm causado preocupação entre os comandantes

superiores e legisladores — bem como os pais ao permitir que os seus filhos sirvam nas Forças Armadas<sup>1</sup>. Essas preocupações já se converteram em mudanças políticas

e em crescentes discussões sobre como as Forças Armadas abordam o abuso e assédio sexual e a cultura de conduta pessoal, dentro das fileiras.

Ao longo dos últimos anos, o foco na prevenção do assédio e abuso sexual gerou novos programas de instrução, processos de denúncia e envolvimento por comandantes em todos os níveis. Como ex-Comandante de uma brigada de Treinamento Individual Básico de Combate (TIBC) no Forte Jackson, na Carolina do Sul, responsável pela instrução militar inicial, com a integração dos gêneros, para milhares de recrutas a cada ano, já vi uma mudança positiva ocorrendo na luta contra esse assunto crítico dentro do nosso Exército. Embora o caminho para desarraigar esse problema completamente das nossas formações vá ser longo, diariamente nossos soldados e comandantes vencem pequenas batalhas nessa luta, por meio de uma série de ações para prevenir o assédio e abuso sexual e, quando tais incidentes ocorrem, com métodos para responder com mais efetividade.

Durante a instrução militar inicial, temos a missão principal de transformar civis em soldados. É dentro desse processo transformativo que começa o estabelecimento das condições e cultura apropriadas para a prevenção do assédio e abuso sexual. No TIBC, existe uma janela de oportunidade essencial para inverter a maré contra o assédio sexual, por meio do estabelecimento de uma fundação moral correta para os soldados mais novos do nosso Exército. No entanto, isso só pode ter êxito se existir um grupo coletivo de profissionais que imponha os sistemas e procedimentos apropriados, atuando dentro de uma organização com um ambiente saudável e disciplinado. Além disso, comandantes não podem resolver esse problema sozinhos; precisam de parcerias com organizações essenciais de apoio nas suas instalações, como o Comando de Saúde, o Comando de Investigação Criminosa e os Serviços Comunitários do Exército, bem como hospitais e universidades civis, para aproveitar totalmente os recursos críticos das campanhas do Programa de Resposta e Prevenção ao Assédio e Abuso Sexual (SHARP, na sigla em inglês).

Ao utilizar várias linhas de esforço, comandantes, graduados mais antigos, sargentos de procedimentos militares e instrutores podem ter êxito na redução de assédio e abuso sexual nas suas organizações. Isso exige medidas cuidadosamente estudadas para criar um ambiente profissional concentrado no respeito, padrões,

disciplina e confiança. O processo de combater a má conduta sexual deve ser holístico e deliberado, com o envolvimento dos líderes em todos os níveis.

No Forte Jackson, conseguimos resultados incentivadores dos esforços em toda a instalação e dentro das nossas unidades para enfrentar esse desafio. Durante a minha permanência em um comando de TIBC, descobri que a concentração dos esforços da nossa organização em uma mudança cultural, nos processos de recepção e integração de novos militares e no envolvimento das lideranças foi fundamental para a redução do número de casos de má conduta sexual<sup>2</sup>. Embora não completamente abrangentes ou aplicáveis para todas as unidades, os seguintes pontos podem ajudar outros líderes a traçar os seus próprios caminhos na abordagem desse complexo problema.

## Doutrinação

O ambiente de instrução militar inicial, como a primeira experiência no Exército, precisa incutir nos novos recrutas os padrões mais elevados de profissionalismo e de conduta. Novos militares emularão o que enxergam que os seus chefes dizem e fazem; portanto, a liderança e os instrutores da instrução militar inicial devem exemplificar esses padrões em todas as suas ações.

Os recrutas entram nas Forças Armadas com uma variedade de crenças morais e éticas baseadas na sua infância, formação e comportamentos culturalmente aceitos pelos seus grupos sociais anteriores. Frequentemente, seu sistema pessoal de valores não é coerente com os valores do Exército ou as normas aceitas pelas Forças Armadas. No TIBC, a maioria das denúncias do programa SHARP envolvem incidentes entre os treinados relacionados a atos de contato físico indesejado, comentários sexuais impróprios, brincadeiras inaceitáveis e fraternização. Muitos desses incidentes ocorrem durante as fases iniciais do treinamento básico, conforme os homens e mulheres jovens são colocados juntos, pela primeira vez na vida, em um ambiente de instrução integrado e controlado.

A variedade de denúncias e as suas ocorrências logo no início do treinamento básico são indicativas das diferenças culturais e da divisão entre a conduta aceitável adotada anteriormente em casa, por alguns dos instrutores, e os padrões do Exército. Assim, é essencial introduzi-los nas normas de conduta e de valores do Exército, logo à sua chegada.

Reduzir a lacuna entre o sistema de valores do Exército e o dos novos recrutas exige tanto um plano de ajuste de longo termo quanto um de curto. Dentro dos primeiros 24 a 48 horas após a chegada ao TIBC o recruta recebe instrução sobre o programa SHARP, e um “amigo de combate” é designado a ele<sup>3</sup>. Esse treinamento imediato estabelece as condutas aceitáveis e inaceitáveis, junto com padrões de comportamento pessoal e profissional e provê instrução sobre o assédio e abuso sexual. A intenção é remover as percepções prévias com respeito às normas aceitáveis de comportamento civil oriundas dos antecedentes particulares dos instruídos e introduzir os valores e padrões de conduta do Exército.

Da mesma forma, militares são integrados ao sistema de “amigo de combate” para ensiná-los como trabalhar juntos, como equipe, e como tomar conta uns dos outros durante todos os momentos. Depois, os valores e os padrões de conduta esperados são reforçados e demonstrados continuamente por todo o ciclo de treinamento, de 10 semanas, para estabelecer a devida fundação ética para novos militares.

## Denúncias e Documentação

Um aspecto essencial para um eficaz programa SHARP é a instrução e a aplicação dos procedimentos de documentação corretos. Fazer denúncia de um incidente relacionado ao assédio e abuso sexual deve ser mais do que incentivado, devendo ser exigido por todos dentro da unidade. Os cronogramas, padrões e requerimentos de documentação e de denúncia devem ser entendidos por todos na organização, e comandantes e supervisores precisam enfatizar a fidelidade a esses padrões. Quando um militar faz uma acusação ou denúncia, precisa ser tratado com o devido nível de respeito pelos outros integrantes da unidade, em vez de ser estigmatizado. Os militares, independentemente do posto e gênero, precisam sentir que a sua unidade e a sua liderança promovem um sistema de denúncias aberto.

Embora a recente atenção da mídia com a intensificação de incidentes de assédio sexual reportados nas Forças Armadas pareça sugerir um aumento no número de casos, isso talvez possa indicar uma melhoria de confiança pelos militares no sistema de denúncias devido aos crescentes esforços pelos comandantes e unidades de apoiar o programa SHARP<sup>4</sup>. Os resultados de várias pesquisas de opinião dos níveis

brigada e batalhão e reuniões com militares no treinamento básico ao longo do meu último ano de comando deixaram evidente que esses foram bem informados sobre o SHARP e como devem denunciar incidentes de má conduta sexual — e eles se sentiram confiantes no processo. No entanto, essa confiança precisa continuar por toda a carreira militar.

## Exercícios Simulados do Programa SHARP

Uma das normas subjacentes de um programa eficaz do SHARP é tomar as medidas apropriadas quando ocorre um incidente. Infelizmente, algumas unidades deixam de fazer isso devido a uma falta de normas gerais de ação, falta de conscientização por parte dos comandantes e carência de instrução das responsabilidades requeridas do pessoal. Quando se trata do assédio ou do abuso sexual, não há desculpa para fracasso. Portanto, exercícios para o programa SHARP devem ser estabelecidos com direções claras para tanto a denúncia requerida (informal, formal, restrita e irrestrita) quanto as ações que devem ser conduzidas ao ser notificado de um incidente<sup>5</sup>. O desenvolvimento de um formato padronizado — compreendido por todos, reforçado continuamente pelos integrantes da unidade e ensinado a novos membros à sua chegada, por meio de um processo formalizado de treinamento e de recepção — é essencial.

O formato do exercício deve ser claro, com instruções escritas e direções gráficas de passo a passo. Além disso, essas instruções devem ser colocadas em todos os regulamentos internos e normas de serviços gerais. Depois de chegar à brigada, isso se tornou uma prioridade para mim devido às irregularidades que encontrei nas denúncias entre os diversos batalhões, às tarefas requeridas compreendidas incorretamente pelos comandantes e instrutores e às ações imprópriamente tomadas pelos subordinados após um incidente. Por conseguinte, rapidamente formalizamos um padrão dentro da brigada para vários tipos de diferentes incidentes, começando com os que envolviam a má conduta sexual, que esclareceu os procedimentos apropriados para documentação, os protocolos e as ações por parte dos comandantes. Mais importante ainda, devido à sua implantação e reforço, os exercícios eliminaram confusão e enganos entre as unidades e fizeram com que a organização fosse mais responsiva e efetiva.



Militares da 158ª Brigada de Infantaria e coordenadores de resposta ao assédio sexual ensaiam cenários que fornecem instrução em como responder devidamente às denúncias ou às observações de assédio e abuso sexual, durante a 1ª Reunião do Programa SHARP, no Forte Meade, Maryland, 8 Nov 15.

(Cap Edward Brown, Relações Públicas da 1ª Divisão de Exército-Leste)

## Uma Cultura de Responsabilidade e Transparência

Um dos aspectos mais essenciais para desenvolver um ambiente livre de assédios e abusos sexuais é o estabelecimento de uma atmosfera de responsabilidade individual e de unidade para manter os padrões mais elevados de conduta pessoal e profissional. Os comandantes precisam criar um ambiente onde todos os integrantes da unidade sejam responsabilizados pelas suas ações. É essencial para a criação de disciplina e de confiança mútua entre a liderança e os subordinados da unidade.

Ao mesmo tempo, comandantes e unidades precisam ser absolutamente transparentes quando alegações ou incidentes ocorrem e necessitam seguir os apropriados protocolos legais e de denúncia. Os comandantes devem permanecer neutros quando uma alegação é feita, e precisam garantir que sigam os procedimentos de investigação apropriados, uma vez notificados sobre um incidente. Não existe algo pior do que uma unidade ou um comandante que tenta minimizar a importância de uma alegação, reprimir uma denúncia e esconder a “roupa suja” da organização.

Infelizmente, alguns comandantes tentam desacreditar uma alegação devido ao impacto negativo percebido sobre a sua organização, favoritismo, ou porque envolve uma alegação contra um dos seus *melhores* militares. Portanto, é essencial reforçar o profissionalismo acima das relações pessoais entre os integrantes da unidade. Se uma alegação for feita, a liderança precisa escolher fazer a coisa certa e difícil, em vez da errada e fácil. Se a alegação for confirmada, então a liderança deve tomar a ação apropriada, sem qualquer preconceito ou interesse limitado. Os comandantes que deixam de agir, ou que empregam duplicidade de critérios e não responsabilizam os indivíduos culpáveis pelas suas ações, agem em detrimento de suas unidades. Pode-se ter certeza de que os militares sempre estão observando se os seus chefes tomam a decisão certa.

## O Princípio do Primeiro Direito de Recusa

Na nossa unidade, tínhamos uma política adotada de, primeiramente, informar o Coordenador de Resposta a Assédio Sexual, o Comando de Investigação Criminosa ou a Polícia do Exército

quando uma alegação era feita por um militar dentro da unidade, dependendo do tipo de denúncia. Embora essa política se conformasse aos regulamentos e procedimentos apropriados do Exército, abordava o que eu considerava como uma oportunidade para fracassar pelos comandantes inexperientes e equivocados que, por meio de um processo decisório defeituoso, escolhiam não tomar medidas ou investigar o incidente.

Permitir que organizações externas à unidade analisem, primeiramente, os casos de alegação de má conduta sexual e assumam o controle da investigação ou devolvam a responsabilidade à unidade, criou um maior nível de transparência e responsabilidade para a unidade e a sua liderança. Adotamos especificamente esse método para garantir que todas as unidades se comunicassem com os órgãos apropriados quando uma denúncia fosse feita e para eliminar os casos de unidades subordinadas conduzindo investigações superficiais e determinando com demais pressa “que *nada havia acontecido*”. Esse princípio do *Primeiro Direito de Recusa* melhorou radicalmente a transparência da nossa unidade, promoveu o tratamento imparcial e justo para, tanto as vítimas quanto os supostos infratores, e garantiu que os procedimentos devidos fossem seguidos nos escalões mais baixos da brigada.



Um policial militar do 720º/89ª Brigada de Polícia do Exército compartilha a sua opinião sobre um cenário que envolve dois soldados do sexo oposto malhando em uma academia, no Forte Hood, Texas, 21 Nov 14. Militares da Brigada entre as idades de 17 e 25 observaram e reagiram aos diversos cenários propostos durante o treinamento interativo de SHARP.

(Sgt Ryan Hohman, Relações Públicas da 89ª Brigada de Polícia do Exército)

## Como Avaliar o Ambiente SHARP dentro de uma Unidade

Considerando que o programa SHARP envolve um grande número de variáveis dentro de uma unidade, usamos diversas ferramentas para avaliar nossa efetividade organizacional no combate ao assédio e abuso sexual. No nível soldado em instrução militar inicial, a brigada conduziu pesquisas de opinião anônimas com perguntas orientadas para o programa SHARP, junto com exames de proficiência no final do ciclo. Essas pesquisas forneceram *feedback* dos militares quanto à sua instrução sobre o SHARP, à imposição dentro das suas companhias e à sua assimilação geral dos valores do Exército.

Dentro dos batalhões de TIBC, os comandantes e os *Sergeants Major* [praça mais antigo de unidade batalhão para cima — N. do T.] dos comandos conduziram sessões de sondagem com os seus soldados, após cada fase da instrução. Esses fóruns proveram *feedback* de primeira mão sobre o treinamento, padrões e disciplina, junto com comentários sobre a conduta dos seus comandantes e instrutores. Essas sessões foram espelhadas no nível companhia pelos comandantes, *first sergeants* [praça mais antigo de companhia — N. do T.] e representantes de apoio às vítimas/SHARP da orga-

nização para garantir que os líderes fossem envolvidos e avaliassem continuamente o desempenho da sua unidade e do seu compromisso para prevenir o assédio e abuso sexual.

Além disso, para garantir que a organização tomasse as apropriadas ações legais e administrativas em tempo oportuno, eu e o *Sergeant Major* da brigada nos reuníamos com o Assessor Jurídico semanalmente para conduzir uma análise de todas as ações jurídicas em andamento. Algumas das áreas-chave em que nos concentrávamos eram o status dos processos jurídicos abertos e as denúncias irrestritas do SHARP; onde esses casos estavam no processo de decisão ou de investigação; quais ações administrativas eram necessárias, como advertências e suspensão dos deveres

para instrutores; e qual era o caminho à frente para os casos. Essas análises também forneciam um relance de quaisquer tendências, por toda a nossa organização, que poderíamos abordar com os líderes da unidade. Além disso, o assessor jurídico consolidava os dados sobre os casos para uma análise mais formal do ambiente operacional da nossa unidade, com base trimestral e anual. Na conclusão de cada reunião, verificávamos com os comandantes e chefes de seções de estado-maior principais para verificar o status das suas ações respectivas sobre os casos discutidos. Por meio desse processo, obtivamos resultados mais oportunos sobre as ações e investigações da unidade com todos os interessados envolvidos devidamente.

## A Importância dos Conselhos de Análise de Assédio Sexual

Os Conselhos de Análise de Assédio Sexual (SARB, na sigla em inglês) mensais, de nível guarnição, são essenciais para o êxito de um programa abrangente do SHARP. Os SARB proporcionam o fórum ideal para que os comandantes de instalações e os líderes-chave possam analisar coletivamente os recém-declarados casos de SHARP (mantendo o devido nível de privacidade), avaliar as denúncias e as ações requeridas, identificar tendências e melhores práticas e, de maior importância, sincronizar os recursos e o apoio à vítima.

Embora cada instalação possa variar na condução do seu SARB, ele é uma parte integral do envolvimento dos comandantes no processo de reduzir e eliminar o assédio e abuso sexual. Os comandantes podem compartilhar as lições aprendidas nessa reunião e coordenar os meios de apoio de vários órgãos na sua instalação e dentro da comunidade local. No Forte Jackson, conseguimos obter o apoio de prestadores de serviços médicos, representantes universitários e outras agências na área local para discutir ideias e estabelecer planos de apoio mútuo para evitar e responder aos assédios.

Além disso, cada ano conduzimos um fórum sobre o SHARP, introduzindo vários palestrantes convidados, agências de apoio e muitos outros para discutir o assédio e abuso sexual, desde o aquartelamento militar ao campus universitário. Essas reuniões produziram parcerias mais fortes entre nossas organizações, bem como permitiram que comandantes pudessem compartilhar ideias e planos para melhorar os seus programas.

Em muitos casos, descobrimos que as Forças Armadas não estavam sozinhas na luta contra esse problema complexo, e ter a capacidade de discutir os assuntos com nossos homólogos civis produziram novos discernimentos e estratégias.

## O Estabelecimento de uma Cultura de Profissionalismo

A área de foco mais essencial para reduzir ou eliminar o assédio e abuso sexual é a cultura da organização e das pessoas dentro dela. Os militares irão adaptar-se ao nível de conduta com o qual são exigidos ou permitidos a conformar-se. Se uma unidade possui um ambiente universal de padrões elevados para, tanto a conduta pessoal quanto a profissional dos seus militares, há menos chance de ocorrer casos de má conduta. Por outro lado, se padrões baixos e indisciplina são permitidos pela liderança, incidentes de maus-tratos terão a tendência de permear as fileiras da unidade.

O comportamento apropriado dos militares se origina de uma subjacente cultura de unidade baseada na dignidade e no respeito. A formação da cultura começa com as pequenas coisas, como a linguagem que permitimos que seja usada pelos instrutores com os seus recrutas e a forma em que os militares são ensinados a tratar seus homólogos e chefes. No TIBC, isso é complicado pela dinâmica entre o sargento instrutor e o recruta em treinamento. No entanto, o tratamento de militares com comportamento e linguagem depreciativos não cria o ambiente profissional necessário para inculcar nossos valores como um Exército — tampouco provê modelos exemplares aos jovens recrutas que podem ser emulados.

Portanto, com um esforço para fomentar a devida cultura de unidade de respeito mútuo entre os militares, aplicamos uma abordagem de tratar os soldados com dignidade, e não com desdém. Isso não reduziu a importância de fazer com que o treinamento e o ambiente do programa sejam rigorosos e estressantes para preparar os militares para as realidades do combate, mas exigiu que o nosso quadro de instrutores — desde o Comandante de Companhia até o Sargento instrutor — garantisse que a sua conduta e o ambiente da sua unidade fosse profissional. Esse processo não tem sido fácil, mas ao concentrar na cultura da nossa organização, vimos uma redução na má conduta, tanto pessoal quanto profissional.

## Conclusão

Como o ponto de entrada para cada novo recruta, o TIBC é o ponto de partida ideal para reduzir drasticamente o assédio e abuso sexual por todo o nosso Exército. A vitória nessa campanha exige um método multifacetado para abordar as causas subjacentes que permitem que tal má conduta ocorra nas nossas fileiras. As soluções apenas podem surgir por meio de comandantes envolvidos em todos os níveis que podem estabelecer as condições necessárias para uma força profissional dedicada aos valores mais elevados e aos valores do nosso Exército. O assédio e abuso sexual são um câncer na boa ordem e na disciplina de qualquer

unidade, sem falar das implicações estratégicas que esses crimes têm sobre a credibilidade e o orgulho da nossa força.

Felizmente, progredimos muito para reduzir esse problema por meio de esforços determinados em todo o Exército. Como ex-Comandante, espero pelo dia quando tais incidentes sejam extremamente raros ou já não existam nas nossas unidades. No entanto, até lá, devemos continuar, passo a passo, a moldar o ambiente e a cultura do nosso Exército para desenvolver soldados e comandantes futuros que ficarão prontos, não apenas para vencer as guerras da nossa nação, mas para tratar outros militares com dignidade e respeito. ■

*O Cel Bryan Hernandez, do Exército dos EUA, está cursando o Army War College dos EUA. Escreveu este artigo durante seu posto anterior como Comandante da 165ª Brigada de Infantaria (Treinamento Individual Básico de Combate), no Forte Jackson, na Carolina do Sul. É mestre pela Escola de Estudos Militares Avançados, no Forte Leavenworth, e também pela Universidade de Alabama. Serviu na Bósnia, no Iraque e no Afeganistão.*

## Referências

1. Department of Defense Sexual Assault Prevention and Response Office, *Department of Defense Annual Report on Sexual Assault in the Military: Fiscal Year 2013*, 15 Apr. 2014, p. 1–5, acesso em: 17 ago. 2015, [http://www.sapr.mil/public/docs/reports/FY13\\_DoD\\_SAPRO\\_Annual\\_Report\\_on\\_Sexual\\_Assault.pdf](http://www.sapr.mil/public/docs/reports/FY13_DoD_SAPRO_Annual_Report_on_Sexual_Assault.pdf).
2. Os casos substanciados de associação ilegal e de abuso por parte do quadro de instrutores da 165ª Brigada de Infantaria [a do autor] diminuiu 35% entre julho de 2013 e abril de 2015.
3. Training and Doctrine Command (TRADOC) Regulation (TR) 350-6, *Enlisted Initial Entry Training Policies and Administration* (Fort Eustis, VA: TRADOC, 7 Nov. 2013), parágrafo. 3-21 a. O regulamento declara, "Por meio de decreto congressional, a instrução inicial de SHARP no Treinamento Individual Básico de Combate e no Treinamento Individual Avançado deve ser apresentada durante os primeiros 14 dias. Assim, as companhias devem garantir que esse treinamento seja marcado durante os primeiros 10 dias. Isso leva em conta o tempo inicial que o militar passa para ser recebido na unidade".
4. Jamie Crawford, "Reports of Military Sex Assault up Sharply," Cable News Network (CNN), 1 May 2014, acesso em 6 ago. 2015, <http://www.cnn.com/2014/05/01/politics/military-sex-assault/>.
5. TR 350-6, *Enlisted Initial Entry Training*, parágrafo 2-7e. O parágrafo ressalta as ações que precisam ser tomadas por comandantes depois de uma denúncia irrestrita de assédio sexual de um treinando. Essas incluem: "determinar se a vítima deseja/ precisa de tratamento médico de emergência"; "notificar a polícia logo que a segurança da vítima seja garantida e os procedimentos de tratamento médico escolhidos pela vítima sejam iniciados"; "notificar o Coordenador de Resposta ao Assédio Sexual"; "prover à vítima apoio emocional e monitorar o bem-estar dela, particularmente se houver indicações de idealização suicida, e garantir que a intervenção apropriada ocorra como necessário"; e "determinar a necessidade para designação temporária a novo destino da vítima ou do suposto infrator, concedendo, na medida do possível, consideração preferencial aos desejos da vítima".



O Presidente russo Vladimir Putin durante sua conferência anual de perguntas e respostas, 4 Out 08.

Cortesia do Gabinete da Imprensa e das Informações do Presidente Russo)

# Comentários pelo Presidente Vladimir Putin da Rússia à Assembleia Geral das Nações Unidas

*Nota do Editor: Esta é uma transcrição oficial de um discurso proferido pelo Presidente Vladimir Putin da Rússia à Assembleia Geral da ONU, em 28 de setembro de 2015, conforme divulgado pelo seu gabinete <sup>1</sup>.*

*Este discurso é fornecido, junto com os próximos dois artigos da Military Review, como um esforço para familiarizar nossos leitores com as perspectivas das autoridades superiores da Rússia sobre o assunto da guerra futura e não deve ser interpretado como uma tentativa de promover as suas perspectivas.*

**S**enhor Presidente, Senhor Secretário-Geral, distintos Chefes de Estado e de Governo, senhoras e senhores,

O 70º aniversário das Nações Unidas é uma boa ocasião para tanto analisar a história quanto falar sobre o nosso futuro comum. Em 1945, os países que derrotaram o nazismo juntaram seus esforços para estabelecer uma fundação sólida para a ordem mundial pós-guerra. Lembrem-se que as decisões-chave sobre os princípios que definem a interação entre Estados, bem como a decisão de estabelecer a ONU, foram tomadas em nosso país na Conferência de Ialta pelos chefes da coalizão anti-Hitler.

O sistema de Ialta realmente é resultado de muito esforço. Nasceu às custas de dezenas de milhões de vidas e de duas guerras mundiais que varreram a planeta no Século XX. A verdade seja dita:

ajudou a humanidade a passar pelos eventos turbulentos e, às vezes, dramáticos das últimas sete décadas. Salvou o mundo de grandes transtornos.

A Organização das Nações Unidas é singular em termos de legitimidade, representação e universalidade. É verdade que ultimamente a ONU vem sendo criticada por ser ineficiente, ou pelo fato de que a tomada de decisões sobre assuntos fundamentais fica paralisada devido a diferenças insuperáveis, especialmente entre os membros do Conselho de Segurança.

No entanto, gostaria de destacar que sempre têm havido diferenças na ONU ao longo dos seus 70 anos de história, e que o direito do veto têm sido usado regularmente pelos Estados Unidos, Reino Unido, França, China e União Soviética, e depois pela Rússia. É totalmente natural para uma organização tão diversa

e representativa. Quando a ONU foi estabelecida inicialmente, ninguém esperava que sempre haveria unanimidade. A missão da organização é buscar e obter compromissos, e os seus pontos fortes se originam do aspecto que leva em consideração as diversas opiniões e pontos de vista. As decisões discutidas dentro da ONU são aceitas, ou não, na forma de resoluções. Como os diplomatas dizem, elas são aprovadas ou não. Qualquer ação tomada para contornar esse procedimento é ilegítima e se constitui em uma infração da Carta da ONU e da lei internacional contemporânea.

Todos nós sabemos que após o final da Guerra Fria restou no mundo um centro de dominância, e aqueles que se encontraram no topo da pirâmide foram tentados a pensar que, como são tão poderosos e excepcionais, sabem melhor o que precisa ser feito e, assim, não

necessitam contar com a ONU, a qual, ao invés de aprovar automaticamente qualquer decisão que eles necessitem, se tornam frequentemente um impedimento para tal.

Essa é a razão pela qual dizem que a ONU cumpriu o seu propósito e agora é obsoleta e antiquada. Claro, o mundo muda, e a ONU também deve passar por uma transformação natural.

A Rússia está pronta para trabalhar junto com os seus parceiros para desenvolver até mais a ONU com base em um consenso amplo, mas consideramos qualquer tentativa de minar a legitimidade das Nações Unidas como algo extremamente perigoso. Pode resultar no colapso da estrutura inteira das relações internacionais, e daí, com certeza, não haverá regras além do domínio da força. O mundo será dominado pelo egoísmo em vez do esforço coletivo, pelo decreto ao invés da igualdade e da liberdade e, em lugar de Estados realmente independentes, teremos protetorados controlados externamente.

Qual é o significado da soberania estatal, o termo que foi mencionado por nossas colegas aqui? Basicamente, significa liberdade, com cada pessoa e cada Estado tendo a liberdade de escolher o seu futuro.

**Devemos nos recordar as lições do passado. Por exemplo, lembramos exemplos do nosso passado, quando a União Soviética exportou experimentos sociais, compelindo mudanças em outros países por razões ideológicas, e isso, frequentemente, levou a consequências trágicas e causou degradação ao invés de progresso.**

A propósito, isso nos leva ao assunto da suposta legitimidade das autoridades estatais. Não se deve jogar com palavras e manipulá-las. Na lei internacional e nas relações internacionais, cada termo tem de ser definido, transparente e interpretado da mesma maneira, por todos.

Todos nós somos diferentes, e devemos respeitar isso. As nações não devem ser obrigadas a conformar-se ao mesmo padrão de desenvolvimento que alguém declarou ser o único adequado.

Devemos nos recordar as lições do passado. Por exemplo, lembramos exemplos do nosso passado, quando a União Soviética exportou experimentos sociais, compelindo mudanças em outros países por razões ideológicas, e isso, frequentemente, levou a consequências trágicas e causou degradação ao invés de progresso.

Parece, no entanto, que em vez de aprender dos erros de outros, alguns preferem repeti-los e continuar a exportar revoluções, só que agora essas são revoluções “democráticas”. Apenas considere a situação no Oriente Médio e no norte da África, já mencionada pelo orador anterior. Claro, os problemas políticos e sociais têm acumulado ao longo de muito

tempo nessa região, e o povo queria mudanças. Mas qual foi o verdadeiro resultado? Em vez de ocasionar reformas, a intervenção agressiva destruiu impetuosamente as instituições governamentais e o estilo de vida local. Em lugar de democracia e de progresso, agora existe violência, pobreza, desastres sociais e indiferença pelos direitos humanos, incluindo até o direito de viver.

Estou obrigado a perguntar aqueles que criaram essa situação: pelo menos percebem agora o que têm feito? Contudo, temo que essa pergunta permanecerá sem resposta, porque nunca abandonaram a sua política, que é baseada na arrogância, na excepcionalidade e na impunidade.

Os vácuos de poder em alguns países no Oriente Médio e no norte da África resultaram obviamente no surgimento de áreas de anarquia, que foram preenchidas rapidamente com extremistas e terroristas. O assim-chamado Estado Islâmico tem dezenas de milhares de militantes lutando no nome dele, incluindo ex-soldados iraquianos que foram deixados na rua após a invasão de 2003. Muitos recrutas vieram da Líbia, cujo Estado foi destruído como resultado de uma transgressão flagrante da Resolução 1973 do Conselho de Segurança das Nações Unidas. E agora, integrantes da suposta oposição “moderada” da Síria, que são

apoiados pelo Ocidente, se agregaram aos grupos radicais. Recebem armas e treinamento e, depois, desertam e se juntam ao assim chamado Estado Islâmico.

De fato, o próprio Estado Islâmico não surgiu do nada. Foi desenvolvido inicialmente como uma arma contra os regimes seculares indesejáveis. Ao ter estabelecido controle sobre partes da Síria e do Iraque, agora expande agressivamente a outras regiões. Busca domínio no mundo muçulmano e além. Seus planos são até mais grandiosos.

A situação é extremamente perigosa. Nessas circunstâncias, é hipócrita e irresponsável fazer declarações sobre a ameaça do terrorismo e, ao mesmo tempo, fazer vista grossa aos canais usados para financiar e apoiar terroristas, incluindo rendimentos do tráfico de drogas, do comércio ilegal de petróleo e da venda de armas.

É igualmente irresponsável manipular grupos extremistas e usá-los para realizar objetivos políticos, esperando que se descobrirá depois, de alguma forma, uma maneira de livrar-se deles, ou mesmo, eliminá-los.

Gostaria de dizer àqueles que se envolvem nisso: Senhores, as pessoas com quem estão lidando são cruéis, mas não são imbecis. São tão inteligentes quanto

**Parece, no entanto, que em vez de aprender dos erros de outros, alguns preferem repeti-los e continuar a exportar revoluções, só que agora essas são revoluções “democráticas”... Mas qual foi o verdadeiro resultado? Em vez de ocasionar reformas, a intervenção agressiva destruiu impetuosamente as instituições governamentais e o estilo de vida local. Em lugar da democracia e do progresso, agora existe violência, pobreza, desastres sociais e indiferença pelos direitos humanos, incluindo até o direito de viver.**

vocês. Então, a grande questão é: Quem está tirando proveito de quem? O recente incidente em que o grupo de oposição mais “moderado” entregou as suas armas aos terroristas é um exemplo vívido disso.

Consideramos que qualquer tentativa de ter interesse passageiro com terroristas, muito menos armá-los, é tacaña e muito perigosa. Isso pode fazer com que a ameaça terrorista global seja muito pior, difundindo-a por novas regiões ao redor do mundo, especialmente considerando que há combatentes de outros países, incluindo alguns da Europa, adquirindo experiência com o Estado Islâmico. Infelizmente, a Rússia não é uma exceção.

Agora que esses brutamontes têm saboreado sangue, não podemos deixar que voltem para casa e continuem com as suas atividades criminosas. Ninguém quer isso, verdade?

A Rússia tem se oposto continuamente ao terrorismo, em todas as suas formas. Atualmente, provemos assistência militar-tecnológica ao Iraque, à Síria e a outros países na região que lutam contra grupos terroristas. Acreditamos que é um grande erro recusar-se a cooperar com as autoridades e forças governamentais da Síria que combatem corajosamente os terroristas no terreno.

Enfim, devemos admitir que as forças do governo do Presidente Assad e a milícia curda são as únicas que estão realmente lutando contra terroristas na Síria. Sim, estamos cientes de todos os problemas e os conflitos na região, mas com certeza temos de considerar a situação atual no terreno.

O que propomos é juntar nossos esforços para abordar os problemas que todos nós enfrentamos e criar uma ampla coalizão internacional verdadeira contra o terrorismo.

Estimados colegas, tenho que reparar que tal abordagem honesta e sincera por parte da Rússia tem sido usada recentemente como pretexto para acusá-la de possuir crescentes ambições — como se aqueles que dizem isso não possuíssem ambição alguma. Contudo,

isso não é sobre as ambições da Rússia, estimados colegas, mas sobre o reconhecimento do fato que já não podemos tolerar o estado atual das coisas no mundo.

O que realmente propomos é sermos orientados pelos valores e interesses comuns, e não pelas ambições. Ao depender da lei internacional, precisamos juntar nossos esforços para abordar os problemas que todos nós enfrentamos e criar uma ampla coalizão internacional verdadeira contra o terrorismo. Semelhante à coalizão anti-Hitler, ela pode unir uma ampla gama de interessados dispostos a ficarem firmes contra aqueles que, da mesma forma como os nazistas, semeiam o mal e o ódio da humanidade. E claro, as nações muçulmanas devem exercer um papel-chave nessa coalizão, já que o Estado Islâmico não apenas representa uma ameaça direta contra elas, mas também mancha uma das grandes

religiões do mundo, com as suas atrocidades. Os ideólogos desses extremistas zombam do islamismo e minam seus verdadeiros valores humanistas.

Gostaria de, também, dirigir-me aos líderes espirituais muçulmanos: A sua autoridade e orientação são de grande importância neste momento. É essencial evitar que as pessoas visadas pelo

recrutamento dos extremistas tomem decisões impetuosas, e aqueles que já foram decepcionados e, devido a várias circunstâncias, se encontraram entre terroristas, precisam ser assistidos em descobrir um caminho de volta à vida normal, depondo as armas e pondo fim ao fratricídio.

Nos dias vindouros, a Rússia, como o presidente atual do Conselho de Segurança da ONU, convocará uma reunião ministerial para levar a cabo uma análise abrangente das ameaças no Oriente Médio. Antes de tudo, propomos uma análise das oportunidades para a adoção de uma resolução que serviria para coordenar os esforços de todas as partes que se opõem ao Estado Islâmico e outros grupos terroristas. Mais uma vez, essa coordenação deve ser baseada nos princípios da Carta da ONU.

Esperamos que a comunidade internacional seja capaz de desenvolver uma estratégia abrangente de

**Estou obrigado a perguntar aqueles que criaram essa situação: pelo menos percebem agora o que têm feito? Contudo, temo que essa pergunta permanecerá sem resposta, porque nunca abandonaram a sua política, que é baseada na arrogância, na excepcionalidade e na impunidade.**

estabilização, bem como de recuperação social e econômica no Oriente Médio. Assim, estimados amigos, não haveria necessidade para o estabelecimento de acampamentos de refugiados. Atualmente, o fluxo de pessoas forçadas a deixar a sua terra natal tem literalmente inundado, primeiro, os países vizinhos, e depois a Europa. Há centenas de milhares deles agora, e em breve, talvez haja milhões. É, essencialmente, um novo Período de Migração trágico, e uma lição dura para todos nós, incluindo a Europa.

Acredito que é de suma importância ajudar a restaurar as instituições governamentais da Líbia, apoiar o novo governo do Iraque e prover assistência abrangente ao governo legítimo da Síria.

Eu gostaria de enfatizar que, sem dúvida, os refugiados precisam da nossa compaixão e apoio. Contudo, a única maneira de resolver esse problema para sempre é restaurar a soberania do Estado onde foi destruída; fortalecer as instituições governamentais onde ainda existem ou estão sendo estabelecidas; prover abrangente assistência militar, econômica e material aos países enfrentando situações difíceis; e, com certeza, [assistir a] pessoas que, apesar das suas tribulações, não abandonaram as suas casas. Claro, qualquer assistência às nações soberanas pode, e deve, ser oferecida em vez de ser imposta, em estrita conformidade com a Carta da ONU. Em outras palavras, nossa organização deve apoiar quaisquer medidas que têm sido, ou serão, tomadas neste sentido, de acordo com a lei internacional, e rejeitar quaisquer ações que são uma infração da Carta da ONU. Acima de tudo, acredito que é de suma importância ajudar a restaurar as instituições governamentais da Líbia, apoiar o novo governo do Iraque e prover assistência abrangente ao governo legítimo da Síria.

Estimados amigos, a garantia da paz e da estabilização global e regional permanece uma tarefa-chave para a comunidade internacional orientada pelas Nações

Unidas. Acreditamos que isso significa a criação de um ambiente de segurança igual e indivisível que não serve aos poucos privilegiados, mas a todos. De fato, é uma tarefa desafiante, complicada e demorada, mas simplesmente, não há uma alternativa.

Infelizmente, alguns dos nossos parceiros ainda estão dominados pela mentalidade de blocos da era da Guerra Fria e pela ambição de conquistar novas áreas geopolíticas. Primeiro, continuaram a sua política de expandir a OTAN — deve-se perguntar por que, considerando que o Pacto de Varsóvia tinha parado de existir e a União Soviética tinha se desintegrado.

O povo de Donbas [Ucrânia oriental] deve ter os seus direitos e interesses sinceramente considerados e

a sua escolha respeitada; devem ser envolvidos na elaboração dos elementos-chave do sistema político do país, em conformidade com as provisões dos Acordos de Minsk.

Não obstante, a OTAN continua a expandir, junto com a sua infraestrutura militar. Depois, os antigos Estados soviéticos foram compelidos a enfrentar uma escolha falsa entre juntar-se ao Ocidente e continuar com o Leste. Mais cedo ou mais tarde, essa lógica

de confrontação foi destinada a desencadear uma grande crise geopolítica. E isso é exatamente o que ocorreu na Ucrânia, onde a frustração difundida do povo com o governo foi usada para instigar um golpe de Estado oriundo do exterior. Isso desencadeou uma guerra civil. Estamos convencidos de que a única saída desse impasse é através da implantação abrangente e diligente dos Acordos de Minsk, de 12 de fevereiro de 2015. A integridade territorial da Ucrânia não pode ser conseguida por meio do emprego de ameaças ou da força militar, mas precisa ser protegida. O povo de Donbas deve ter os seus direitos e interesses sinceramente considerados e a sua escolha respeitada; devem ser envolvidos na elaboração dos elementos-chave do sistema político do país, em conformidade com as provisões dos Acordos

**A Rússia tem se oposto continuamente ao terrorismo em todas as suas formas. Atualmente, provemos assistência militar-tecnológica ao Iraque, à Síria e a outros países na região que lutam contra grupos terroristas. Acreditamos que é um grande erro recusar-se a cooperar com as autoridades e as forças governamentais da Síria que combatem corajosamente os terroristas no terreno.**

de Minsk. Essas medidas garantiriam que a Ucrânia se desenvolvesse como um Estado civilizado e como um vínculo essencial na criação de um espaço comum de segurança e de cooperação econômica, tanto na Europa quanto na Eurásia.

Senhoras e senhores, mencionei deliberadamente um espaço comum para a cooperação econômica. Até há pouco tempo, parecia que aprenderíamos a viver sem linhas divisórias na área da economia, com as suas leis de mercado objetivas, e agir com base em regras transparentes e conjuntamente formuladas, incluindo os princípios da OMC [Organização Mundial de Comércio], que aceitam o comércio e o investimento livres, bem como a competição justa. No entanto, as sanções impostas unilateralmente que contornam a Carta da ONU quase têm se tornado comum hoje em dia.

Elas não apenas servem aos objetivos políticos, mas também são usadas para eliminar competição no mercado.

Gostaria de mencionar mais um sinal do crescente egoísmo econômico. Um número de países já escolheu criar associações econômicas exclusivas, com o estabelecimento delas sendo negociadas atrás de portas fechadas, secretamente das comunidades públicas e comerciais dessas mesmas nações, bem como do resto do mundo. Outros Estados, cujos interesses talvez sejam afetados, tampouco foram informados de nada. Parece que alguém gostaria de impor novas regras de jogo a nós, deliberadamente adaptadas para acomodar os interesses de alguns privilegiados, com a OMC não tendo voz na discussão. Isso tem o perigo de completamente desequilibrar o comércio global e dividir o espaço econômico mundial.

Esses assuntos afetam os interesses de todas as nações e influenciam o futuro da inteira economia global. Essa é a razão que propomos discutir esses assuntos dentro do arcabouço das Nações Unidas, da OMC e do G20. Ao contrário à política de exclusão, a Rússia advoga a harmonização de projetos econômicos regionais. Refiro-me assim à chamada “integração de integrações”,

baseada nas regras universais e transparentes do comércio internacional. Como exemplo, gostaria de citar nossos planos para interconexão da União Econômica Eurasiática com a iniciativa da China para a criação de uma faixa econômica da Rota da Seda. Continuamos a ver grande potencial na harmonização dos veículos de integração entre a União Econômica Eurasiática e a União Europeia.

Senhoras e senhores, mais um assunto que afetará o futuro de toda a humanidade é a mudança climática. É do nosso interesse garantir que a vindoura Conferência de Mudança Climática da ONU, que ocorrerá em Paris em dezembro deste ano [2015], produza alguns resultados viáveis. Como parte da nossa contribuição nacional, planejamos limitar as emissões de gases de efeito estufa em até 70-75% dos níveis de 1990, antes do ano 2030.

Contudo, sugiro

que analisemos mais amplamente o assunto. Reconhecidamente, talvez consigamos mitigá-la por um tempo por meio da introdução de quotas de emissão e do emprego de outras medidas táticas, mas, sem dúvida, não a resolveremos para sempre desta maneira. O que precisamos é uma abordagem essencialmente diferente, uma que envolva a intro-

dução de novas tecnologias inovadoras e parecidas à natureza que não prejudiquem o ambiente, mas em vez disso, trabalhem em harmonia com ele, permitindo que restauremos o equilíbrio entre a biosfera e a tecnologia transtornadas pelas atividades humanas.

Propomos convocar um fórum especial sob os auspícios da ONU para abordar completamente os assuntos relacionados ao esgotamento dos recursos naturais, à destruição de hábitat e à mudança climática.

É, de fato, um desafio de proporções globais. E, tenho confiança que a humanidade possui a capacidade intelectual necessária para responder a ele. Precisamos unir nossos esforços, principalmente envolvendo países que possuem fortes capacidades de pesquisa e desenvolvimento e que têm feito grandes avanços em pesquisa fundamental. Propomos convocar um fórum especial

**O que realmente propomos é sermos orientados pelos valores e interesses comuns, e não pelas ambições. Ao depender da lei internacional, precisamos juntar nossos esforços para abordar os problemas que todos nós enfrentamos e criar uma ampla coalizão internacional verdadeira contra o terrorismo.**

sob os auspícios da ONU para abordar completamente os assuntos relacionados ao esgotamento dos recursos naturais, à destruição de hábitat e à mudança climática. A Rússia está disposta a co-patrocinar tal fórum.

Senhoras e senhores, estimados colegas, em 10 de janeiro de 1946, a Assembleia Geral da ONU se encontrou para realizar sua primeira reunião em Londres. O Presidente da Comissão Preparatória Dr. Zuleta Angel, um diplomata colombiano, abriu a sessão, oferecendo o que considero uma definição muito precisa dos princípios em que as Nações Unidas devem ser baseadas, que são a benevolência, desdém para maquinações e

trapaças e um espírito de cooperação. Hoje, as suas palavras parecem como uma orientação para todos nós.

A Rússia tem confiança no grande potencial das Nações Unidas, que nos deve ajudar a evitar um novo confronto e adotar uma estratégia de cooperação. Junto com outras nações, trabalharemos continuamente para fortalecer o papel central e coordenador da ONU. Estou convencido de que, ao trabalhar juntos, iremos fazer com que o mundo esteja estável e seguro e prover um ambiente facilitador para o desenvolvimento de todas as nações e povos.

Obrigado. ■

*Vladimir Putin serviu como o Presidente da Rússia por dois mandatos consecutivos entre 2000 e 2008, e foi reeleito ao cargo em 2012. Anteriormente era o Primeiro-Ministro do país.*

---

## Referências

1. Vladimir Putin, discurso às Nações Unidas, 28 set. 2015, website do Kremlin, acesso em 21 out. 2015, <http://en.kremlin.ru/>

[events/president/news/copy/50385](http://en.kremlin.ru/events/president/news/copy/50385).



O Presidente russo Vladimir Putin e o Gen Ex Valery Gerasimov, Chefe do Estado-Maior Geral das Forças Armadas da Federação Russa, observam exercícios militares, 17 Jul 13, nos arredores do Lago Baikal na Rússia. Foram as maiores manobras militares desde a época soviética, envolvendo cerca de 160 mil militares e 5 mil carros de combate através da Sibéria e do extremo oriente da Rússia.

(Associated Press, RIA Novosti, Alexei Nikolsky, do Serviço de Imprensa Presidencial Russo)

# O Valor da Ciência está na Previsão

## Novos Desafios Exigem Repensar as Formas e Métodos de Conduzir as Operações de Combate

Gen Ex Valery Gerasimov, Chefe do Estado-Maior Geral das  
Forças Armadas da Federação Russa

*Artigo publicado, originalmente, em Military-Industrial Kurier, em 27 Fev 13<sup>1</sup>. Versão em inglês de Robert Coalson, editor, Central News, Radio Free Europe/Radio Liberty, 21 Jun 14.*

*A inclusão deste artigo tem como objetivo familiarizar os leitores da Military Review com as perspectivas do alto-comando da Rússia quanto ao tema da guerra do futuro, não devendo ser interpretada como um esforço em promover suas opiniões.*

No século XXI, vemos uma tendência ao obscurecimento da linha divisória entre os estados de guerra e de paz. As guerras já não são mais declaradas e, uma vez iniciadas, prosseguem segundo um padrão desconhecido.

A experiência de conflitos militares — incluindo os relacionados às chamadas “revoluções coloridas” no norte da África e no Oriente Médio — comprova que um Estado perfeitamente próspero pode, em uma questão de meses ou até mesmo dias, transformar-se em uma área de violento conflito armado, ser vítima de uma intervenção estrangeira e mergulhar em um ambiente de caos, desastre humanitário e guerra civil<sup>2</sup>.

## As Lições da Primavera Árabe

Evidentemente, seria bem mais fácil dizer que os acontecimentos da “Primavera Árabe” não constituem guerra e, portanto, não contêm lições para nós, militares. Contudo, talvez o oposto seja verdade: que esses são, precisamente, os eventos típicos da guerra no século XXI.

Em termos da escala de baixas e destruição, dos desastrosos efeitos sociais, econômicos e políticos, esses novos tipos de conflito são comparáveis às consequências de qualquer guerra real.

As próprias “regras da guerra” mudaram. O papel de meios não militares na consecução de objetivos políticos e estratégicos cresceu, tendo, em muitos casos, ultrapassado, o poder da força das armas em termos de sua eficácia [veja a figura 1].

O foco dos métodos aplicados de conflito mudou em direção ao amplo uso de medidas políticas, econômicas, informacionais, humanitárias e outras medidas não militares — empregadas em coordenação com o potencial de protesto da população.

Tudo isso é complementado por meios militares de caráter oculto, incluindo a condução de ações de conflito informacional e das forças de operações especiais. Só se recorre ao emprego aberto de forças — muitas vezes sob o pretexto de manutenção da paz e regulação de crise — em um certo estágio, primordialmente para a obtenção do êxito final no conflito.

Isso suscita questões lógicas: “O que é a guerra moderna?” “Para que o exército deve se preparar?” “Como deve ser armado?” Somente após respondermos a essas perguntas, poderemos definir os rumos da construção e desenvolvimento das forças armadas no longo prazo.

Para tanto, é essencial ter um claro entendimento das formas e métodos do emprego da força.

Atualmente, além dos dispositivos tradicionais, estão sendo desenvolvidos dispositivos não tradicionais. O papel de grupos móveis e mistos

de forças, atuando em um único espaço de Inteligência-informações devido ao uso das novas possibilidades de sistemas de comando e controle, foi fortalecido. As ações militares vêm se tornando mais dinâmicas, ativas e produtivas. Pausas táticas e operacionais que pudessem ser exploradas pelo inimigo estão desaparecendo, sendo que as novas tecnologias da informação possibilitaram reduções significativas das lacunas espaciais, temporais e informacionais entre forças e órgãos de controle. Os engajamentos frontais entre grandes formações de forças nos níveis estratégico e operacional vêm sendo, gradativamente, relegados ao passado. Ações a longa distância e sem contato contra o inimigo vêm se tornando o principal meio de cumprir os objetivos operacionais e de combate. A derrota dos objetivos do inimigo é conduzida em toda a profundidade de seu território e as diferenças entre níveis estratégico, operacional e tático e entre as operações ofensivas e defensivas estão sendo eliminadas. O emprego de armas de alta precisão vem adquirindo um caráter “em massa”

**O papel de meios não militares na consecução de objetivos políticos e estratégicos cresceu, tendo, em muitos casos, ultrapassado, o poder da força das armas em termos de sua eficácia.**

## Mudança no Caráter da Guerra

### Cumprimento dos Objetivos Políticos

#### O emprego de forças militares

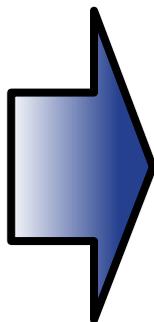
##### Formas e métodos tradicionais

- início das operações militares *após desdobramento estratégico*
- *choque frontal de grandes agrupamentos de unidades combatentes*, baseadas em tropas terrestres
- destruição de efetivos e armas e *consequente posse de linhas* e áreas com o objetivo de obtenção de territórios
- *destruição do inimigo*, destruição do potencial econômico e posse de seus territórios
- condução de operações de combate em terra, ar e mar
- comando e controle de agrupamentos de unidades combatentes (forças) *dentro de uma estrutura hierárquica estritamente organizada* de agências de comando e controle

#### O emprego de medidas políticas, diplomáticas, econômicas e outras medidas não militares, aliado ao uso de forças militares

##### Formas e métodos novos

- *início de operações militares* por agrupamentos de unidades combatentes (forças) em tempo de paz
- operações de combate *sem contato e de alta maneabilidade* de agrupamentos de unidades combatentes conjuntas
- redução do potencial militar econômico do Estado pela *destruição de instalações essenciais* de sua infraestrutura militar e civil em um curto período
- *emprego maciço de armas de alta precisão*, uso em larga escala de *forças de operações especiais*, assim como *sistemas robóticos e armas baseadas em novos princípios físicos* e a participação de um *componente civil-militar* nas operações de combate
- *efeitos simultâneos* nas unidades combatentes e instalações inimigas em toda a profundidade de seus territórios
- combate simultâneo *em todos os ambientes físicos e no espaço de informações*
- uso de operações assimétricas e indiretas
- comando e controle de forças e meios *em um espaço de informações unificado*



**Figura 1 – Gráfico extraído do artigo do Gen Gerasimov na publicação *Voyenno-Promyshlennyy Kurier*, 26 Fev 13 [tradução a partir da versão em inglês de Charles Bartles]**

e armas baseadas em novos princípios físicos e sistemas automatizados estão sendo ativamente incorporados em atividades militares.

O emprego de ações assimétricas foi amplamente difundido, possibilitando a neutralização das vantagens de um inimigo em conflitos armados. Entre tais ações estão o uso de forças de operações especiais e da oposição interna para criar uma frente em operação permanente em todo o território do Estado inimigo e

ações, dispositivos e meios informacionais em contínuo aperfeiçoamento.

Essas mudanças em curso se refletem nas visões doutrinárias dos Estados líderes no mundo e estão sendo utilizadas em conflitos militares.

Já em 1991, durante a Operação *Desert Storm*, no Iraque, as Forças Armadas dos Estados Unidos da América (EUA) realizaram o conceito de “alcance global, poder global” e “operações aeroterrestres”. Em

2003, durante a Operação *Iraqi Freedom*, as operações militares foram conduzidas segundo a chamada Visão Conjunta 2020.

Hoje, foram desenvolvidos os conceitos de “ataque global” e “defesa antimísseis global”, que preveem a derrota dos objetivos e forças do inimigo em uma questão de horas a partir de qualquer ponto no mundo praticamente, ao mesmo tempo que se previnem danos inaceitáveis advindos de um contra-ataque inimigo. Os EUA também estão implementando os princípios da doutrina de integração global de operações, que visa a criar — em um prazo bastante curto — grupos mistos e extremamente móveis de forças.

Em conflitos recentes, apareceram novos meios de conduzir operações militares que não podem ser considerados puramente militares. Um exemplo disso é a operação na Líbia, que incluiu a criação de uma zona de exclusão aérea, a imposição de um bloqueio marítimo e o amplo emprego de empresas militares privadas em uma interação próxima com as formações armadas da oposição.

Devemos reconhecer que, embora entendamos a essência das ações militares tradicionais conduzidas por forças armadas regulares, temos apenas uma compreensão superficial das formas e meios assimétricos. Nesse sentido, a importância da ciência militar, que deve criar uma teoria abrangente para essas ações, vem crescendo. O trabalho e a pesquisa da Academia de Ciências Militares podem ajudar nesse aspecto.

## As Tarefas da Ciência Militar

Em uma discussão sobre as formas e meios de conflito militar, não podemos nos esquecer de nossa própria experiência. Refiro-me ao uso de unidades de guerrilha durante a Grande Guerra Patriótica e ao combate contra formações irregulares no Afeganistão e no norte do Cáucaso.

Cabe enfatizar que, durante a Guerra do Afeganistão, foram desenvolvidos formas e meios específicos de conduzir as operações militares. Em seu âmago, estavam a velocidade, movimentos rápidos, o emprego inteligente de paraquedistas táticos e forças envolventes, os quais, juntos, possibilitaram a interrupção dos planos do inimigo, causando-lhe perdas significativas.

Outro fator que influencia a essência dos atuais meios dos conflitos armados é o emprego dos modernos

complexos automatizados de equipamentos militares e a pesquisa na área de inteligência artificial. Enquanto, atualmente, temos veículos aéreos não tripulados, os campos de batalha do futuro estarão repletos de robôs que andam, rastejam, saltam e voam. No futuro próximo, é possível que se crie uma unidade totalmente robotizada, capaz de conduzir operações militares de maneira independente.

Como vamos combater nessas condições? Que formas e meios devem ser utilizados contra um inimigo robotizado? Que tipos de robô necessitamos e como podem ser desenvolvidos? Nossas mentes militares já precisam pensar nessas questões agora.

A problemática mais importante, que requer intensa atenção, está relacionada ao aperfeiçoamento das formas e meios de empregar grupos de forças. É necessário repensar o conteúdo das atividades estratégicas das Forças Armadas da Federação Russa. Já vêm surgindo perguntas. É necessário tal número de operações estratégicas? De quais e de quantas delas precisaremos no futuro? Até agora, não há respostas.

Existem, também, outros problemas, que encontramos em nossas atividades diárias.

Atualmente, estamos na fase final da formação de um sistema de defesa aeroespacial (*Voyska Vozdushno-Kosmicheskoy Oborony* — VKO). Por isso, a questão do desenvolvimento de formas e meios de ação utilizando forças e ferramentas do VKO se tornou uma realidade e o Estado-Maior Geral já está trabalhando nisso. Proponho que a Academia de Ciências Militares também participe ativamente.

O espaço de informações gera amplas possibilidades assimétricas para a redução do potencial de combate do inimigo. No norte da África, assistimos ao emprego de tecnologias para influenciar estruturas estatais e a população com a ajuda de redes de informações. É necessário aprimorar as atividades no espaço de informações, incluindo a defesa de nossos próprios objetivos.

A operação para impor a paz à Geórgia expôs a inexistência de abordagens unificadas para o emprego de formações das Forças Armadas fora da Federação Russa. O ataque contra o consulado norte-americano na cidade de Benghazi, na Líbia, em setembro de 2012; o acionamento de atividades de pirataria; a recente tomada de reféns na Argélia: tudo isso confirma a importância de se criar um sistema de defesa armada dos interesses do Estado além das fronteiras de seu território.

Embora as emendas à lei federal “Da Defesa” adotadas em 2009 permitam o emprego operacional das Forças Armadas da Rússia fora de suas fronteiras, as formas e meios de sua atividade não são definidos. Além disso, questões sobre como facilitar seu emprego operacional não foram resolvidas no âmbito interministerial. Isso inclui simplificar o procedimento para atravessar fronteiras estatais, o emprego do espaço aéreo e águas territoriais de Estados estrangeiros, os procedimentos para interagir com as autoridades do Estado de destino, etc.

É necessário coordenar o trabalho conjunto das organizações de pesquisa dos ministérios e órgãos relevantes em relação a essas questões.

Uma das formas de emprego da força militar fora do país é a manutenção da paz. Além das tarefas tradicionais, sua atividade poderia incluir outras mais específicas, como tarefas especializadas, humanitárias, de resgate, de evacuação, de saneamento e de outro cunho. Por ora, sua classificação, essência e conteúdo não foram definidos.

Além disso, as complexas e variadas tarefas de manutenção da paz que as tropas regulares precisarão, possivelmente, conduzir presumem a criação de um sistema fundamentalmente novo para prepará-las. Afinal, a tarefa de uma força de manutenção da paz é desengajar as partes em conflito, proteger e salvar a população civil, cooperar na redução da potencial violência e restabelecer uma vida pacífica. Tudo isso exige preparo acadêmico [veja a figura 2].

## Controle Territorial

Nos conflitos modernos, tem se tornado cada vez mais importante ser capaz de defender a própria população, objetivos e comunicações contra a atividade de forças de operações especiais, devido a seu crescente emprego. A resolução desse problema requer a organização e introdução da defesa territorial.

Antes de 2008, quando o exército, em tempo de guerra, somava mais de 4,5 milhões de homens, essas tarefas eram desempenhadas, exclusivamente, pelas forças armadas. Contudo, as condições mudaram. Hoje, combater forças terroristas e de reconhecimento diversionárias é algo que só pode ser organizado mediante o complexo envolvimento de todas as forças de segurança e de manutenção da ordem pública do país.

O Estado-Maior Geral deu início a esse trabalho. Baseia-se em definir as abordagens quanto à organização da defesa territorial refletidas nas mudanças

efetuadas na lei federal “Da Defesa”. Desde a adoção de tal lei, faz-se necessário definir o sistema de gestão da defesa territorial e aplicar, legalmente, o papel e lugar de outras forças, formações militares e órgãos das estruturas estatais nesse sistema.

Precisamos de recomendações bem fundamentadas sobre o emprego de forças e meios interagências para a realização da defesa territorial; métodos para combater as forças terroristas e diversionárias do inimigo nas modernas condições.

A experiência de conduzir operações militares no Afeganistão e no Iraque demonstrou a necessidade de detalhar — junto aos órgãos de pesquisa de outros ministérios e agências da Federação Russa — o papel e o alcance da participação das forças armadas na regulação pós-conflito, definindo a prioridade das tarefas e os métodos para o acionamento das forças e estabelecendo os limites para o emprego da força armada.

O desenvolvimento de um aparato científico e metodológico para um processo decisório que leve em consideração o caráter variado dos agrupamentos (forças) militares é uma questão importante. É preciso pesquisar as capacidades integradas e o potencial combinado de todas as tropas e forças componentes desses agrupamentos. O problema, nesse caso, é que os modelos existentes de operações e conduta militar não apoiam isso. São necessários novos modelos.

As mudanças no caráter dos conflitos militares, o desenvolvimento dos meios de combate armado e das formas e métodos de empregá-los, criaram novas demandas para sistemas de apoio multifacetados. Essa é mais uma direção para a atividade acadêmica que não deve ser ignorada.

## Não se Pode Gerar Ideias “Sob Comando”

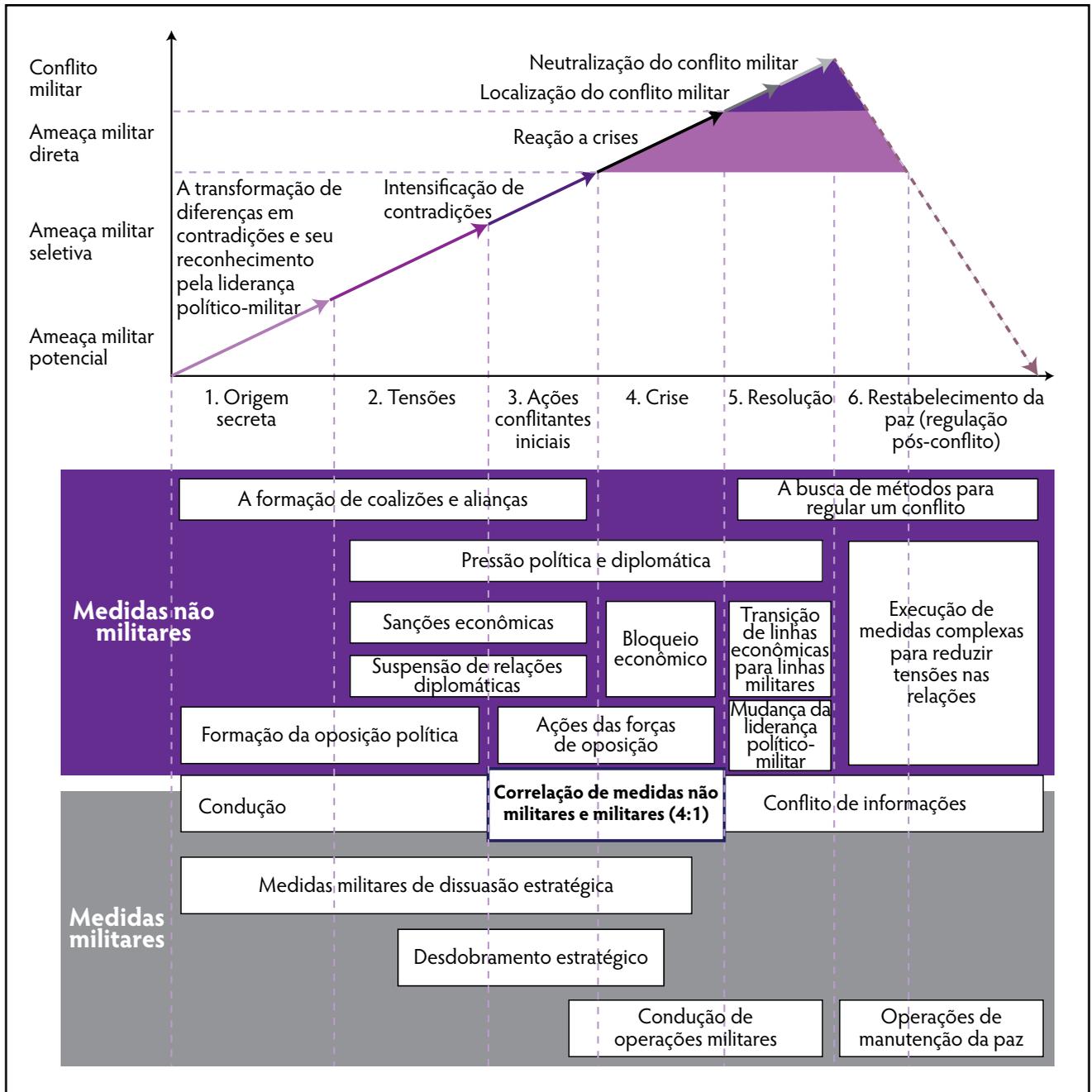
O estado da ciência militar russa na atualidade não pode ser comparado com o florescimento do pensamento teórico militar em nosso país às vésperas da Segunda Guerra Mundial.

Evidentemente, existem razões objetivas e subjetivas para isso, e não se pode culpar ninguém em particular por isso. Não fui eu quem disse que não é possível gerar ideias instantaneamente, “sob comando”.

Concordo com essa assertiva, mas também preciso reconhecer uma outra coisa: na época, não havia indivíduos com diplomas de pós-graduação nem

## O Papel de Métodos Não Militares na Resolução de Conflitos entre Estados

As principais fases de desenvolvimento do conflito



**Figura 2 – Gráfico extraído do artigo do Gen Ex Gerasimov na publicação *Voyenno-Promyshlenny Kurier*, 26 Feb 13 [tradução a partir da versão em inglês de Charles Bartles]**

instituições ou departamentos acadêmicos. Havia personalidades extraordinárias, com ideias brilhantes. Eu as chamaria de fanáticas no melhor sentido da palavra. Talvez simplesmente não tenhamos

suficientes pessoas como elas hoje em dia.

Pessoas como, por exemplo, Georgy Isserson, que, apesar das opiniões que formou nos anos pré-guerra, publicou o livro “Novas Formas de Combate”. Nele,



Manifestantes lançam coquetéis molotov na direção das posições das tropas, durante os protestos “Euromaidan” (Praça Euro) na Rua Dynamivska, em Kiev, na Ucrânia, 19 Jan 14. Os protestos levaram à remoção do Presidente ucraniano Viktor Yanukovych e seu governo pró-Rússia, em 23 Fev 14.

(Mstyslav Chernov, Unframe)

esse teórico militar soviético previu: “A guerra em geral não é declarada. Começa, simplesmente, com forças militares já desenvolvidas. A mobilização e a concentração não fazem parte do período após o início do estado de guerra, como foi o caso em 1914; ocorrem, despercebidas, muito antes disso”. O destino desse “profeta da pátria” se desenrolou de maneira trágica. Nosso país pagou em grandes quantidades de sangue por não escutar as conclusões desse professor da Academia do Estado-Maior Geral.

Que podemos concluir de tudo isso? Uma atitude desdenhosa em relação a novas ideias, a abordagens não tradicionais e a pontos de vistas diferentes é inaceitável na ciência militar. E é ainda mais inaceitável que seus praticantes tenham essa atitude em relação à ciência.

Para concluir, gostaria de dizer que, independentemente das forças que o inimigo tiver, do grau de desenvolvimento de suas forças e meios de conflito armado, é possível encontrar formas e métodos para

sobrepujá-los. O inimigo sempre terá vulnerabilidades, e isso significa que existem meios adequados para opor-se a ele.

Não devemos copiar a experiência estrangeira nem correr atrás de países líderes, e sim ultrapassá-los e ocupar, nós mesmos, posições de liderança. É aqui que a ciência militar assume um papel crucial. O ilustre estudioso militar soviético Aleksandr Svechin afirmou: “É extraordinariamente difícil prever as condições da guerra. Para cada guerra, é preciso elaborar uma linha particular para sua condução estratégica. Cada guerra é um caso singular, que demanda o estabelecimento de uma lógica particular, e não a aplicação de algum modelo”.

Essa abordagem continua certa. Cada guerra se apresenta como um caso único, que exige a compreensão de sua lógica particular, seu caráter singular. É por isso que é tão difícil prever o caráter de uma guerra na qual a Rússia ou seus aliados possam se envolver. Entretanto,

precisamos prevê-lo. Quaisquer pronunciamentos acadêmicos na ciência militar serão inúteis, caso a teoria militar não esteja apoiada na função da previsão.

Para lidar com os diversos problemas diante da ciência militar atualmente, o Estado-Maior Geral conta com o apoio da Academia de Ciências

Militares, que concentra os principais acadêmicos militares e a maioria dos especialistas respeitados.

Estou certo de que os fortes laços entre a Academia de Ciências Militares e o Estado-Maior Geral das Forças Armadas da Federação Russa serão ampliados e aperfeiçoados no futuro. ■

*O General de Exército Valery Gerasimov é o Chefe do Estado-Maior Geral das Forças Armadas da Federação Russa e Vice-Ministro de Defesa. Coursou a Escola Militar Superior (Carros de Combate) de Kazan, a Academia Militar de Forças Blindadas Malinovsky e a Academia Militar do Estado-Maior Geral das Forças Armadas da Rússia. Serviu em várias funções de comando e estado-maior antes da atual designação, incluindo o comando do 58º Exército durante as operações de combate na Tchetchênia.*

## Referências

1. Valery Gerasimov, "The Value of Science Is in the Foresight: New Challenges Demand Rethinking the Forms and Methods of Carrying out Combat Operations", trans. Robert Coalson, *Military-Industrial Kurier*, 27 Feb. 2013, acesso em 27 out. 2015, <http://www.theatlantic.com/education/archi-ve/2015/10/complex-academic-writing/412255/>. [Versão em

inglês por Robert Coalson — N. do T.]

2. O termo "revoluções coloridas" se refere às cores vibrantes utilizadas como símbolos de rebelião por grupos de protesto que empregam a desobediência civil geralmente não violenta como meio de derrubar um governo opressor.



Chefe do Estado-Maior Geral da Rússia, General Valery Gerasimov

(Foto cedida pelo Serviço de Imprensa do Ministério da Defesa da Rússia)

# Para Entender Gerasimov

Charles K. Bartles

**E**m 26 Feb 13, o Chefe do Estado-Maior Geral das Forças Armadas da Rússia, General Valery Gerasimov, publicou “O Valor da Ciência está na Previsão: Novos Desafios Exigem Repensar as Formas e Métodos de Conduzir as Operações de Combate” no jornal *Voyenno-Promyshlennyy Kurier* (VPK) (“Correio Militar-Industrial”). Nesse artigo, Gerasimov descreve sua perspectiva — e a visão predominante nos círculos de segurança russos — sobre o passado recente, o presente e o futuro previsto da guerra. Seu artigo foi publicado aproximadamente um ano antes dos protestos de Maidan, que deram início à marcha dos acontecimentos que levaram à posterior anexação da Crimeia e à insurreição apoiada pela Rússia no leste da Ucrânia<sup>1</sup>. Gerasimov não tinha como antever, de maneira alguma, a cadeia de eventos que se seguiu aos protestos de Maidan, mas seu artigo é frequentemente citado no Ocidente como a “Doutrina de Gerasimov” para o modo pelo qual as forças russas conduziram suas operações.

Por esse prisma ocidental, o artigo de Gerasimov é interpretado, muitas vezes, como uma proposta para uma nova forma russa de guerra, que conjuga métodos convencionais e não convencionais de combate com aspectos do poder nacional, sendo, com frequência, denominada “guerra híbrida.” Este trabalho busca contextualizar o artigo de Gerasimov, voltado a um público russo, para os leitores norte-americanos, com o objetivo de explicar algumas alusões que, às vezes, passam despercebidas ou são mal compreendidas.

## O Chefe do Estado-Maior Geral da Rússia

Cabe observar, como informação preliminar, que, embora a Junta de Chefes de Estado-Maior dos Estados Unidos da América (EUA) seja, muitas vezes, equiparada ao Estado-Maior Geral da Rússia, essa comparação subestima muito a importância deste último. O Chefe do Estado-Maior Geral russo tem muito mais autoridade que qualquer oficial-general das Forças

Armadas dos EUA. Tem atribuições de planejamento de longo prazo equivalentes às do Secretário de Defesa e às dos comandantes dos comandos unificados dos EUA. Além disso, supervisiona o transporte estratégico, equivalente ao Comando de Transporte dos EUA; o desenvolvimento doutrinário e de capacidades da força; e a aquisição de equipamentos para todos os componentes do Ministério da Defesa. Exerce, ainda, uma função semelhante à de inspetor geral, com o objetivo de impor o cumprimento das normas e regulamentos do Estado-Maior Geral.

Ademais, embora não tenha o controle operacional sobre a força, o Chefe do Estado-Maior Geral tem o controle diário (em tempo de paz) sobre o *Glavnoye Razvedyvatel'noye Upravleniye* (Departamento Central de Inteligência, comumente conhecido como GRU), que é uma das divisões do Estado-Maior Geral, e sobre vários meios estratégicos, incluindo as forças aeroterrestres russas, que servem como uma reserva estratégica.

Na hierarquia do governo russo, há militares que ocupam funções tecnicamente superiores à do Chefe do Estado-Maior Geral; contudo, pode-se argumentar que nenhuma delas conta com o mesmo prestígio.

## Explicação sobre a Previsão Estratégica

De modo geral, o Estado-Maior Geral russo tem, como uma de suas atribuições, utilizar a previsão para formular a teoria e prática da guerra do futuro. É nesse contexto que o artigo de Gerasimov foi escrito. O emprego do termo “previsão” (*foresight*, na versão em inglês de Robert Coalson) no título de seu artigo não é uma coincidência, já que ele conta com uma definição militar específica no léxico russo:

A *previsão* (militar) é o processo de cognição quanto a possíveis mudanças em assuntos militares, a determinação das perspectivas de seu futuro desenvolvimento. A base da ciência de previsão é o conhecimento das leis objetivas da guerra, a análise materialista dialética dos acontecimentos que ocorrem em um determinado contexto concreto-histórico<sup>2</sup>.



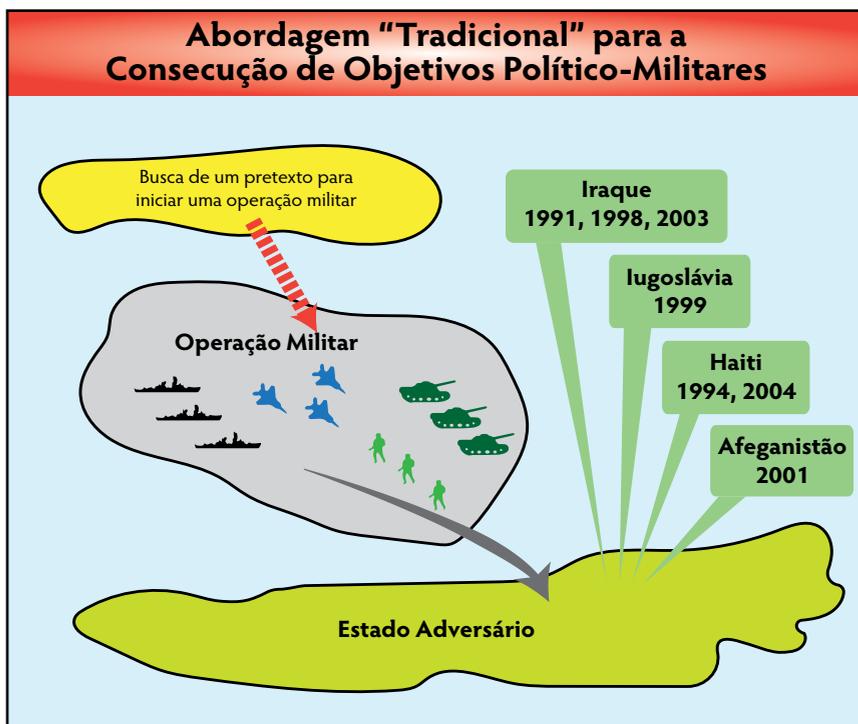
Centenas de milhares de manifestantes desceram às ruas da capital da Ucrânia, Kiev, em 08 Dez 13, derrubando uma estátua de Lenin e bloqueando importantes prédios governamentais durante a escalada de protestos contra o governo. O Gen Valery Gerasimov afirmou que os maiores perigos para a Rússia são as chamadas “revoluções coloridas”.

(Efrém Lukatsky, Associated Press)

No pensamento militar russo, a previsão está diretamente ligada à ciência militar, que consiste na ciência da guerra do futuro<sup>3</sup>.

O Estado-Maior Geral utiliza uma abordagem bastante acadêmica quanto ao empreendimento da ciência militar, incluindo o uso de um processo semelhante ao de revisão por pares, que funciona com a abertura de debates sobre ideias mediante a publicação de artigos em diferentes veículos, incluindo revistas profissionais. Há vários veículos que são frequentemente usados para o debate acadêmico militar, mais notadamente a revista *Voyennaya Mysl* (VM) (“Pensamento Militar”), que é publicada pelo Estado-Maior Geral. Gerasimov decidiu publicar seu artigo no VPK, uma outra publicação também comumente usada para essas ideias. O VPK é um jornal do segmento privado, pertencente à empresa paraestatal Almaz-Antey, que se concentra em questões relativas às Forças Armadas e ao complexo industrial-militar. O VPK também é um veículo frequentemente usado pela alta liderança militar para informar a força, apregoar êxitos e propor reformas.

Seu artigo em particular, como outros do alto-comando militar, foi, provavelmente, publicado no VPK com o intuito de alcançar um público bem mais amplo que o da relativamente árida VM. O público-alvo para o artigo de Gerasimov talvez nem consista nas Forças Armadas russas, e sim na alta liderança política do país.



**Figura 1 – Adaptada de um briefing apresentado pelo Gen Valery Gerasimov durante a Terceira Conferência de Moscou sobre Segurança Internacional, realizada pelo Ministério da Defesa da Rússia<sup>4</sup>.**

A Rússia tem poderosos serviços militarizados de inteligência e segurança, que competem por recursos com o Ministério da Defesa. O artigo de Gerasimov talvez tenha como objetivo comunicar que o Ministério da Defesa está apto a enfrentar as atuais e futuras ameaças à Rússia, uma importante mensagem em um ambiente de restrição de recursos<sup>5</sup>. Independentemente da razão pela qual o artigo foi publicado, é importante ter em mente que Gerasimov está apenas explicando sua visão sobre o ambiente operacional e sobre o caráter da guerra do futuro, e não propondo uma nova forma russa de guerra ou doutrina militar, uma vez que este artigo foi, provavelmente, redigido muito antes do início dos protestos de Maidan.

## A Narrativa Russa sobre os EUA e a Mudança Forçada de Regime na Era Pós-Soviética

Para os leitores norte-americanos, pode parecer estranho que Gerasimov ligue a Primavera Árabe e as “revoluções coloridas” (e, em comentários posteriores,

o Movimento de Maidan) ao desenvolvimento de capacidades militares. Para contextualizar seus comentários, faz-se necessário examinar a ótica russa sobre a guerra e a mudança forçada de regime, conforme evoluiu desde o final da Guerra Fria.

Na visão russa, as transgressões contra a ordem internacional pós-Guerra Fria começaram com a divisão da Iugoslávia nos anos 90, quando a Rússia estava em seu momento mais fraco. Enquanto, na narrativa ocidental, a intervenção da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) na Iugoslávia foi uma ação militar destinada a impedir um genocídio em massa, a Rússia a enxerga de uma forma bastante diferente. A maioria dos russos geralmente considera a campanha de bombardeio da OTAN ilegal, por ter sido conduzida sem a aprovação do Conselho de Segurança da Organização das

Nações Unidas (ONU), e acredita que a Sérvia estava apenas sendo punida por ter conduzido operações contraterrorismo, ainda que com alguns excessos. O pecado mais grave, do ponto de vista russo, foi a divisão da Iugoslávia. Essa ação estabeleceu um precedente para que atores externos tomassem decisões sobre os assuntos internos e a integridade territorial de nações soberanas que, supostamente, houvessem cometido alguma transgressão. Cabe observar que, naquela mesma época, a Rússia enfrentava sua própria insurgência islâmica no norte do Cáucaso. Isso talvez a tenha levado a preocupar-se com a possibilidade de uma ação semelhante por parte da OTAN dentro de seu território. Uma consequência da intervenção ocidental que resultou na desintegração da Iugoslávia é o fato de que a maioria dos russos ainda se ressentem dessa ação dos EUA/OTAN.

Assim, não surpreende que a Rússia tenha justificado muitos aspectos de sua anexação da Crimeia com base nas lições aprendidas e precedentes estabelecidos pelo Ocidente na Iugoslávia, que levaram

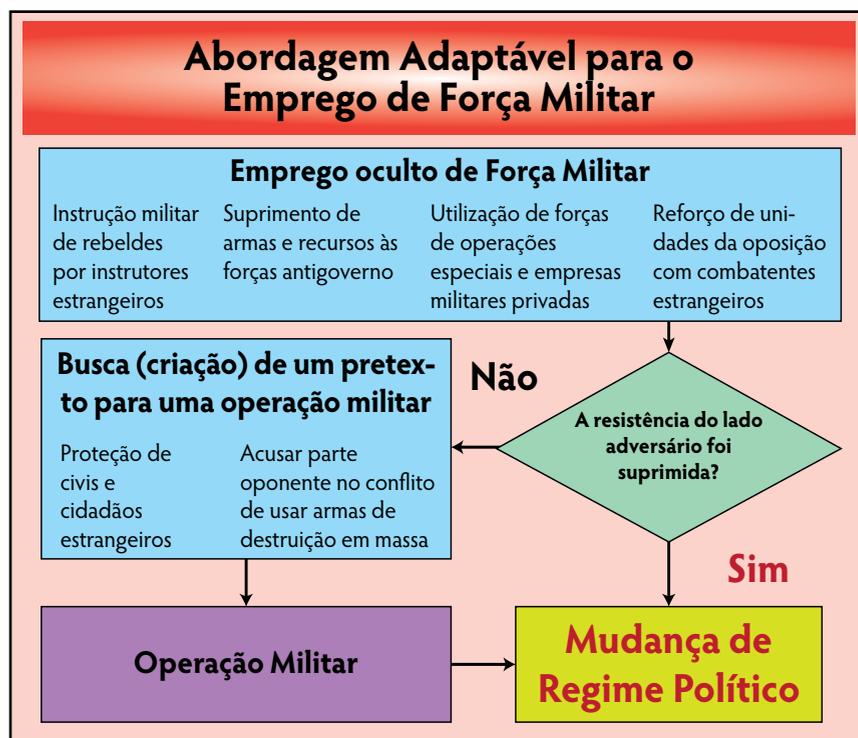
à posterior independência do Kosovo<sup>6</sup>. Além disso, depois do Kosovo, as operações mais óbvias de mudança de regime pelos EUA ocorreram no Afeganistão e no Iraque. A Rússia considera essas operações muito semelhantes à conduzida no Kosovo. Na ótica russa, o padrão de mudança forçada de regime pelos EUA tem sido o seguinte: decidir executar uma operação militar; encontrar um pretexto adequado, como a necessidade de prevenir um genocídio ou de apreender armas de destruição em massa; e, finalmente, iniciar uma operação militar para provocar uma mudança de regime (figura 1).

Entretanto, a Rússia acredita que o padrão de mudanças forçadas de regime patrocinadas pelos EUA foi, de modo geral, suplantado por um novo método. Em vez de uma invasão militar ostensiva, as primeiras “salvas” de um ataque norte-americano consistem no estabelecimento de uma oposição política por meio da propaganda estatal (ex.: CNN, BBC), da internet e mídias sociais e de organizações não governamentais (ONGs). Após os EUA conseguirem incitar a contestação política, o separatismo e/ou a agitação social, o governo legítimo enfrenta uma crescente dificuldade em manter a ordem. Conforme a situação de segurança for se deteriorando, movimentos separatistas podem ser estimulados e fortalecidos e forças especiais, convencionais e contratadas não declaradas podem ser introduzidas para combater o governo e causar mais confusão. Quando o governo legítimo for obrigado a usar métodos cada vez mais agressivos para manter a ordem, os EUA terão um pretexto para a imposição de sanções econômicas e políticas — e até militares, às vezes, como as zonas de exclusão aérea — com o objetivo de atar as mãos dos governos sitiados e de promover ainda mais discórdia (figura 2).

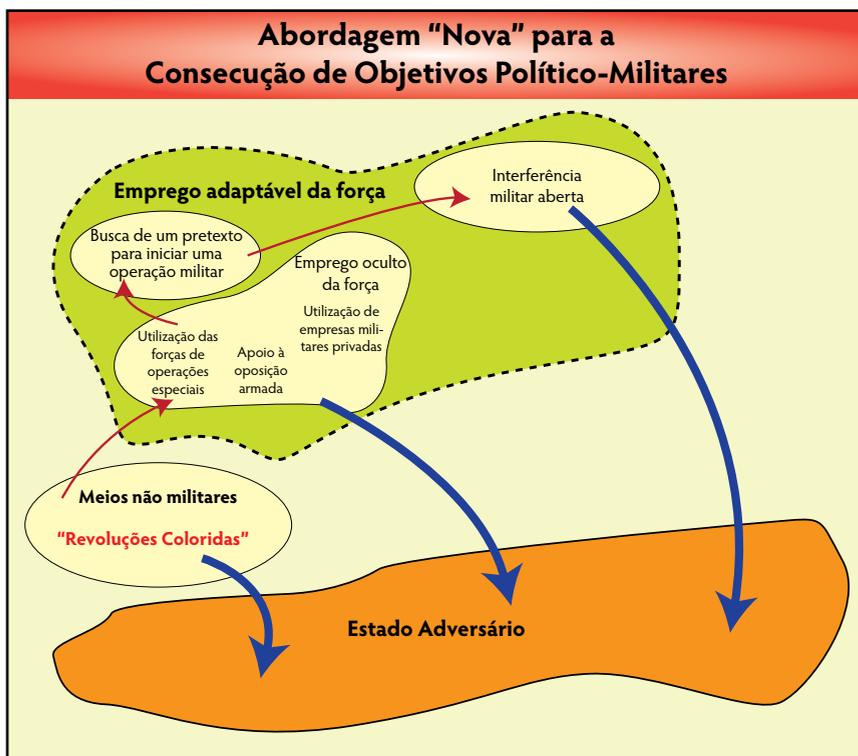
Por fim, quando o governo entra em colapso e surge a anarquia, forças militares podem, então, ser empregadas sob o pretexto de

manutenção da paz, para pacificar a área, se desejado, podendo-se, também, instalar um novo governo favorável aos EUA e ao Ocidente (figura 3).

Essa teoria pode soar absurda aos ouvidos norte-americanos, mas é uma visão bastante comum por toda a antiga União Soviética. Esse discurso também explica, em parte, a hostilidade do governo russo em relação às ONGs<sup>7</sup>. Embora não haja, de modo geral, alegações de ONGs que sejam controladas, direta ou indiretamente, por governos estrangeiros, a maioria das reportagens russas sobre tais entidades afirma que estão sendo financiadas apenas por terem algum objetivo de influenciar um governo em particular de uma determinada forma ou de causar a instabilidade geral. Um aspecto interessante dessas alegações é o fato de que a Agência Central de Inteligência (CIA) — um dos “bodes expiatórios” favoritos para qualquer infortúnio russo — não é mais citada, normalmente; os típicos culpados (na nova narrativa) são o Departamento de Estado dos EUA e a Agência dos EUA para o Desenvolvimento Internacional (USAID)<sup>8</sup>.



**Figura 2 – Adaptada de um briefing apresentado pelo Gen Valery Gerasimov durante a Terceira Conferência de Moscou sobre Segurança Internacional, realizada pelo Ministério da Defesa da Rússia<sup>9</sup>.**



**Figura 3 – Adaptada de um briefing apresentado pelo Gen Valery Gerasimov durante a Terceira Conferência de Moscou sobre Segurança Internacional, realizada pelo Ministério da Defesa da Rússia<sup>10</sup>.**

De uma perspectiva militar russa, essa nova forma de guerra ocidental tem muitas implicações, que podem ser facilmente identificadas no artigo de Gerasimov e na atual doutrina militar russa. No passado, a principal ameaça de uma mudança de regime forçada por atores externos era a de que um exército cruzasse a fronteira. Em contrapartida, atualmente, a ameaça advém, cada vez mais, de métodos mais indiretos e assimétricos. Essa mudança na natureza da ameaça à soberania da Rússia tem levado o desenvolvimento militar russo a concentrar-se, cada vez mais, em obter melhores capacidades para combater essas ameaças assimétricas e indiretas.

Os meios necessários para implementar essas capacidades serão tão variados e assimétricos quanto as ameaças que eles visam a combater, podendo ter a forma de forças convencionais não declaradas, forças de manutenção da paz, forças de operações especiais, cossacos, empresas militares privadas, legionários estrangeiros, gangues de motociclistas, ONGs financiadas pela Rússia e combatentes cibernéticos e de propaganda<sup>11</sup>.

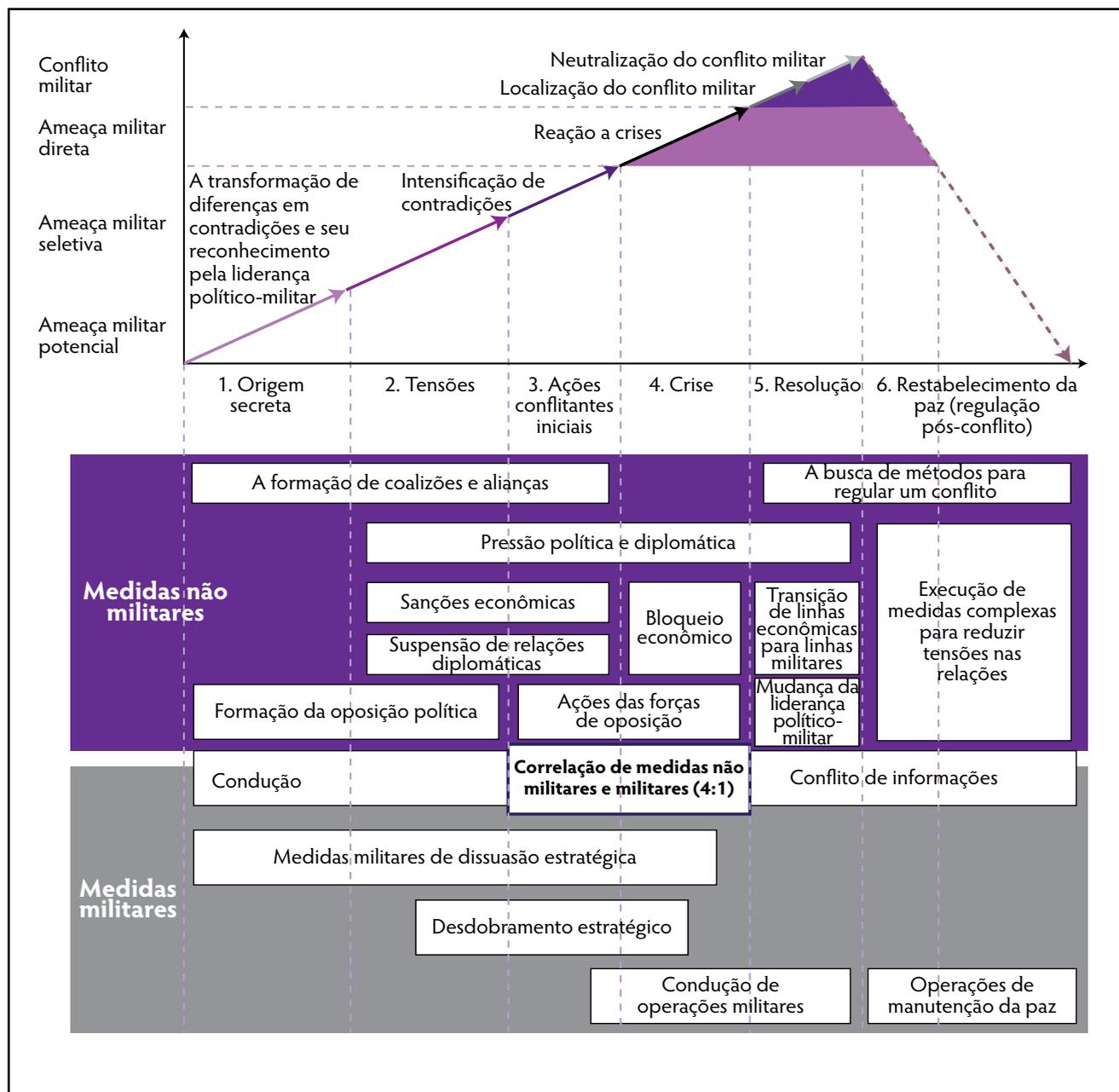
## Guerra Híbrida, a Natureza da Guerra e Modelos

O aspecto provavelmente mais incompreendido do artigo de Gerasimov é a ideia de “métodos indiretos e assimétricos”, interpretados pelo Ocidente como guerra híbrida. Cabe observar que, nos círculos militares russos, há um consenso de que a guerra híbrida é um conceito completamente ocidental, já que nenhum oficial ou estrategista russo o discutiu, a não ser para mencionar o emprego do termo pelo Ocidente ou seu uso da guerra híbrida contra a Rússia.

As Forças Armadas russas afirmam, categoricamente, não praticar uma estratégia de guerra híbrida. Além disso, houve vários comentários russos quanto ao fato de que esse conceito não é algo novo e de que os aspectos da guerra híbrida citados pelos analistas ocidentais são praticados desde que a guerra existe.

Entretanto, é difícil comparar os termos, por não contarem com uma definição consagrada, nem na Rússia nem no Ocidente. Sem dúvida, existe uma interseção entre seus prováveis significados, mas está claro que a guerra híbrida se refere a um escopo bem mais limitado de atividades do que a expressão “métodos indiretos e assimétricos”. Um exemplo que ilustra, claramente, a diferença entre os termos é o entendimento russo das revoluções coloridas e da Primavera Árabe, discutidas anteriormente. A visão de que as ONGs são os meios de um método indireto e assimétrico de guerra deixa bastante claro que Gerasimov está falando de algo muito diferente do conceito ocidental de guerra híbrida<sup>12</sup>.

Um dos aspectos mais interessantes do artigo de Gerasimov é sua perspectiva sobre a relação entre medidas não militares e militares na guerra. A utilização de todos os meios do poder nacional para alcançar os fins do Estado não é algo novo para a Rússia, mas, agora, suas Forças Armadas veem a guerra como algo



**Figura 4 – Gráfico extraído do artigo do Gen Gerasimov na publicação *Voyenno-Promyshlennyy Kurier*, 26 Fev 13 [tradução a partir da versão em inglês de Charles Bartles]**

muito além de um conflito militar. Como o gráfico extraído do artigo de Gerasimov ilustra (figura 4), a guerra é conduzida, hoje, com uma proporção aproximada de quatro medidas não militares para uma medida militar. Essas medidas não militares incluem sanções econômicas, suspensão de relações diplomáticas e pressão política e diplomática. O ponto crucial é que, enquanto o Ocidente considera essas medidas

não militares como formas de evitar a guerra, a Rússia as considera como guerra (figura 4).

Alguns analistas do Ocidente, após lerem o artigo de Gerasimov e considerarem as operações russas na Crimeia e no leste da Ucrânia, criaram modelos para um novo modo russo de guerra. Embora esses modelos possam ser úteis para analisar ações passadas, não se deve confiar neles para prever a natureza das futuras

operações russas. Nas próprias palavras de Gerasimov: “Cada guerra representa um caso isolado, exigindo um entendimento de sua lógica particular, seu próprio caráter singular”<sup>13</sup>. O que ele está dizendo é que não existe um modelo ou fórmula para entender o ambiente operacional ou o exercício do poder nacional em todos os cenários de guerra. Cada instância de um problema será vista como uma situação única, que exigirá organizar os recursos do Estado do modo que for necessário.

Ainda que a Rússia possa responder de maneira semelhante a duas situações diferentes, isso não é um sinal de que haja uma fórmula específica de ação. Significa apenas que a semelhança entre as duas situações exigiu respostas parecidas. No nível tático, modelos e fórmulas são essenciais para determinar a correlação de forças necessária para a vitória, mas, nos níveis operacional e estratégico, é necessária uma abordagem bem diferente (figura 5).

## A Ameaça Norte-Americana às Capacidades de Dissuasão Estratégica Russas

Um dos pilares da política de segurança nacional da Rússia é o conceito de dissuasão estratégica. A teoria de dissuasão estratégica russa baseia-se na premissa de que a ameaça de um emprego maciço de forças nucleares primordialmente estratégicas causará tamanho dano ao potencial militar e econômico de um agressor em quaisquer circunstâncias que ele considerará o custo de tal ação inaceitável. Mesmo nos piores momentos econômicos, a Rússia pôde contar com suas forças nucleares estratégicas para tal dissuasão.

Contudo, após o bombardeio da Iugoslávia pela OTAN, a Rússia enxergou a interferência da organização no que, a seu ver, era uma questão interna iugoslava como algo que pudesse ser reproduzido na sua própria região dissidente, a Tchetchênia. Em resposta, a Rússia incorporou o conceito em sua Doutrina Militar de “desescalada”, de 2000, que estipula que, diante de um ataque convencional de larga escala, ela poderia responder com um ataque nuclear limitado<sup>14</sup>. No passado, o estado relativamente precário das forças convencionais da Rússia obrigou-a a mudar as condições para o emprego de forças nucleares estratégicas como uma estratégia de dissuasão, mas a paridade e o valor dissuasório das forças nucleares nunca foram questionados. A combinação do desenvolvimento dos programas

de defesa antimísseis balísticos e *Prompt Global Strike* (“Ataque Global Imediato”, que consiste na capacidade de conduzir um ataque de precisão contra qualquer alvo no mundo em menos de uma hora) pelos EUA, nos anos 2000, mudou o *status quo* de paridade pela primeira vez. A Rússia acredita que uma combinação desses dois programas reduziria, fortemente, sua capacidade de dissuasão nuclear estratégica, especialmente com o acréscimo de armas hipersônicas<sup>15</sup>.

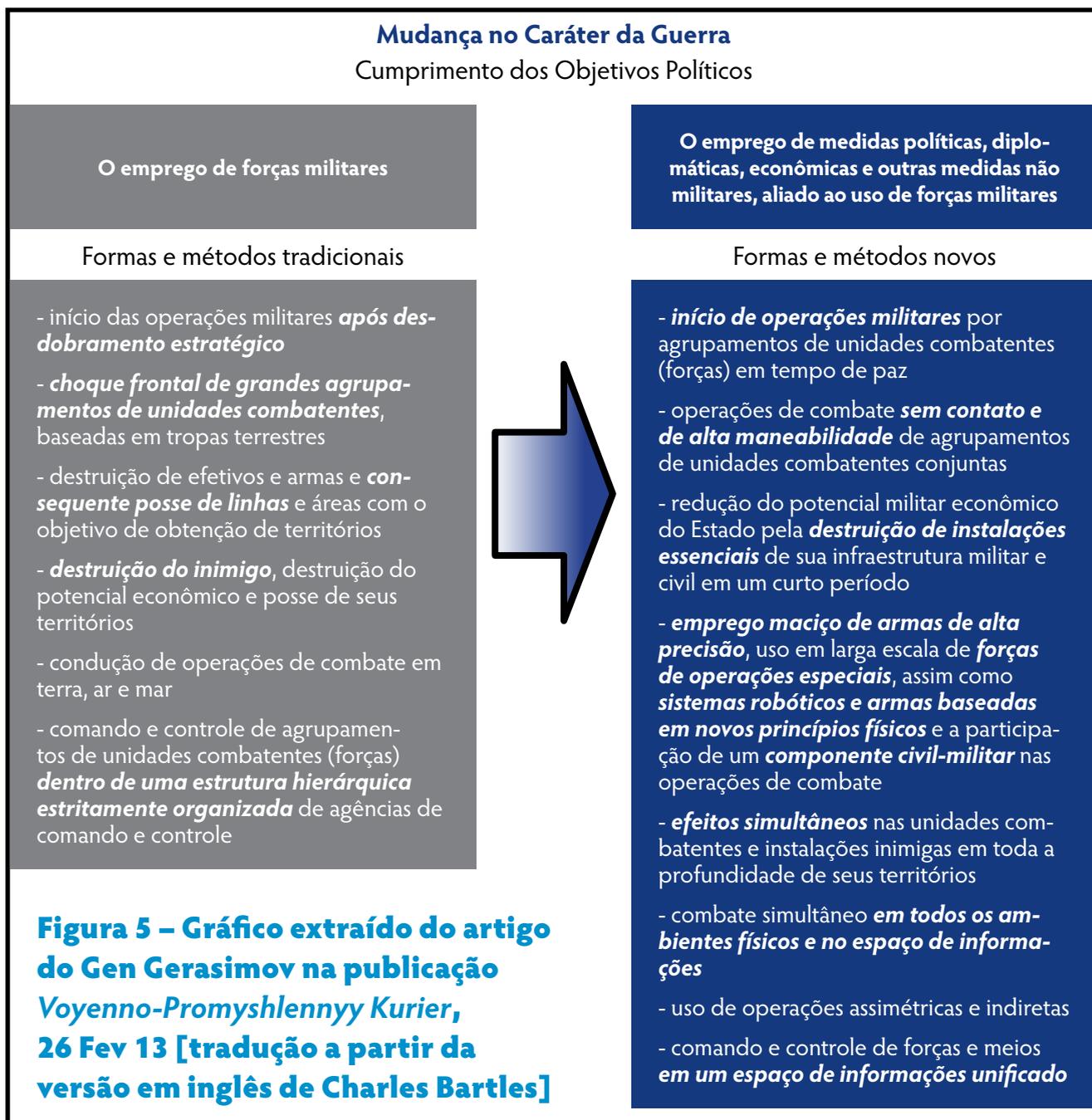
## Outras Observações Relevantes

A visão de Gerasimov sobre o futuro ambiente operacional é, em diversos aspectos, muito semelhante à nossa. Como nós, Gerasimov prevê uma menor frequência de combates de larga escala; maior emprego de sistemas de comando e controle em rede, robótica e armas de alta precisão; maior importância dada à cooperação interagências; mais operações no terreno urbano, uma fusão da ofensiva e defensiva e uma redução geral das diferenças entre as atividades militares nos níveis estratégico, operacional e tático.

Curiosamente, apesar de algumas perspectivas muito semelhantes, Gerasimov e seu Estado-Maior estão abordando esses problemas de algumas formas bem diferentes. Embora venha experimentando meios um tanto não convencionais para combater métodos hostis indiretos e assimétricos, a Rússia também considera as forças convencionais como sendo de extrema importância.

Em um momento em que as Forças Armadas dos EUA vêm reduzindo suas capacidades convencionais pesadas, a Rússia considera um futuro ambiente operacional semelhante e escolhe dobrá-las. Enquanto os EUA ampliam suas forças de operações especiais, a Rússia as conservam em níveis relativamente estáveis, incumbindo as forças convencionais de desempenhar muitas de suas funções, não por necessidade, mas intencionalmente.

A maior diferença na forma pela qual Gerasimov enxerga o ambiente operacional está em onde ele vê ameaça e risco. Seu artigo e a Doutrina Militar de 2014 da Rússia deixam evidente que, a seu ver, as principais ameaças à soberania russa advêm de movimentos sociais e políticos financiados pelos EUA, como as revoluções coloridas, a Primavera Árabe e o Movimento de Maidan. Também enxerga ameaças no desenvolvimento, pelos EUA, de armas hipersônicas e dos programas



de defesa antimísseis balísticos e *Prompt Global Strike*, os quais, na sua opinião, poderiam degradar as capacidades de dissuasão estratégica russas e abalar o atual equilíbrio estratégico.

## Conclusão

A função de Gerasimov como Chefe do Estado-Maior Geral faz dele o principal planejador e arquiteto operacional e estratégico para o desenvolvimento da futura estrutura de força e capacidades russas.

Para desempenhar essas atribuições, o indivíduo que ocupa essa função precisa ter a capacidade de previsão para entender os atuais e futuros ambientes operacionais, assim como as circunstâncias que os produziram ou que devam alterá-los. O artigo de Gerasimov não está propondo um novo modo russo de combate ou uma guerra híbrida, como foi afirmado no Ocidente. Além disso, na visão de Gerasimov sobre o ambiente operacional, os EUA são a principal ameaça à Rússia. ■

Charles K. Bartles é tradutor e intérprete de russo e analista do Departamento de Estudos Militares Estrangeiros, no Forte Leavenworth, Estado do Kansas. Serviu em várias missões como oficial do Componente da Reserva no Afeganistão e no Iraque. Também serviu como oficial de assistência de segurança nas embaixadas dos EUA no Quirquístão, Uzbequistão e Cazaquistão. É bacharel em Russo pela University of Nebraska-Lincoln e mestre em Russo e Estudos do Leste Europeu pela University of Kansas.

## Referências

1. Gabriel Gatehouse, "The Untold Story of the Maidan Massacre", BBC, 12 Feb. 2015, acesso em 5 nov. 2015, <http://www.bbc.com/news/magazine-31359021>.
2. *Military Encyclopedic Dictionary* (Moscow: Voenizdat, 1983), p. 585, s.v. "foresight".
3. Jacob Kipp, "The Methodology of Foresight and Forecasting in Soviet Military Affairs", Soviet Army Studies Office, Fort Leavenworth, Kansas, 1988, acesso em 30 out. 2015, [www.dtic.mil/dtic/tr/fulltext/u2/a196677.pdf](http://www.dtic.mil/dtic/tr/fulltext/u2/a196677.pdf).
4. Anthony H. Cordesman, Ph.D., assistiu à Terceira Conferência de Moscou sobre Segurança Internacional, realizada pelo Ministério da Defesa da Rússia, em 23 de maio de 2014. Na ocasião, Cordesman pôde tirar fotos da apresentação de slides do Gen Valery Gerasimov. Alguns dos principais slides da apresentação (figuras 1, 2 e 3) foram significativamente recriados para acompanhar este artigo. Cordesman elaborou, posteriormente, um relatório sobre a conferência que inclui uma seleção maior dos slides apresentados por Gerasimov, assim como materiais apresentados por outros participantes. O relatório é intitulado "A Russian Military View of a World Destabilized by the US and the West". É possível visualizá-lo na íntegra no site do Center for Strategic & International Studies, acesso em 20 nov. 2015, <http://csis.org/publication/russia-and-color-revolution>.
5. Mark Galeotti, "The 'Gerasimov Doctrine' and Russian Non-Linear War", In Moscow's Shadows (blog), 6 July 2014, acesso em 5 nov. 2015, <https://inmoscowshadows.wordpress.com/2014/07/06/the-gerasimov-doctrine-and-russian-non-linear-war/>. Toda análise do artigo de Gerasimov deve incluir uma leitura minuciosa do blog de Mark Galeotti, Ph.D., sobre o tema. O blog de Galeotti também apresenta uma tradução do artigo [para o inglês] com comentários valiosos.
6. Nathan Hausman, "Competing Narratives: Comparing Perspectives on NATO Intervention in Kosovo", December 2014, acesso em 30 out. 2014, <http://www.cla.temple.edu/cenfad/SAandJROTC/documents/Hausman%20US-Russia%20Kosovo.pdf>.
7. Roger N. McDermott, "Protecting the Motherland: Russia's Counter-Color Revolution Military Doctrine", *Eurasia Daily Monitor* 11, 18 November 2014, p. 206, acesso em 30 out. 2015, [http://www.jamestown.org/single/?tx\\_ttnews%5Btt\\_news%5D=43094&no\\_cache=1#.VJzJe14AA](http://www.jamestown.org/single/?tx_ttnews%5Btt_news%5D=43094&no_cache=1#.VJzJe14AA); Tony Papert, "Moscow Conference Identifies 'Color Revolutions' as War", *Executive Intelligence Review*, 13 June 2014, acesso em 30 out. 2015, [http://www.larouchepub.com/eiw/public/2014/eiv41n24-20140613/07-25\\_4124.pdf](http://www.larouchepub.com/eiw/public/2014/eiv41n24-20140613/07-25_4124.pdf); Anthony H. Cordesman, "Russia and the 'Color Revolution': A Russian Military View of a World Destabilized by the US and the West", Center for Strategic & International Studies, 28 May 2014, acesso em 30 out. 2015, <http://csis.org/publication/russia-and-color-revolution>; "Aliyev: 'Maidan' Was Being Prepared in Azerbaijan, Money for which Was Brought by 'Fifth Column' NGOs", Interfax, 8 Sept. 2015.
8. Velimir Razuvayev, "Senators Approve First List of Russia's Foes", *Nezavisimaya Gazeta Online*, 9 Jul. 2015, acesso em 14 Jul. 2015, [http://www.ng.ru/politics/2015-07-09/3\\_senatory.html](http://www.ng.ru/politics/2015-07-09/3_senatory.html); "Putin agrees that USAID is trying to influence politics in Russia", Interfax, 20 September 2012; Veronika Krasheninnikova, "Who Is Serving in USAID? Watching over the Health of Russians Are American Career Military Persons and Security Specialists", *Komsomolskaya Pravda online*, 25 September 2012, acesso em 30 out. 2015, <http://www.kp.ru/daily/25955/2896580/>.
9. Cordesman, apresentação de slides de Gerasimov.
10. Ibid.
11. Charles K. Bartles, "Russia's Indirect and Asymmetric Methods as a Response to the New Western Way of War", em via de publicação; 2014 Russian Military Doctrine, acesso em 30 out. 2015, <http://news.kremlin.ru/media/events/files/41d527556bec8deb3530.pdf>.
12. Ruslan Puhkov, "The Myth of Hybrid Warfare", *Nezavisimaya Gazeta online*, 29 May 2015, acesso em 30 out. 2015, [http://nvo.ng.ru/realty/2015-05-29/1\\_war.html](http://nvo.ng.ru/realty/2015-05-29/1_war.html); Jacob W. Kipp e Roger N. McDermott, "The Bear Went Under the Mountain: Is Russia's Style of Warfare Really New?" *European Leadership Network online*, 15 December 2014, acesso em 17 Jan. 2015, [http://www.europeanleadershipnetwork.org/the-bear-went-under-the-mountain-is-russias-style-of-warfare-really-new\\_2263.html](http://www.europeanleadershipnetwork.org/the-bear-went-under-the-mountain-is-russias-style-of-warfare-really-new_2263.html).
13. General Valeriy Gerasimov, "The Value of Science Is in the Foresight: New Challenges Demand Rethinking the Forms and Methods of Carrying out Combat Operations", *Voyenno-Promyshlennyy Kurier online*, 26 February 2013, acesso em 30 out. 2015, <http://vpk-news.ru/articles/14632>. [A tradução deste artigo consta desta mesma edição: "O Valor da Ciência está na Previsão: Novos Desafios Exigem Repensar as Formas e Métodos de Conduzir as Operações de Combate" (baseada na tradução para o inglês de Robert Coalsón, p. 38). Cabe observar que a tradução da citação no presente artigo baseia-se na tradução para o inglês fornecida por Charles K. Bartles a partir do original em russo, ligeiramente diferente da apresentada por Robert Coalsón. — N. do T.]
14. Nikolai N. Sokov, "Why Russia calls a limited nuclear strike 'de-escalation'", *Bulletin of the Atomic Scientists*, 13 March 2014, acesso em 30 out. 2015, <http://thebulletin.org/why-russia-calls-limited-nuclear-strike-de-escalation>.
15. O. Yu. Aksyonov, Yu N. Tretyakov e Ye N. Filin, "Basic Principles of a System to Assess Current and Anticipated Damage to Key Strategic Deterrence System Elements", *Military Thought* 24(3), 2015, p. 44-51; Charles K. Bartles, "Russia's Way of Maintaining Strategic Deterrence", em via de publicação; "Russia Taking 'Prompt Global Strike' Countermeasures", Interfax, 30 out. 2015.



Manifestantes entoam *slogans* pró-Estado Islâmico e agitam bandeiras do grupo em frente à sede do governo provincial em Mosul, Iraque, 16 Jun 14.

(Associated Press)

# O Futuro da Guerra contra o Jihadismo Islâmico

## Como Enfrentar e Derrotar Combatentes Inimigos Não Estatais, Não Uniformizados, Ilegais

Ten Cel (Res) Allen B. West, Exército dos EUA

*Conhece teu inimigo e conhece-te a ti mesmo; se tiveres cem combates a travar, cem vezes serás vitorioso. Se ignoras teu inimigo e conheces a ti mesmo, tuas chances de perder e de ganhar serão idênticas. Se ignoras ao mesmo tempo teu inimigo e a ti mesmo, só contarás teus combates por tuas derrotas.*

—Sun Tzu, *A Arte da Guerra*\*

**L**embro-me de minha lista de leitura obrigatória quando me tornei segundo-tenente de Artilharia de Campanha do Exército. Dois livros se destacaram: *Ataques de Infantaria*, de Erwin Rommel, e a *Arte da Guerra*, de Sun Tzu. Mais tarde, quando, já como um jovem capitão, viajei do Forte

Riley, no Estado do Kansas, para o Oriente Médio, a fim de servir nas Operações *Desert Shield* e *Desert Storm*, reli *A Arte da Guerra*. A citação acima, retirada desse livro, é uma de minhas favoritas (junto com uma citação às vezes atribuída a Alexandre Magno: “A sorte favorece os audazes.”)

A atual conflagração em que nosso país — na verdade, o mundo — se vê envolvido, enfrentando o problema do jihadismo islâmico, faz com que a citação de Sun Tzu pareça bastante relevante. Quando deixamos de reconhecer o movimento jihadista global, não somos capazes de entender a história, as metas e os objetivos desse inimigo, que expressa, constantemente, seus desígnios, apenas para serem descartados ou desconsi-

derados pela liderança dos Estados Unidos da América (EUA). Ainda que alguns creiam que seja algo desnecessário, não identificar o inimigo nos coloca em clara desvantagem para conquistar a vitória, como postularia Sun Tzu. Até mesmo a designação de “Guerra contra o Terrorismo” é terrivelmente inadequada. Um país não pode combater uma tática, que é o que o terrorismo representa: um meio para um fim. Seria o mesmo que nos referíssemos à Segunda Guerra Mundial como a “guerra contra a *blitzkrieg*” ou o “combate contra os *kamikazes*”.

Atualmente, o mundo está focado no Estado Islâmico (EI, ou ISIS, na sigla em inglês) do Iraque e da Síria. Contudo, como os EUA enfrentam esse combatente inimigo ilegal no campo de batalha de hoje? Os EUA e seus aliados ocidentais devem considerar o EI como sua maior ameaça. Entretanto, não devemos desconsiderar a ameaça representada por outros grupos, como o Boko Haram e a Al Qaeda. Utilizemos a citação de Sun Tzu para apresentar uma direção para nossa política e uma solução para combater e vencer não apenas o EI, mas a jihad global.



A Força Aérea dos EUA bombardeia trechos e pontes importantes na Trilha Ho Chi Minh, durante a Operação *Tiger Hound*, por volta de 1965. Os norte-vietnamitas utilizavam a trilha para movimentar tropas e suprimentos para o sul. O fato de os EUA e o Vietnã do Sul não conseguirem interditar essa linha de comunicações essencial e negar, ao Vietnã do Norte, a área segura que ela proporcionava acabou por contribuir para o êxito das forças norte-vietnamitas e vietcongues.

(Foto cedida pelo U.S. Air Force National Museum)

[\*Trecho traduzido extraído de Sun Tzu, *A arte da guerra*. Tradução de Sueli Barros Cassal (Porto Alegre: L&PM, 2011) — N. do T.]

## Imperativos Estratégicos

Para derrotar o EI e o movimento jihadista global, os EUA precisam atender a imperativos estratégicos, dos quais não dispõem atualmente. Esses imperativos não são, simplesmente, tarefas do nível tático conduzidas em um âmbito estratégico; palavras como degradar, derrotar e destruir têm definições bastante diferentes para um planejador militar do nível tático ou operacional.

A liderança dos EUA deve entender que a intenção do EI é controlar território a fim de criar sua própria nação. Infelizmente, estamos repetindo o erro terrível que cometemos no Afeganistão, quando permitimos que o Talibã subisse ao poder e controlasse território. Seu movimento local aliou-se às intenções globais da Al Qaeda e de Osama bin-Laden. O resultado não foi apenas o estabelecimento de um Estado bárbaro e violento do século VII, mas também a exportação de uma ideologia perversa, que defende atividades terroristas.

**Negar áreas seguras ao inimigo.** O primeiro imperativo estratégico que os EUA necessitam cumprir para derrotar o inimigo é negar-lhe áreas seguras. Isso significa, simplesmente, que precisamos nos comprometer com operações voltadas ao inimigo, em vez de operações voltadas ao terreno. A mensagem que temos de passar ao inimigo é a de que não seremos dissuadidos de combatê-lo caso busque abrigo dentro das fronteiras de outra nação. Nossa maior vantagem consiste em nossa mobilidade estratégica; precisamos usá-la para levar o combate ao inimigo, que não respeita delimitações ou fronteiras. Precisamos atacar as forças jihadistas em suas bases de operações.

Falhamos, até agora, por nos concentrarmos na construção nacional sem conduzirmos, simultaneamente, operações de ataque. Vale considerar os primeiros dias da Operação *Enduring Freedom*, quando nossas forças, junto com as da Aliança do Norte, conseguiram expulsar um exército talibã de 60 mil



Um menino paquistanês, vestindo um chapéu com a palavra "Alá", segura um fuzil de brinquedo enquanto observa a multidão durante uma demonstração pró-Talibã na cidade portuária de Karachi, 19 Set 01.

(Associated Press, Zia Mazhar)

homens do Afeganistão<sup>1</sup>. Não devemos nos sobrecarregar com tarefas de construção nacional enquanto não houvermos negado, completamente, uma base de operações ao inimigo — permitindo-lhe mudar-se para um outro lugar.

Além disso, sejamos francos: os veículos aéreos não tripulados (VANT) representam um meio, e não uma panaceia estratégica nem, seguramente, uma estratégia. Os VANT são uma ferramenta que deve ser empregada no nível operacional ou, quiçá, até mesmo no tático. A última coisa de que precisamos é uma repetição do Vietnã, quando ataques aéreos estavam sendo aprovados no nível estratégico, pela Casa Branca<sup>2</sup>.

**Interditar as linhas de comunicação inimigas.** O segundo imperativo estratégico para obter a vitória contra o EI e a jihad global é interditar suas linhas de comunicação e apoio. Precisamos bloquear seu fluxo de homens, materiais bélicos e recursos, identificando e interrompendo suas rotas de transporte. Devemos trabalhar com nossos aliados a fim de desenvolver um melhor sistema para rastrear os movimentos de jihadistas que busquem entrar em locais designados como zonas de conflito, como a área de operações (A Op) síria, que se tornou a base de operações do EI.

Além disso, não podemos manter o foco apenas nos beligerantes; precisamos voltá-lo, também, aos

Estados-nação que os financiam e apoiam suas atividades. Temos de seguir o rastro do dinheiro. No caso do EI, as receitas petrolíferas têm sido fundamentais para manter suas atividades e, por isso, precisamos identificar as fontes que estão comprando esse petróleo no mercado negro<sup>3</sup>.

Segundo o consagrado modelo “DIME”, há quatro elementos que compõem o poder de uma nação: diplomático, informacional, militar e econômico. Podemos empregar nosso elemento econômico do poder nacional no nível estratégico para bloquear o apoio a grupos jihadistas como o EI, assim como Boko Haram, Al Qaeda, Frente Al Nusra, Hamas, Hezbollah, Talibã, Mártires de Al Aqsa, Abu Sayyaf e todos os demais.

**Vencer a guerra de informações.** O terceiro imperativo estratégico envolve o segundo elemento do poder nacional: o informacional. Precisamos vencer a guerra de informações. A relutância do Ocidente em condenar um inimigo como o EI é desconcertante. Nossas próprias fontes de mídia gastaram mais recursos em discorrer sobre Abu Ghraib no Iraque do que em se concentrar no que é o EI e nas atrocidades do jihadismo islâmico. Não podemos ser vitoriosos contra esse inimigo se não tivermos a coragem de simplesmente identificá-lo e declarar que o que ele faz é perverso. Entretanto, continuamos a utilizar a desculpa já gasta de que “não queremos ofender os muçulmanos”. Não temos de ofendê-los, mas não podemos abdicar da responsabilidade de vencer a guerra contra a propaganda extremista. Isso significa negar ao inimigo uma nova área segura no campo de batalha do século XXI: o domínio das mídias sociais.

O aspecto mais importante de uma efetiva operação de informações contra o EI e outros é documentar o êxito no campo de batalha. Contudo, quando relutamos em enfrentar o inimigo nesse domínio, ele transforma isso em propaganda positiva para seus fins. Então, alguns jovens que vivem sob a liberdade do Ocidente acham as mensagens do inimigo atraentes e buscam aderir a grupos jihadistas. Isso é inaceitável.

Além disso, vamos parar de nos referir a detentos jihadistas como “prisioneiros de guerra” — não são. São combatentes inimigos ilegais e não merecem nem os direitos constitucionais nem os direitos conferidos pela Convenção de Genebra. Um importante aspecto da guerra de informações é o fato de que, embora nossa bondade e benevolência possam estar em conformidade

com nossos princípios e valores, para o inimigo, elas indicam uma fraqueza desprezível.

**Reduzir a esfera de influência do inimigo.** O último imperativo estratégico para obter êxito contra o EI e a jihad global é isolar o inimigo e reduzir sua esfera de influência. Precisamos encolher o território do inimigo. Infelizmente, não somos efetivos em impedir a divulgação e proliferação da ideologia extremista islâmica. E, aqui nos EUA, estamos proporcionando, equivocadamente, uma base de operações a essa ideologia, sob o pretexto de liberdade de religião, sem querer reconhecer que ela está em conflito com os princípios e valores fundamentais de nosso país. Um exemplo ilustrativo: a contínua caracterização oficial do ataque de Nidal Hasan no Forte Hood, em 2009, como “violência no local de trabalho”, quando a verdade foi revelada durante seu julgamento: seu ataque foi, claramente, um ato de jihadismo<sup>4</sup>. Se não bloquearmos a exportação desse jihadismo islâmico, movimentos como o EI se espalharão ainda mais.

## Imperativos Operacionais e Táticos

Esses quatro imperativos estratégicos também se convertem, facilmente, em imperativos do teatro de operações (TO). Precisamos entender que não temos uma guerra no Afeganistão ou uma guerra no Iraque. Temos uma guerra com diferentes TO de combate, e os comandantes nesses TO precisam de diretrizes concisas de nível estratégico, a fim de desenvolverem suas próprias diretrizes para seus subordinados. Imperativos claros nos níveis estratégico e operacional possibilitarão melhores diretrizes para os comandantes no nível tático.

No nível tático, há cinco imperativos: localizar, fixar, engajar, destruir e perseguir. Esses imperativos estão inseridos nos objetivos gerais dos níveis estratégico e operacional. Nossos meios de Inteligência precisam localizar o inimigo. Em seguida, precisamos utilizar meios dos níveis estratégico e operacional para apoiar nossas forças de nível tático, fixando o inimigo em posição, interditando seu fluxo de apoio e negando-lhe áreas seguras. Uma vez que essas condições sejam atendidas, torna-se mais fácil, no nível tático, engajar diretamente e destruir o inimigo com sistemas de armas imediatamente disponíveis. Precisamos, na sequência, continuar a apoiar nossas forças no nível tático na perseguição ao inimigo para provocar sua total destruição, não lhe



Shahidullah Shahid, porta-voz paquistanês do Talibã, ladeado por seus guarda-costas, dirige-se a repórteres em local não revelado, na área tribal paquistanesa do Waziristão, 05 Out 13. Os EUA e seus aliados devem se empenhar em negar áreas seguras em regiões como o Waziristão a organizações como o Talibã e em limitar sua capacidade para exportar sua ideologia por meio da mídia.

(Ishtiaq Mahsud, Associated Press)

permitindo escapar, como ocorreu em 2001, nas montanhas ao redor de Tora Bora, no Afeganistão<sup>5</sup>.

Esses imperativos estratégicos, operacionais e táticos são centrados no inimigo, e seu êxito depende de conhecê-lo — sem desconsiderar suas metas, objetivos e intenções expressas.

## Reorientando Nossos Esforços e Reformulando Nosso Exército

O que precisamos fazer para alcançarmos a máxima de Sun Tzu de “conhecer a si mesmo”? Não podemos mais nos enredar na atividade de construção nacional. Precisamos, em vez disso, reorientar nossos esforços para a condução de operações de ataque simultâneas por todo o campo de batalha. Isso significa que devemos rumar em direção a uma força de projeção de poder, em vez de uma estrutura de força preposicionada em bases avançadas, da era da Guerra Fria. Uma de nossas necessidades mais imediatas é reestruturar nossas Forças Armadas, não com base em um orçamento, e sim em nossos objetivos estratégicos e nos requisitos de cada área de responsabilidade, conforme

identificados pelos comandos unificados geográficos (Pacífico, Europa, África, Sul, Norte e Central). Esse alinhamento regional pode ser efetuado com responsabilidade fiscal, mas precisa ser expedicionário, baseado em forças posicionáveis a partir de plataformas marítimas e aéreas. Além disso, precisamos incluir a consolidação de parcerias estratégicas. Podemos trabalhar com outros países e empregar capacidades e recursos unificados e poderosos.

Infelizmente, estamos caminhando na direção errada ao destruirmos a estrutura da nossa força armada. Estamos jogando um “jogo das cascas de nozes” com nossa estrutura de força, deslocando forças para lá e para cá, em vez de estarem dedicadas a uma área e aptas a conduzir operações para impedir que o inimigo se estabeleça. Precisamos desenvolver Forças Armadas do século XXI, que possam lidar com a situação instável gerada por conflitos entre atores estatais e não estatais nas regiões de todos os comandos combatentes unificados. Mais uma vez, não se trata de criar grandes bases no exterior, mas da capacidade de desdobrar e atacar o inimigo com uma força letal

e feroz, como vimos na campanha de noventa dias que desalojou o Talibã e a Al Qaeda do Afeganistão em 2001<sup>6</sup>. Não precisamos aparecer com uma força maciça de cem mil homens. Lembre-se: nosso objetivo já não é mais a construção nacional.

A Força-Tarefa Aeroterrestre do Corpo de Fuzileiros Navais (CFN) dos EUA tornou-se um modelo de estruturas para o desdobramento de forças, com o emprego de formações de força-tarefa de combate valor brigada/regimento. Na época em que servi como oficial de intercâmbio em Camp Lejeune junto à II Força Expedicionária do CFN dos EUA, vim a compreender a potência dessa estrutura. O Exército dos EUA precisa se encaminhar para esse mesmo esquema; está na hora de desfazer a falange e pensar de maneira diferente. Uma força-tarefa de brigada do Exército [a chamada *brigade combat team* – *BCT*, ou brigada de combate — N. do T. ] precisa ser plenamente integrada com um apoio aéreo do Exército prontamente disponível. A meu ver, devemos transferir o *Thunderbolt II*, conhecido como “Warthog”, para o Exército dos EUA, a fim de garantir que tenhamos apoio aéreo aproximado em tempo hábil para o comandante das forças terrestres; cabe lembrar o imperativo tático de engajar o inimigo com sistemas de armas prontamente disponíveis. Além disso, as unidades do Exército devem aprender a posicionar-se a partir de meios marítimos, da mesma forma que a 10ª Divisão de Montanha foi preparada para ser desdobrada a partir de um navio aeródromo, para uma possível operação no Haiti, em 1994<sup>7</sup>. Precisamos ser capazes de projetar poder de combate a partir do litoral e estendê-lo para o interior.

Um último fator crucial na reformulação de nossas Forças Armadas é a necessidade de encontrar líderes para o Departamento de Defesa que entendam os três níveis da guerra e tenham alguma experiência de combate, em vez de designar tais posições de liderança como recompensa pelo apoio político. Temos um complexo industrial de defesa que diz às Forças Armadas o que necessitam com base nos caprichos dos membros do congresso, que estão preocupados, primordialmente, com programas de emprego em seus respectivos distritos e Estados. Nosso sistema de pesquisa e desenvolvimento, aquisição e abastecimento está sobrecarregado, limitando a capacidade de nossos combatentes para obter sistemas de armas

em tempo hábil. Produzimos análises e estudos estratégicos que geram montanhas de papel, que poucos leem e ninguém implementa. Precisamos de dirigentes políticos que entendam que nem todo dólar em Washington, D.C., é igual, e que nossas Forças Armadas não podem pagar pelo provincianismo irresponsável em termos orçamentários.

## Conclusão

Todas as recomendações apresentadas anteriormente teriam um impacto no combate contra o EI e a jihad global. Entretanto, conforme expresso por Carl von Clausewitz com sua “trindade paradoxal”, o espírito do combatente norte-americano é inigualável, mas é a falta de espírito da nação e do governo que está impedindo nossa vitória contra esse inimigo<sup>8</sup>.

Nossa nação precisa entender que a paz realmente advém da força e que a capacidade de desdobrar forças preparadas prontamente é um fator dissuasório para nossos inimigos. Não apoio a ideia de que devamos ser uma “polícia do mundo”, mas estes são tempos extraordinários, em que enfrentamos um inimigo que está decapitando e crucificando gente inocente. Esse inimigo está forçando uma migração em massa de pessoas, que terá consideráveis ramificações internas para os países ocidentais. O EI e a jihad global podem ser derrotados e sua ideologia, deslegitimada, mas alguém tem de liderar, e essa responsabilidade cabe aos EUA. Esse inimigo deve ser forçado a respeitar a força e o poderio, os quais não temos demonstrado. Daqui para frente, a estratégia de segurança nacional não pode ser definida por promessas e retórica de campanha, porque o inimigo é um fator determinante.

Para concluir, reitero a citação de Sun Tzu: “Conhece teu inimigo e conhece-te a ti mesmo; se tiveres cem combates a travar, cem vezes serás vitorioso. Se ignoras teu inimigo e conheces a ti mesmo, tuas chances de perder e de ganhar serão idênticas. Se ignoras ao mesmo tempo teu inimigo e a ti mesmo, só contarás teus combates por tuas derrotas”. Na atual conflagração contra o EI e a jihad global, nosso país se recusa a conhecer o inimigo. Temos dificuldade em conhecermos a nós mesmos e estamos destruindo nossa capacidade e recursos militares. Assim, nós nos vemos perdendo a batalha. Perdemos no Vietnã, não no nível tático, mas no nível estratégico; não deixemos que a história se repita. ■

O Tenente-Coronel (Res) Allen B. West, Exército dos EUA, é o diretor executivo do National Center for Policy Analysis. Foi membro do Congresso dos EUA, como representante do 22º Distrito da Flórida. É comentarista no canal Fox News e pesquisador sênior no London Center for Policy Research. Contribui, regularmente, para vários veículos da mídia. A carreira militar do Ten Cel West incluiu missões no Iraque em apoio às Operações Desert Shield e Desert Storm e, mais tarde, Operação Iraqui Freedom. Também serviu no Afeganistão como assessor civil durante a Operação Enduring Freedom.

## Referências

- Epígrafe.** TZU, Sun. *The Art of War*, versão em inglês de Lionel Giles (Norwalk, CT: The Puppet Press, 1910), p. 52. [Trecho traduzido extraído de Sun Tzu, *A arte da guerra*. Tradução de Sueli Barros Cassal (Porto Alegre: L&PM, 2011) — N. do T.]
1. "The Taliban", Council on Foreign Relations website, acesso em 3 nov. 2015, [http://www.cfr.org/terrorist-organizations-and-networks/taliban/p35985?cid=marketing\\_use-taliban\\_infogui-de-012115#!](http://www.cfr.org/terrorist-organizations-and-networks/taliban/p35985?cid=marketing_use-taliban_infogui-de-012115#!); Matt Vespa, "Terrific: Taliban Strength At Its Strongest Level In Afghanistan Since 2001", Townhall website, acesso em 3 nov. 2015, <http://townhall.com/tipsheet/mattvespa/2015/10/13/terrific-taliban-strength-at-its-strongest-level-in-afghanistan-since-2001-n2065138>.
  2. Dennis M. Drew, "Rolling Thunder 1965: Anatomy of a Failure", CADRE Paper Report No. AU-ARI-CP-86-3 (Maxwell Air Force Base, AL: Air University Press, October 1986), Airpower Research Institute, acesso em 3 nov. 2015, <http://www.au.af.mil/au/awc/awcgate/readings/drew2.htm>.
  3. Hamza Hendawi e Qassim Abdul-Zahra, "ISIS Is Making up to \$50 Million a Month from Oil Sales", reportagem da Associated Press publicada em *Business Insider*, 23 out. 2015, acesso em 3 nov. 2015, <http://www.businessinsider.com/isis-making-50-million-a-month-from-oil-sales-2015-10>.
  4. Ned Berkowitz, "Dem Blames 'Political Correctness' for Fort Hood 'Workplace Violence' Controversy", *ABC News*, 7 May 2013, <http://abcnews.go.com/blogs/headlines/2013/05/dem-blames-political-correctness-for-fort-hood-massacre-controversy/>; Michael Daly, "Nidal Hasan's Murders Termed 'Workplace Violence' by U.S.", *The Daily Beast* website, 6 Aug. 2013, acesso em 3 nov. 2015, <http://www.thedailybeast.com/articles/2013/08/06/nidal-hasan-s-murders-termed-workplace-violence-by-u-s.html>.
  5. Yaniv Barzilai, "How Bin Laden Escaped in 2001—The Lessons of Tora Bora", *The Daily Beast* website, 15 Dec. 2015, acesso em 3 nov. 2015, <http://www.thedailybeast.com/articles/2013/12/15/how-bin-laden-escaped-in-2001-the-lessons-of-tora-bora.html>.
  6. *Ibid.*
  7. Sean C. McGovern, "Army Assault from a Navy Carrier", *Army Logistician* 28(5) (September–October 1996), acesso em 3 nov. 2015, <http://www.almc.army.mil/alog/issues/sepoct/ms992.htm>.
  8. Carl von Clausewitz, *On War*, trans. Michael Howard and Peter Paret (New York: Oxford University Press, 2007), p. 30. [Os trechos da obra *Da Guerra* foram extraídos da tradução do inglês para o português do CMG (RRm) Luiz Carlos Nascimento e Silva do Valle, a partir da versão em inglês de Michael Howard e Peter Paret — N. do T.]



A gama dos efeitos da globalização moderna é bastante significativa. No nível local, ela permite que os cidadãos bebam café relativamente barato da Etiópia nas lojas Starbucks. No nível estratégico, ela é responsável pelo crescimento rápido das economias emergentes, como as da China e da Índia.

Embora os efeitos da globalização estejam amplamente contestados e não inteiramente entendidos, o que fica evidente é que ela é uma força que está mudando significativamente a forma como o mundo funciona. Prever o futuro da guerra é uma perda de tempo, mas uma análise das tendências globais proporciona pistas perspicazes sobre o ambiente de segurança que moldarão a forma como os Estados Unidos irão conduzir a guerra no futuro.

Como resultado da globalização, o ambiente de segurança que os Estados Unidos encaram atualmente se distancia do conflito interestatal. Portanto, a sua estratégia militar precisa refletir essa mudança ao aprimorar a sua capacidade de projetar poder em um futuro dominado por conflitos internos, terrorismo transnacional e pela urbanização.

As seguintes seções irão abordar essas tendências globais e prover recomendações sobre como podemos encarar os desafios que se originam delas, apesar das realidades fiscais no país.

## O Declínio do Conflito Interestatal

*O mundo já entrou na era do grande poder da paz permanente<sup>1</sup>.*

—Christopher J. Fettweis

Desde 1945, a quantidade de conflitos interestatais (entre Estado-nações) tem diminuído precipitadamente, apesar da triplicação do número de Estados na comunidade internacional<sup>2</sup>. Em comparação com o conflito intraestatal (interno), os conflitos interestatais são bastante infrequentes. Na maioria dos anos, menos de três conflitos estão em progresso em qualquer tempo, e desde 2004 até 2010, não houve conflito interestatal algum<sup>3</sup>. Essa tendência em declínio é notável, mais ainda não é reconhecida, em grande medida, pelas Forças Armadas dos EUA. Sem dúvida, muitas variáveis contribuem para essa tendência, como o efeito dissuasor das armas nucleares ou o avanço da democracia por todo o mundo. Contudo, um número de estudos

atribuem o declínio dos conflitos interestatais à globalização<sup>4</sup>. Kristian Gleditsch e Steve Pickering descrevem bem o efeito pacificador da globalização: “Os Estados com mais comércio e com relações econômicas mais extensas têm mais probabilidade de ter custos de oportunidade mais elevados associadas com uma escalada bélica e talvez tenham mais oportunidades de exibir intenções e chegar a uma resolução por outros meios além da força”<sup>5</sup>. A interconexão de Estados, em efeito, limita os benefícios da guerra convencional e promove outros meios para realizar finalidades políticas.

Embora o declínio do conflito interestatal seja uma tendência positiva, é importante notar duas coisas. Primeiro, embora a ocorrência de conflito interestatal permaneça baixa, o risco de conflito entre Estados ainda existe, particularmente entre países vizinhos com crescentes populações competindo por recursos em declínio. Segundo, os Estados estão progressivamente mais inclinados a apoiar guerras “por procuração” ao invés de envolver-se em um conflito direto, como esforço para realizar ganhos políticos ou estratégicos. O apoio material da Rússia aos separatistas na Crimeia e na Ucrânia oriental ressaltam essa estratégia. Embora uma invasão convencional completa seja inaceitável para a comunidade internacional, a estratégia russa de negação plausível capacita o país a infringir nas fronteiras soberanas da Ucrânia, instigar instabilidade e capturar território estratégico.

Para demonstrar a relutância da comunidade internacional de recorrer à guerra convencional, considere o seguinte exemplo. Em 17 de julho de 2014, o Voo 17 da Malaysia Airlines foi derrubado na Ucrânia, matando 298 pessoas<sup>6</sup>. Abater um avião de passageiros voando em 32.000 pés (9.700m) de altura é claramente além da capacidade normal de um combatente guerrilheiro, e as evidências apontam para uma ação de separatistas apoiados pela Rússia. Mesmo assim, apesar do envolvimento indireto da Rússia em um ataque que matou cidadãos de vários países, a comunidade internacional decidiu não responder com uma investigação e sanções econômicas.

Esses são exemplos poderosos de como os Estados estão inclinados a comportar-se na era da globalização — e levantam a questão: Qual seria o limite mínimo em que os Estados Unidos iriam se comprometer, mais uma vez, com uma guerra convencional de grande escala, considerando a recente redução de tropas, após nosso período mais prolongado de combate?



Um homem segura um cartaz apontando o Facebook como “a rede social egípcia” durante um protesto, no Egito, 1 Feb 11. As redes sociais exerceram um papel central no levante que, com o tempo, forçou a resignação do Presidente egípcio Hosni Mubarak.

(Foto cortesia da Wikimedia Commons)

## O Surgimento de Conflitos Internos

*A cultura estratégica dos EUA possui uma longa tradição de minimizar a importância dessas preocupações atípicas, em favor de uma concentração no poder militar mais convencional baseado em Estados.*

—Audrey K. Cronin

Embora a guerra irregular represente aproximadamente 83% de todos os conflitos durante os últimos dois séculos de guerra, a globalização estabelece as condições que incentivarão mais a guerra irregular e o conflito interno, em comparação com a guerra convencional interestatal<sup>9</sup>. Como observado na seção anterior, parece menos provável que os Estados que estão integrados na economia global empreguem a força militar convencional. Em vez disso, o aumento nos custos de oportunidade compele que Estados empreguem “forças por procuração” para realizar os objetivos políticos. O apoio iraniano aos

houthis no Iêmen e o apoio aos mujahedin pelos EUA, durante a Guerra Soviético-Afegã, são dois exemplos.

Além disso, a possibilidade de guerra cibernética aumenta, como evidente pelo vírus Stuxnet que causou danos físicos à instalação nuclear iraniana, em 2009-2010<sup>10</sup>. Embora esse evento fosse supostamente realizado por Israel e pelos Estados Unidos, a capacidade dos atores não estatais realizarem, futuramente, um ataque de escala semelhante contra a infraestrutura essencial ou contra as redes globais não deve ser subestimada.

Outra tendência global que influencia o conflito interno é o processo de democratização. Embora os conflitos entre Estados democráticos desenvolvidos sejam praticamente inexistentes nos tempos modernos, o caminho para a democracia é, muitas vezes, obtido por meio do conflito interno porque a globalização proporciona mais possibilidades e ferramentas às pessoas que buscam liberdades democráticas.

Considere os movimentos revolucionários que varreram o Oriente Médio e o Norte da África, e que

começaram com a autoimolação de um vendedor ambulante de 26 anos chamado Mohamed Bouazizi, em 2011<sup>11</sup>. O vídeo da sua morte se difundiu rapidamente entre o povo e desencadeou manifestações de massas, exigindo a democracia, que no final conduziu à queda de vários regimes na região.

O efeito da globalização como uma fonte para a promoção de descontentamento de povos contra os seus governos não pode ser subestimado. A interconexão de pessoas por meio da tecnologia proporciona maneiras para os oprimidos terem voz, onde antes nenhuma existia. Por exemplo, quando o regime de Mubarak, do Egito, cortou acesso à internet durante os protestos iniciais, em 2011, o Google e o Twitter estabeleceram um serviço que capacitou os manifestantes a colocarem mensagens no Twitter ao chamar e deixar um correio de voz<sup>12</sup>. Nesse desenvolvimento incrível, duas empresas multinacionais influenciaram os interesses dentro de um país, de uma maneira sem precedentes.

Da mesma forma, a expansão rápida do Estado Islâmico, também conhecido pela sigla ISIS, em inglês, demonstra a capacidade da globalização de melhorar o poder e influenciar atores não estatais. O ISIS provou ser consideravelmente eficaz no emprego da mídia social para infligir terror, capturar territórios, angariar dinheiro, recrutar integrantes e propagar os seus objetivos.

Além disso, ao empregar a mídia social e as capacidades modernas de transporte, o ISIS aproveitou a governança fraca e ineficiente da Síria e do Iraque para estabelecer controle ao longo de grandes extensões de território, em um período de tempo muito curto. Embora um grande número de imigrantes tenha entrado no Afeganistão durante a Guerra Soviético-Afegã, o movimento rápido de dezenas de milhares de apoiadores do ISIS, em um breve período, é muito revelador sobre a influência da globalização atual.

Esses exemplos mostram a possibilidade de mais conflito interno e guerra irregular, conforme os atores não estatais crescem em influência

e se tornam cada vez mais envolvidos, como competidores nos assuntos internos de Estado. Com respeito a esses desenvolvimentos, a estratégia dos EUA precisa levar em consideração que as capacidades modernas de comunicação e de transporte provêm aos adversários mais ferramentas e incentivos para a condução da guerra assimétrica.

## O Efeito no Terrorismo Transnacional

*Os Estados que enfrentam elevados graus de decadência são, de fato, mais suscetíveis aos ataques terroristas transnacionais e contribuem desproporcionalmente ao terrorismo transnacional que visa outros países<sup>13</sup>.*

—James A. Piazza

Antes de 11 de setembro de 2001, a estratégia de contraterrorismo dos EUA tratou o terrorismo principalmente como uma atividade criminosa, em vez de uma forma de guerra. A letalidade e a sofisticação dos ataques de 11 de Setembro demonstraram que a Al Qaeda e outras organizações terroristas eram capazes de projetar o seu poder e influência em escala global e em um nível de intensidade bem acima do que fora comumente considerado como a simples criminalidade



Blindados pesados ucranianos se retiram da região de Donbas, na Ucrânia, 4 Mar 15.

(Foto cortesia da Missão de Monitoramento Especial à Ucrânia da Organização para Segurança e Cooperação na Europa — OSCE)

antes dos eventos do dia. Audrey Cronin argumenta que a globalização é parcialmente responsável por essa mudança, tendo em vista que os terroristas atualmente “possuem acesso a tecnologias mais poderosas, mais alvos, mais território, mais meios de recrutamento e mais fontes exploráveis de ódio do que nunca”<sup>14</sup>.

Como resultado da globalização, a crescente disponibilidade de vários bens, tecnologias e transporte, a custos mais baratos que nunca, fornece uma maior variedade de opções e ferramentas para as organizações terroristas exercerem controle. Os avanços nas tecnologias e comunicações globais, da mesma forma, capacitam aos terroristas a compartilhar ideias, trocar técnicas, coordenar atividades e conectarem-se com um público ainda maior, além das suas comunidades locais. Uma importante questão é saber se o seu acesso às armas assimétricas se estenderão, com o tempo, às armas de destruição em massa ou aos ataques cibernéticos catastróficos.

O efeito da globalização no terrorismo transnacional, contudo, é mais complicado do que simplesmente ajudar as organizações terroristas. O desenvolvimento econômico resultando da globalização, também, tem

um efeito notável sobre a atividade terrorista, particularmente entre quaisquer duas economias bem integradas. Um estudo, de 2004, analisou 112 países entre 1975 e 1997, e os resultados sugeriram que “um aumento de 1% na medida do Produto Interno Bruto (PIB) per capita das oito primeiras nações de destinação de exportação de um país diminui o número antecipado de incidentes terroristas transnacionais, dentro deste mesmo país, em 47,5%”<sup>15</sup>. Essa importante descoberta ressalta que Estados com vínculos econômicos influenciam a atividade terrorista dentro e entre os seus países, e o poder da economia de um Estado afeta se o terrorismo é exportado a um parceiro econômico. Portanto, quanto maior a integração econômica (e a prosperidade econômica), é menos provável que ocorra atividade terrorista.

Para ilustrar ainda mais esse ponto, as áreas onde os benefícios da globalização ainda não se materializaram, como nos Estados fracassados ou em via de fracassar, são mais vulneráveis às atividades terroristas. James A. Piazza explica que nessas áreas de governo deficiente, “é mais fácil para os movimentos terroristas penetrar, recrutar e atuar”<sup>16</sup>. Os Estados com fortes

economias possuem uma maior capacidade para prover segurança e as funções de imposição da lei essenciais para enfrentar as atividades de organizações terroristas. Por exemplo, uma nação desenvolvida, como a Alemanha, conta com um forte sistema de imposição da lei e de Inteligência, porque pode arcar com isso. Por outro lado, a Al Qaeda explorou as áreas sem lei do Afeganistão antes de 11 de Setembro, da mesma forma que o Estado Islâmico preencheu a lacuna nas áreas deficientemente governadas do Iraque e da Síria.

## O Crescimento da Urbanização

*A continuada urbanização e o crescimento geral da população mundial são estimados que acrescentarão 2,5 bilhões de pessoas à população urbana antes de 2050, com quase 90% do aumento concentrado na Ásia e na África*<sup>17</sup>.

—Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas



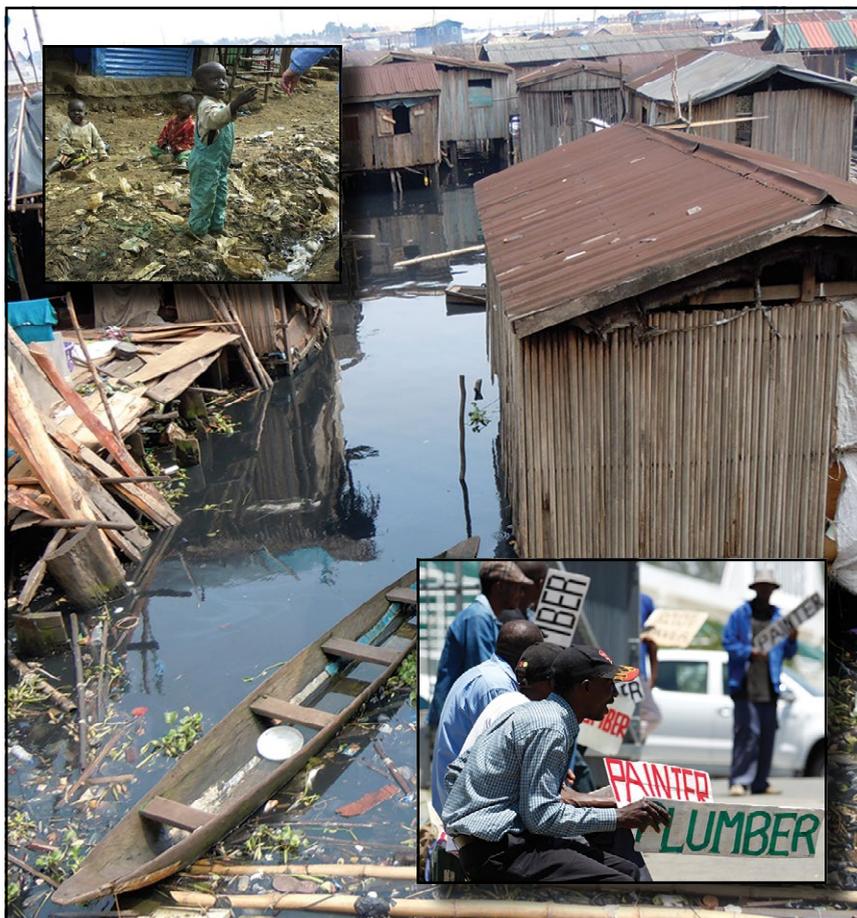
Uma jovem faz um gesto para a câmera durante uma demonstração em protesto contra a fraude eleitoral na Albânia, 21 Jan 11.

(Foto cortesia da Wikimedia Commons)

A globalização, também, influencia o ambiente de segurança ao incentivar o fenômeno mundial de urbanização. As populações gravitam em torno dos centros urbanos, já que são os principais beneficiários do crescente comércio, de investimento direto do exterior e do desenvolvimento econômico que são promovidos pela globalização. Durante as últimas seis décadas, o mundo tem passado por um período de crescimento urbano excepcional. Em 2007, a população urbana ultrapassou a população rural mundial. Antes de 2050, dois terços do mundo residirá nas áreas urbanas<sup>18</sup>. O mundo não está apenas transformando aldeias em cidades; algumas cidades estão se expandindo em números desconcertantes. Atualmente, as seis maiores megacidades possuem populações que variam entre 21 milhões e 38 milhões de habitantes. Antes de 2030, é previsto que haverá 41 megacidades, com mais de 10 milhões de habitantes<sup>20</sup>.

Para colocar isso em perspectiva, a guerra no Iraque foi travada em um país com aproximadamente 24 milhões de pessoas (já em 2014)<sup>21</sup>. Hoje, a maior cidade do Mundo é Tóquio, que possui 14 milhões de pessoas mais do que o Iraque, concentradas em uma área urbana<sup>22</sup>.

Para muitos no mundo, o efeito da globalização com respeito à urbanização, é extremamente positivo, tendo em vista que o crescente desenvolvimento econômico fornece emprego, aumenta o padrão de vida e promove oportunidades educacionais<sup>23</sup>. Essa tendência, no entanto, também cria grande pressão sobre a governança, serviços básicos, educação, tratamento de saúde e o setor de energia. Por exemplo, o Egito anunciou recentemente planos para construir uma capital completamente nova para aliviar os fatores estressantes causados pelos 18 milhões de residentes<sup>24</sup>.



**Foto:** Palafitas na favela Makoko, uma das mais antigas em Lagos, na Nigéria, 1 Nov 10. Originalmente uma aldeia de pescadores, a laguna tem aproximadamente 100.000 residentes.

**Esquerda Superior:** Uma criança pede comida enquanto os seus irmãos brincam perto de um esgoto aberto no distrito da favela Kibera em Nairóbi, no Quênia, 20 Jul 05.

(Foto cortesia da Wikimedia Commons)

**Direita Inferior:** Trabalhadores habilidosos seguram cartazes oferecendo serviços de trabalho temporário em Glenvista, ao sul de Johannesburg, na África do Sul, 7 Out 10.

(Themba Hadebe/ Associated Press)

Esses fatores são complicados ainda mais na escala mundial, como ilustrado em um estudo, de 2011, que revelou que, antes de 2050, mais de um bilhão de pessoas morando nos centros urbanos não terão água suficiente. Os cenários que podem ocasionar a entrada dos Estados Unidos nessas áreas são igualmente assustadores. As megacidades acossadas por desastres naturais, epidemias ou um governo fracassado representariam grandes desafios humanitários e de segurança para a comunidade internacional.

Duas áreas geográficas em particular enfrentarão problemas e pressões progressivos, devido ao rápido

crescimento populacional. Minh Dao explica, “muitas cidades na África e no Oriente Médio estão crescendo rapidamente, mesmo na ausência de um desenvolvimento industrial, o que traz preocupações sobre o progressivo desemprego e subemprego nessas áreas”<sup>26</sup>. A falta de oportunidade de emprego, especialmente entre homens jovens de idade militar, deixa os países em desenvolvimento suscetíveis ao conflito interno, atividade criminosa e terrorismo. David Kilcullen descreve mais essas áreas subdesenvolvidas como “as mais fracamente equipadas para lidar [com o problema]: uma receita para o conflito”<sup>27</sup>.

## O Caminho à Frente

*O Departamento de Defesa continuará a ter um papel essencial para exercer, porém não podemos considerar que matar ou capturar seja a nossa saída deste problema*<sup>28</sup>.

—John A. Nagl

Para ter o melhor posicionamento para lidar com essas tendências globais e condições de segurança futuras, os Estados Unidos precisam repensar sua estratégia nacional de segurança atual. Uma mudança de estratégia começa com o reconhecimento pelas Forças Armadas dos EUA de que o conflito interno e a guerra irregular provavelmente irão dominar nosso ambiente de operações, e que já não podemos nos dar o luxo de ser obcecados na guerra convencional de grande escala. É imperativo que as políticas de segurança nacional dos EUA mudem a sua ênfase para o emprego de elementos não militares do poder (diplomacia, informações, economia, finanças, Inteligência e imposição da lei) para promover maior segurança e estabilização internacionais<sup>29</sup>. Como o Gen Div H.R. McMaster, do Exército dos EUA, observa:

Vencer na guerra, claro, não é apenas uma tarefa militar. A consecução de resultados sustentáveis coerentes com interesses vitais é inerentemente uma tarefa civil-militar que exige a integração do planejamento e da execução dos esforços políticos, diplomáticos, militares, econômicos, de informações, de Inteligência e, cada vez mais, da imposição da lei e do Estado de Direito<sup>30</sup>.

McMaster reconhece que conflitos não são vencidos apenas por ataques aéreos ou operações ofensivas,

mas por meio de uma aplicação equilibrada dos elementos do poder nacional para criar as condições para estabilização e segurança sustentáveis. Por exemplo, um esforço de estabilização inadequado ou de uma dependência excessiva de ataques aéreos deixa uma área vulnerável a um vácuo de poder, como evidente na era pós-Gaddafi, na Líbia.

Podemos entender melhor a estratégia nacional de segurança por meio de duas abordagens. Primeiro, a expansão de alianças militares pela iniciativa de buscar forças alinhadas regionalmente é uma oportunidade excepcional para a promoção de cooperação em segurança. Além disso, a facilitação de condições estáveis para desenvolvimento econômico e a dissuasão de ações agressivas no exterior, ao mesmo tempo que reduz o ônus econômico associado com a manutenção de um grande exército convencional<sup>31</sup>. O Gen Ex Joseph Votel explica que “a globalização tem criado desafios interligados, em uma escala gigantesca. Ao trabalhar apenas com uma variedade dos poderes de segurança, podemos começar a abordar esses assuntos”<sup>32</sup>. Os desafios interligados exigirão soluções interligadas, desde que os Estados Unidos entendam que simplesmente não se podem dar ao luxo de buscar essa estratégia sozinho.

Segundo, os Estados Unidos precisam da capacidade de rapidamente desdobrar uma força conjunta com treinamento e perícia aprimorados nas tarefas de estabilização. Além disso, essa força desdobrável não pode ser somente militar; precisa de forte representação interagências. As equipes de reconstrução provincial no Iraque e no Afeganistão — quando foram providas completamente com recursos — forneceram bons exemplos com êxitos de organização e emprego das unidades interagências. Os Estados Unidos precisam desenvolver, prover recursos e completamente financiar as semelhantes forças de conceito e capacidade como um meio permanente da estratégia nacional. John A. Nagl, acadêmico e ex-militar, explica por que essas medidas de planejamento organizacional e estratégico são necessárias:

A vitória nessa luta longa exige mudanças nos governos e sistemas educativos de dezenas de países ao redor do mundo. Essa é a tarefa de uma nova geração de guerreiros de informações, especialistas em desenvolvimento e diplomatas<sup>33</sup>.

Embora os críticos tenham aversão pelo retorno das missões de manutenção da paz, as consequências de deixar Estados fracassarem ou Estados fracassados permanecerem sem governança continuarão a minar nossos esforços para desarraigá-lo o terrorismo transnacional. O Afeganistão, antes do 11 de Setembro, bem como a Síria oriental, o norte do Iraque e o Iêmen são exemplos onde espaços sem governança criaram a oportunidade para grupos terroristas encontrarem refúgios suficientes para se concentrar e se organizar. De fato, os esforços internacionais de manutenção da paz têm um forte desempenho histórico de êxito, com um estudo, de 2004, concluindo que a probabilidade de um retorno à guerra civil em países foi reduzido em 84%, devido à presença de forças de manutenção da paz<sup>34</sup>.

Tal estratégia de segurança nacional refinada proveria aos Estados Unidos meios essenciais para a promoção de segurança nacional e de mitigação de conflitos, enquanto reduz o ônus econômico de um grande exército convencional.

## Conclusão

*Ao complementar a sua força militar e econômica com mais investimentos no seu poder brando, os Estados Unidos*

*podem reconstruir o arcabouço necessário para enfrentar difíceis desafios globais<sup>35</sup>.*

—Joseph S. Nye Jr.

Este artigo não é, de forma alguma, tencionado a servir como uma declaração profética sobre o futuro da guerra, mas em vez disso busca uma forma de incentivar um pensamento profundo e uma discussão sobre mudanças no nosso ambiente de segurança. O declínio do conflito interestatal e o surgimento do conflito interno refletem mudanças que são, principalmente, alimentadas pelas forças da globalização e por outras tendências mundiais. Talvez, a mais notável das quais seja a urbanização na forma de megacidades. Se escolhermos ignorar essas tendências, somos destinados a manter uma força que será, em grande medida, mal preparada para os desafios associados com o conflito interno e a guerra irregular do futuro. Está na hora de aceitar que a guerra do futuro provavelmente não será travada como as Forças Armadas dos EUA têm tradicionalmente preferido lutar (i.e., batalhas fixas entre forças convencionais de Estado-nação), não obstante permanecerá muito conhecida como um esforço profundamente humano, mas desagradável como sempre. ■

*O Cap Johnny W. Sokolosky, Exército dos EUA, é Oficial de Ligação de asa rotativa da 3ª Seção de Estado-Maior Conjunto à Força Multinacional e de Observadores em El Gorah, no Egito. É bacharel em Ciências Políticas pela East Carolina University. Serviu no Afeganistão, em apoio à Operação Enduring Freedom, entre 2009 e 2010. Como aviador na maior parte da sua carreira, está se transferindo para exercer nova função como Especialista na Área de Serviço no Exterior.*

## Referências

**Epígrafe.** David Kilcullen, *Out of the Mountains: The Coming Age of the Urban Guerrilla* (New York: Oxford University Press, 2013): p. ix.

1. Christopher J. Fettweis, *Dangerous Times? The International Politics of Great Power Peace* (Washington, D.C.: Georgetown University Press, 2010): p. 222.

2. Therése Petersen e Peter Wallensteen, "Armed Conflicts, 1946-2014," *Journal of Peace Research* 52(4) (2015): p. 536; também veja, Bruno Tertrais, "The Demise of Ares: The End of War as We Know It?" *The Washington Quarterly* 35(2) (2012): p. 9, acesso em: 7 out. 2015, <http://dx.doi.org/10.1080/0163660X.2012.703521>.

<http://dx.doi.org/10.1080/0163660X.2012.703521>.

3. Kristian S. Gleditsch e Steve Pickering, "Wars are Becoming Less Frequent: a Response to Harrison and Wolf," *Economic History Review* 67(1) (2014): p. 216.

4. Para mais informações sobre a globalização, veja Jonathan Kirshner, "Globalization, American Power, and International Security," *Political Science Quarterly* 123(3) (2008): p. 363–389, acesso em: 7 out. 2015, <http://www.jstor.org/stable/20203047>; e Erik Gartzke e Quan Li, "War, Peace and the Invisible Hand: Positive Political Externalities of Economic Globalization," *International Studies Quarterly* 47 (2003): p. 561–586.

5. Gleditsch e Pickering, "Wars are Becoming Less Frequent," p.

229; Merriam-Webster Unabridged Dictionary online, s.v. "custo de oportunidade", "a vantagem monetária ou de outra forma cedida por algo para obtê-lo em competição com outros consumidores potenciais".

6. Tom Cohen, "Malaysian Plane Shot Down in Ukraine: What Happened," CNN online, 19 Jul. 2004, acesso em: 20 nov. 2015, <http://www.cnn.com/2014/07/18/world/europe/ukraine-malaysia-plane-questions>.

7. Nicola Clark e Andrew E. Kramer, "Malaysia Airlines Flight 17 Most Likely Hit by Russian-Made Missile, Inquiry Says," *New York Times*, 13 Oct. 2015, acesso em: 19 nov. 2015, [http://www.nytimes.com/2015/10/14/world/europe/mh17-malaysia-airlines-dutch-report.html?\\_r=0](http://www.nytimes.com/2015/10/14/world/europe/mh17-malaysia-airlines-dutch-report.html?_r=0).

8. Audrey K. Cronin, "Behind the Curve: Globalization and International Terrorism," *International Security* 27(2) (2002/03): p. 31.

9. David Kilcullen, "The City as a System: Future Conflict and Urban Resilience," *The Fletcher Forum of World Affairs* 36(2) (2012): p. 29, acesso em: 20 nov. 2015, <http://www.fletcherforum.org/wp-content/uploads/2012/09/Kilcullen.pdf>.

10. William J. Broad, John Markoff e David E. Singer, "Israeli Test on Worm Called Crucial in Iran Nuclear Delay," *New York Times*, 15 Jan. 2011, acesso em: 8 out. 2015, [http://www.nytimes.com/2011/01/16/world/middleeast/16stuxnet.html?pagewanted=all&\\_r=0](http://www.nytimes.com/2011/01/16/world/middleeast/16stuxnet.html?pagewanted=all&_r=0).

11. Yasmine Ryan, "How Tunisia's Revolution Began," Al Jazeera, 26 Jan. 2011, acesso em: 8 out. 2015, <http://www.aljazeera.com/indepth/features/2011/01/2011126121815985483.html>.

12. Charles Arthur, "Google and Twitter Launch Service Enabling Egyptians to Tweet by Phone," The Guardian website, 1 Feb. 2011, acesso em: 8 out. 2015, <http://www.theguardian.com/technology/2011/feb/01/google-twitter-egypt>.

13. James A. Piazza, "Incubators of Terror: Do Failed and Failing States Promote Transnational Terrorism?" *International Studies Quarterly* 52 (2008): p. 483.

14. Cronin, "Behind the Curve," p. 53.

15. Quan Li e Drew Schaub, "Economic Globalization and Transnational Terrorism," *Journal of Conflict Resolution* 48(2) (April 2004): p. 248.

16. Piazza, "Incubators of Terror," p. 471.

17. United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Population Division, "World Urbanization Prospects: The 2014 Revision," (2014): p. 2.

18. Ibid.

19. Ibid., p. 1.

20. Ibid.

21. Ibid., p. 22.

22. Ibid., p. 1.

23. United Nations Populations Division, "An Overview of Urbanization, Internal Migration, Population Distribution and Development In The World," 14 Jan. 2008, acesso em: 19 nov. 2015, [http://www.un.org/esa/population/meetings/EGM\\_Pop-Dist/P01\\_UNPopDiv.pdf](http://www.un.org/esa/population/meetings/EGM_Pop-Dist/P01_UNPopDiv.pdf).

24. Brian Walker, "Egypt Unveils Plans to Build Glitzy New Capital," CNN online, 16 Mar. 2015, acesso em: 8 out. 2015, <http://edition.cnn.com/2015/03/14/africa/egypt-plans-new-capital/index.html>.

25. Robert I. McDonald et al., "Urban Growth, Climate Change, and Freshwater Availability" *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America* 108(15) (12 April 2011): p. 6316, acesso em: 8 out. 2015, <http://www.jstor.org/stable/41126649>.

26. Minh Dao, "An Analysis of Growth of Urbanization in Developing Economies," *The Journal of Developing Areas* 36(1) (Autumn 2002): p. 82.

27. David Kilcullen, "The City as a System," p. 22.

28. John A. Nagl, "The Expeditionary Imperative," *Wilson Quarterly* 33(1) (2009): p. 58, acesso em: 8 out. 2015, <http://www.jstor.org/stable/40262241>.

29. Training and Doctrine Command (TRADOC) Pamphlet 525-3-1, *The Army Operating Concept: Win in a Complex World* (Fort Eustis, VA: TRADOC, 31 Oct, 2014), p. 23.

30. U.S. Army Lt. Gen. H.R. McMaster, "Continuity and Change: The Army Operating Concept and Clear Thinking About Future War," *Military Review* 95(2) (March–April 2015), p. 11.

31. Brett Ashley Leeds, "Do Alliances Deter Aggression? The Influence of Military Alliances on the Initiation of Militarized Interstate Disputes," *American Journal of Political Science* 47(3) (July 2003): p. 437, acesso em: 8 out. 2015, <http://www.jstor.org/stable/3186107>, mostra a efetividade das alianças militares.

32. United States Congress, Senate Armed Services Committee, *Statement of General Joseph L. Votel, U.S. Army Commander, United States Special Operations Command* (26 Mar. 2015): p. 7, acesso em: 20 nov. 2015, [http://www.armed-services.senate.gov/imo/media/doc/Votel\\_03-26-15.pdf](http://www.armed-services.senate.gov/imo/media/doc/Votel_03-26-15.pdf).

33. Nagl, "The Expeditionary Initiative," p. 58.

34. Virginia P. Fortna, "Does Peacekeeping Keep Peace? International Intervention and the Duration of Peace after Civil War," *International Studies Quarterly* 48(2) (2004): p. 285.

35. Joseph S. Nye Jr., "Get Smart: Combining Hard and Soft Power," *Foreign Affairs* 88(4) (July–August 2009): p. 163, acesso em: 8 out. 2015, <http://www.jstor.org/stable/20699631>.



(Da esquerda para a direita) Presidente paraguaio Fernando Lugo, Presidente boliviano Evo Morales, Presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente equatoriano Rafael Correa e o Presidente venezuelano Hugo Chávez assistem ao Fórum Social Mundial em Belém, no Brasil, como participantes no painel latino-americano, 29 Jan 09.

(Foto cortesia da Wikimedia Commons/ Fabio Rodrigues Pozzebom, Agência Brasil)

# A Ascensão do Populismo Esquerdista — Um Desafio à Democracia?

Maj Jonathan Bissell, Exército dos EUA

**A**o longo dos últimos 17 anos, o número de democracias que virou para “esquerda” ou “centro-esquerda” tem aumentado significativamente por toda a América Latina. No início dos anos 90, 64% dos presidentes latino-americanos pertenciam a um partido político de “direita” ou de “centro-direita”. No entanto, já no início de 2009, 71% — 15 de 21 países

— tinham mudado para um presidente de um partido político de esquerda ou de centro-esquerda<sup>1</sup>. Depois de mais de 30 anos de vários tipos de estilos de liderança conservadora, essa tendência de mudança política tem afetado a grande maioria dos países da América Central, do Norte e do Sul<sup>2</sup>. Isso compeliu muitos acadêmicos e especialistas em relações internacionais

a se perguntarem se a América Latina corre o risco de afastar-se da democracia e reverter-se em governos de domínio autoritário.

Depois de analisar as razões causais, contudo, parece que o surgimento do populismo “esquerdista” na América Latina não representa um desafio sério à democracia na área, com exceção àqueles Estados que mudaram substancialmente as suas constituições, como a Bolívia, Equador, Nicarágua e Venezuela. Em vez disso, o surgimento de políticos populistas esquerdistas eleitos democraticamente pode ser atribuído a vários problemas relacionados que permeiam a América Latina, incluindo a desigualdade social histórica e a injustiça baseada em classes, um desejo para um afastamento político dos governos conservadores fracassados do passado e um amplo descontentamento com as políticas econômicas nacionais. Este artigo analisará, de maneira resumida, os impactos que esses fatores tiveram nas recentes eleições e as possíveis estratégias para ajustar a política externa dos EUA.

## Os Impactos da Tendência para a Esquerda

Os impactos futuros dos governos esquerdistas, eleitos democraticamente, na região colocarão mais ênfase no investimento em programas domésticos e sociais, e menos nas despesas militares. Ao contrário dos antigos regimes, os novos governos se concentrarão em soluções para os problemas domésticos ressaltados nas plataformas de campanha. Enquanto isso ocorre, é provável que os Estados Unidos experimentem reações adversas dos governos recém-eleitos devido à retórica anti-imperialista empregada comumente por políticos em toda a região para estimular apoio público para as suas políticas, por meio da exploração do sentimento antiamericano generalizado. Muito desse sentimento antiamericano se baseia na percebida intrusão nos assuntos internos da América Latina pelos Estados Unidos por todo o século XX, especialmente durante a Guerra Fria. No entanto, os Estados Unidos podem minimizar o impacto duradouro dessa reação adversa e ajustar-se politicamente ao surgimento dos novos governos populistas da esquerda por meio do emprego efetivo das suas ferramentas de poder brando da política externa<sup>3</sup>.

Joseph Nye, um reconhecido acadêmico em relações internacionais, descreve o poder brando como os “incentivos” na forma de pagamentos e o seu oposto, o

poder rígido, como as “punições” na forma de ameaças<sup>4</sup>. Nye opina que o poder brando é essencialmente “uma forma branda ou indireta de exercer o poder ... conseguir que outros queiram o que você quer”<sup>5</sup>. O poder brando pode ser exercido pelas seguintes formas:

- a prática da diplomacia
- o emprego efetivo das instituições internacionais
- a adesão à lei internacional e a outros acordos obrigatórios e não obrigatórios, como tratados e acordos comerciais
- a promoção do espírito empreendedor americano e do estilo de vida americano
- a adoção dos valores democráticos e dos direitos humanos
- a contribuição de assistência externa
- a ênfase nas remessas substanciais de dinheiro pelos imigrantes nos EUA de volta aos seus países nativos
- a proliferação de tecnologia da informação e da comunicação dos EUA por todo o mundo

No entanto, primeiramente, entre as ferramentas diplomáticas ao seu dispor para garantir que o país mantenha credibilidade e influência na região está a conformidade dos EUA com as políticas que respeitem as decisões democráticas dos eleitores e um compromisso verdadeiro de continuar a trabalhar com os governos recém-eleitos de centro-esquerda nas áreas de interesse comum.

## O Surgimento de Políticos Populistas

O início do surgimento de líderes populistas e da esquerda política por toda a América Latina começou com a eleição de Hugo Chávez, na Venezuela, em 1998<sup>6</sup>. Ele foi eleito com sucesso ao denunciar as instituições venezuelanas como instrumentos corruptos de uma “oligarquia rançosa”<sup>7</sup>. O êxito de Chávez foi seguido pela eleição de vários outros chefes de Estado ao longo dos próximos 15 anos, incluindo Luiz Inácio Lula de Silva no Brasil, em 2002; Néstor Carlos Kirchner, na Argentina, em 2003; Tabaré Vázquez no Uruguai, em 2004; Evo Morales na Bolívia, em 2005; Rafael Correa no Equador, em 2006; e Daniel Ortega na Nicarágua, em 2006. Outros, usando campanhas populistas semelhantes, logo seguiram, como Ollanta Humala, no Peru, e Enrique Peña-Nieto, no México, ambos em 2011<sup>8</sup>.

É importante levar em consideração que historicamente as democracias na América Latina têm sido fracas, com apenas poucas sendo “democracias



Uma vista aérea da favela de La Cava (acima) e uma comunidade fechada nos subúrbios (abaixo) nos arredores de Buenos Aires, na Argentina, 12 Abr 03. A foto salienta a divisão gritante entre os ricos e os pobres na Argentina atual. O emaranhado de casas decrépitas de madeira compensada cresceram rapidamente durante a recessão de cinco anos, sobrepujando o alargamento do subúrbio da classe média.

(AP Foto/Natacha Pisarenko)

consolidadas”, com direitos humanos completos, a verdadeira liberdade da mídia e as capacidades eficazes da imposição da lei, ao longo do tempo<sup>9</sup>. Nessa perspectiva, embora os Estados Unidos reconhecessem cada um desses novos governos, os burocratas e acadêmicos dentro dos círculos das políticas externas dos EUA ficaram preocupados com o futuro da democracia na região<sup>10</sup>. Contudo, se o governo dos EUA concordou ou não com as políticas dos novos governos, isto não questionou a legitimidade do processo democrático que colocara esses chefes de Estado e seus novos governos no poder.

## Apoio aos Governos Esquerdistas — Reações à Injustiça Social e à Desigualdade

As pesquisas de opinião entre os cidadãos das nações latino-americanas que elegeram políticos esquerdistas mostraram frustração com as injustiças sociais e as desigualdades históricas em seus países. Historicamente, a América Latina tem sido repleta de

discriminação e preconceitos com base na etnia, raça e, acima de tudo, status social. Ao que consta, as recentes eleições por toda a América Latina “desencadearam a crescente mobilização dos povos nativos” entre aqueles que votaram em candidatos que prometiam aliviar a repressão racial e étnica do passado<sup>11</sup>. Essa tendência se manifestou claramente com Chávez na Venezuela, que alegou prover uma alternativa para a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), assim impedindo a hegemonia americana na região<sup>12</sup>. Com uma eficaz retórica de campanha e eleitores nativos mobilizados, a “extrema-esquerda” foi capaz de conseguir com êxito a maioria dos votos da classe baixa.

## A Reversão Política Causada pelas Políticas Falhas

Muitos dos governos anteriores dos afetados Estados latino-americanos eram conservadores e se aderiam às reformas fiscais e estruturais prescritas pelo Consenso de Washington<sup>13</sup>. Alguns desses governos eram autocráticos



Pessoas na fila em um local de votação durante as eleições presidenciais em El Alto, nos arredores de La Paz, na Bolívia, 18 Dez 05. Os votantes estavam profundamente divididos entre o esquerdista Evo Morales e o ex-Presidente conservador Jorge "Tuto" Quiroga.

(AP Foto/Juan Karita)

e autoritários, muitos dos quais apoiados direta ou indiretamente pelos Estados Unidos<sup>14</sup>. As populações vivendo sob o domínio desses tipos de regimes — muitos dos quais foram eleitos democraticamente — tinham concedido aos seus líderes de tendência capitalista vários anos para consertar os problemas tradicionais da América Latina, assim como sistemas elitistas, autoritários, hierárquicos, corporativistas e patrimoniais, mas com resultados insatisfatórios<sup>15</sup>. Independente disso, os eleitores continuaram a expressar predominantemente um desejo pelas formas democráticas de governo ao invés das autocráticas, com taxas de até 80%<sup>16</sup>. Contudo, também queriam mudanças sociais abrangentes e a criação de condições de igualdade na esfera socioeconômica. Vários anos após a queda da União Soviética, o povo já não acreditava que um voto para a esquerda inclinaria a sua nação para o comunismo totalitário<sup>17</sup>. Quando candidatos esquerdistas que advogavam por uma forma de democracia populista avançaram, com visões alternativas de um governo popular amplamente representativo, o povo os elegeu em massa.

Os políticos astutos aproveitaram a oportunidade, refletindo os desejos e o novo poder dos eleitores. Encheram as suas campanhas com retóricas que culpavam os Estados Unidos pelas políticas econômicas rígidas de reforma estrutural, lembraram os cidadãos do envolvimento frequente dos Estados Unidos em golpes de Estado por toda a região e culpavam a sua oposição política, que tinha relações com os Estados Unidos, pelos problemas da sua nação. Em países como a Argentina, o Fundo Monetário Internacional, baseado em Washington, D.C., foi culpado pela fraca situação fiscal, e desta maneira, os Estados Unidos<sup>18</sup>.

Da mesma forma, embora não culpasse diretamente os Estados Unidos por todos os seus problemas internos, os eleitores historicamente marginalizados se identificavam de bom grado com a retórica de campanha que culpava as classes da elite política, devido às suas relações com os Estados Unidos. De comum acordo, as campanhas esquerdistas fizeram promessas às grandes populações historicamente em desvantagem,

prometendo que elas receberiam oportunidades mais igualitárias nos dias vindouros, porque os “gringos” não seriam permitidos a interferir nas suas políticas internas, por meio das suas maquinações. Essas supostas maquinações incluíam acordos comerciais, que pareciam ser como a teoria de dependência tradicional comum na região, onde os lucros escoavam para o norte enquanto os latinos faziam todo o trabalho, mas recebiam pouco, ou nenhum, benefício. Consequentemente, os eleitores que receberam a promessa de um melhor sistema de redistribuição da riqueza e oportunidades iguais, para fazer parte dos atributos positivos da globalização, votaram pelas mudanças.

## O Descontentamento Doméstico com as Políticas Econômicas

Até certo ponto, o surgimento da esquerda na América Latina ocorreu porque governos conservadores se encontraram na infeliz situação de ocupar o poder durante tempos de adversidade econômica e de instabilidade no comércio global, sob os quais tinham pouca influência e controle<sup>19</sup>. O desagrado com as políticas fiscais nacionais é outra razão importante para que as democracias latino-americanas estejam votando, recentemente, em políticas esquerdistas que prometem mudanças. Parece que os eleitores puniram os presidentes em exercício durante um período de alta inflação ou fraco crescimento econômico. Os indicadores macroeconômicos, como inflação passada e crescimento econômico, também influenciaram decisivamente a preferência dos eleitores.<sup>20</sup>

Contudo, embora as pessoas no governo tenham mudado, talvez houvesse menos mudanças do que se pode esperar quanto ao conteúdo verdadeiro das políticas adotadas para resolver problemas econômicos. Embora vários desses novos governos esquerdistas fossem eleitos democraticamente depois de prometer reformas econômicas radicais, as suas políticas econômicas e financeiras visadas ao melhoramento de crescimento e de equilíbrio fiscal permanecem surpreendentemente centristas. Na realidade, isso parece refletir as preferências prevaletentes dos eleitores. Pesquisas de opinião, em um estudo de caso, mostraram um “mandato de políticas moderadas”, em que os eleitores estavam descontentes com algumas formas do capitalismo, mas não apoiaram uma rejeição total dele<sup>21</sup>. Assim, a causa principal da “onda rosada” — o surgimento dos governos esquerdistas — na América

Latina talvez possa ser atribuído às políticas econômicas fracassadas dos governos anteriores, em vez do anti-americanismo. Consequentemente, a eleição de chefes de Estado esquerdistas não, por si só, significa o fim da democracia, mas em vez disso, uma unanimidade geral do descontentamento com os governos conservadores e as políticas econômicas falhas que foram substituídas.

## Uma Vulnerabilidade de Interesse

Com as circunstâncias atuais, parece que o único perigo verdadeiro a essas democracias funcionais talvez seja a tentação aparente, entre alguns eleitores, de conceder poderes presidenciais sem precedente a líderes que, com o tempo, podem ser usados para apoderar-se do que os Estados Unidos, tradicionalmente, consideram o “etos democrático baseado em uma constituição”, que por sua vez, tem base na adesão ao Estado de Direito, fortes instituições, transparência e à liberdade de expressão. As nações, onde esses aspectos estão desgastando-se incluem a Bolívia, o Equador, a Nicarágua e a Venezuela. Embora Cuba tenha sido um país comunista há várias décadas, o surgimento de Chávez foi considerado por muitos como perigoso para a democracia, devido às mudanças radicais postas em prática por ele, que fizeram com que a Venezuela fosse uma democracia cada vez mais não liberal, evoluindo na direção do modelo cubano<sup>22</sup>.

Apoiado pelas grandes receitas petrolíferas possuídas pelo país como o quinto maior produtor do mundo, Chávez reescreveu a constituição da nação, autorizou a sua própria reeleição e substituiu a legislatura com um congresso constitucional dominado pelos seus próprios apoiadores, principalmente das Forças Armadas<sup>23</sup>. Com esse novo nível de apoio e facultado por sua legislatura especialmente escolhida, ele estendeu o limite de mandato e pôs em prática leis que corroeram as liberdades tradicionais da democracia, politizou as instituições governamentais da Venezuela e começou a suprimir a liberdade da imprensa com a mídia controlada pelo Estado. Dessa forma, ele desmantelou lentamente as empresas privadas e as liberdades individuais, em troca de concessões àqueles designados por ele e, assim, aumentou o seu poder pessoal<sup>24</sup>. Subsequentemente, a retórica advogada por outros líderes, na Bolívia e no Equador, parecia apoiar a ideia de que as suas nações seguiriam o exemplo, trocando reformas sociais por uma forma mais autocrática de governo.

Mesmo assim, uma análise mais detalhada das próprias políticas de alguns desses Estados mostra que elas não são tão radicais como alegam ser. Embora líderes, como Correa no Equador, tenham declarado publicamente apoio ao socialismo de Chávez e às organizações regionais, como a sua *Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América* (ALBA), o Equador, apenas recentemente, começou a passar por um declínio econômico e ainda parece ser economicamente viável. Embora as suas políticas sejam influenciadas pesadamente por seu radical ministro das relações exteriores, Ricardo Patiño, é importante lembrar que Correa é doutorado em Economia pela University of Illinois e entende o mercado livre. Ele continua a receber altas taxas de aprovação dos equatorianos, apesar das mudanças para a sua constituição e da progressiva perda de liberdade da imprensa.

A Bolívia é outro exemplo de nação que passou para a extrema esquerda. A diversidade etnolinguística (variedades de idiomas e afiliações étnicas) é muito alta no país, e os grupos nativos formam uma grande parte da sua população<sup>25</sup>. Os pesquisadores foram capazes de vincular diretamente a eleição de Morales na Bolívia com a sua capacidade de aproveitar o amplo descontentamento contra os grupos políticos elitistas entre os grupos nativos<sup>26</sup>. Muitos na comunidade nativa foram historicamente marginalizados na arena política e, assim, se tornaram propensos a votar em um candidato com quem estão identificados etnicamente e que ofereceu uma ruptura com o passado<sup>27</sup>. Contudo, a preocupação com o futuro da democracia na Bolívia surgiu devido às reformas radicais implantadas por Morales desde a sua eleição original em 2005, que incluíam a alteração do texto constitucional<sup>28</sup>. Os críticos do governo de Morales temem que as políticas de reforma constitucional possam conduzir ao mesmo caminho da Venezuela, onde as autoridades eleitas democraticamente e os seus nomeados políticos têm mudado a constituição e as instituições da sua nação tão radicalmente que já não se pode reconhecê-la como uma verdadeira nação democrática<sup>29</sup>.

Ao suprimir ou regular a liberdade da imprensa, a implantação de reformas que beneficiam indivíduos acima do bem-estar da população geral, e ao designar amigos íntimos e aliados políticos a posições-chave, esses países se tornam progressivamente mais autocráticos e não liberais por natureza.

## Retórica ou Verdadeira Mudança Política?

Embora a democracia liberal talvez de fato esteja em perigo na Bolívia, no Equador, na Venezuela e em outros Estados como a Nicarágua, a maioria dos países latino-americanos endossa o modelo democrático liberal predominante na Europa Ocidental. A principal diferença entre os dois modelos é que, embora os Estados europeus distribuam altos níveis de concessões sociais, não mudam rotineiramente as suas constituições para agradar os políticos individualmente. Os poderes duradouros do Estado, no Judiciário no Executivo e no Legislativo, excedem a importância de qualquer única pessoa. Os países como o Brasil, Chile, Colômbia, Peru, Uruguai e vários Estados centro-americanos são modernos, democráticos, globalizados e favoráveis ao mercado<sup>30</sup>. Além disso, nunca antes em sua história, a América Latina se viu tão bem em geral, considerando que ambos, o crescimento econômico e as democracias representativas, estão reduzindo a pobreza e a desigualdade<sup>31</sup>. Consequentemente, conforme a região olha para o futuro, surge uma boa probabilidade de continuar a sua tendência para mais desenvolvimento das democracias sociais.

Além disso, a integração regional nas instituições intergovernamentais recém-estabelecidas, como a ALBA, a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e a Comunidade Andina de Nações (CAN), todas promovidas pela esquerda, tem o potencial de avançar a região, abordar as preocupações sociais e melhorar a qualidade de vida para muitos latino-americanos, sendo mais eficiente do que os antigos sistemas políticos da direita. Além do mais, as novas políticas econômicas, na maioria dos países, lhes proporcionam um maior grau de autonomia para seguir suas metas de desenvolvimento ao invés dos modelos econômicos anteriores, baseados na inflexibilidade do Consenso de Washington<sup>32</sup>.

Também é importante observar que essas políticas, embora mais socialistas na prática, ainda são democráticas por natureza. De fato, o apoio público ao domínio por um partido centralizado e ao governo de estilo politburo advogados pelo marxismo e pelo leninismo estão em declínio na América Latina<sup>33</sup>. A maioria das democracias na região parece estar se desenvolvendo mais no estilo dos modelos europeus de democracias sociais do que no modelo da república dos EUA.

Geralmente, possuem mais autoridade centralizada no poder Executivo e relativamente menos exercida pelo Judiciário e pelo Legislativo, ao contrário da ampla distribuição de poder e de autoridade nos Estados Unidos<sup>34</sup>. No entanto, ainda são democracias verdadeiras no sentido de que as autoridades governamentais são eleitas publicamente em eleições geralmente consideradas livres de corrupção.

## A Relação dos Governos Esquerdistas com os Estados Unidos

Ao sugerir que o surgimento da esquerda na América Latina não representa uma ameaça significativa para a democracia na região, é importante para os Estados Unidos analisarem como essas mudanças afetarão as suas relações com as nações no Hemisfério Ocidental. Primeiramente, as reformas econômicas e as melhorias em programas sociais fazem com que seja provável que haverá menos despesas militares feitas por esses novos governos. Por exemplo, o governo reformista do Peru tirou proveito do seu crescimento econômico para gastar grandes excedentes de capital em programas de melhoria social enquanto manteve baixos orçamentos militares<sup>35</sup>. Isso tem ocasionado o efeito de reduzir a pobreza a níveis históricos mínimos nesse país. Além disso, a grande disputa internacional que o Peru tinha com o Chile, sobre águas propícias à atividade de pesca, parece ter sido resolvida pelo Tribunal Internacional de Justiça, impulsionando a economia do Peru, ao mesmo tempo em que promoveu relações mais estáveis entre os dois países. Além disso, as duas nações são membros principais de um novo acordo comercial chamado Aliança do Pacífico.

Adicionalmente, muitos dos governos na América Latina têm continuado a trabalhar juntos em áreas de integração econômica, como o MERCOSUL, a CAN e a UNASUL<sup>36</sup>. Atualmente, o governo dos EUA considera essa integração e colaboração de forma positiva, especialmente com grupos como a Aliança do Pacífico, que apoia o comércio livre e a globalização<sup>37</sup>. A longo prazo, os impactos positivos na região latino-americana desses desenvolvimentos parecem superar alguns impactos negativos, de relativamente curto prazo, representados pelas políticas iniciais dos novos governos esquerdistas que, muitas vezes, introduzem a restrição das liberdades individuais e a nacionalização de propriedades.

## O Incerto Caminho à Frente dos Estados Unidos

Embora os Estados Unidos tenham percebido uma reação política adversa da retórica anti-imperialista advogada por muitos dos novos líderes das democracias esquerdistas emergentes, o impacto negativo geral nos EUA, em termos de vinculações políticas e econômicas, tem estado mínimo. Com uma visão para o futuro, ao usar seus instrumentos de persuasão das políticas externas ao invés do poder coercitivo, qualquer que seja o impacto negativo residual de tais mudanças políticas no governo deve ser insignificante. Esse poder “brando”, executado por meio de acordos de livre comércio, cooperação em áreas de interesse comum e esforços diligentes por parte dos Estados Unidos, para melhorar como o país está sendo percebido por toda a região, podem ser muito mais efetivos do que a aplicação do poder “duro”, como invasões militares, coerção em fóruns intergovernamentais como as Nações Unidas e rumores de apoio a golpes de Estado que parecem proliferar por toda a área.

Além disso, muito da cultura popular dos EUA ainda é amada por toda a América Latina e é psicologicamente muito influente. Ademais, os eleitores nativos da região desejam algo como o “Sonho Americano” tradicional — a capacidade de ter mobilidade ascendente e conseguir um padrão de vida mais elevado. Frequentemente, isso é difícil realizar na América Latina onde uma frustração comum com a corrupção e o favoritismo político é resumida no provérbio “os ricos ficam mais ricos e os pobres ainda mais pobres”. Com os avanços recentes e a dispersão rápida da tecnologia de comunicação, hoje as populações do hemisfério inteiro podem ver claramente os modos de vida da grande classe média nos Estados Unidos, graças à disponibilidade muito melhorada das informações e do emprego difundido da mídia social e das comunicações globais<sup>38</sup>.

Ao tirar proveito do *soft power* (“poder brando”), junto com outras ferramentas tradicionais de influência positiva no mundo em desenvolvimento, como a agência federal estadunidense *Peace Corps* (o Corpo da Paz), os Estados Unidos podem aproveitar a atração positiva da sua cultura popular, ao mesmo tempo que mantêm a sua presença de *hard power* (“poder rígido”) na América Latina quase invisível.

Atualmente, a presença do Departamento de Defesa é relativamente pequena na América Latina, principalmente relegada às operações de cooperação em

segurança e às áreas compartilhadas de interesse mútuo, como assistência aos desastres e exercícios de assistência humanitária, e deve permanecer assim. Os Estados Unidos podem, também, continuar a reduzir a sua presença de *hard power* ao trabalhar com aliados tradicionais, como a Colômbia, para estabelecer acordos trilaterais com outras nações, como o México e o Peru. Essas nações têm desenvolvido vínculos de defesa progressivamente mais íntimos com os Estados Unidos baseados, principalmente, nas metas de construção de capacidade da nação parceira, especialmente no tratamento de assuntos polêmicos em outros países latino-americanos, como a cooperação em segurança<sup>39</sup>. Ao tirar proveito de um ambiente colaborativo favorável, os Estados Unidos podem continuar a capitalizar no avanço de seus próprios interesses, sem causar ansiedade desnecessária aos cidadãos e governos por toda a América Latina.

## Medidas Prudentes para Cultivar a Influência dos EUA

Para garantir que mantenham influência na região, os Estados Unidos devem continuar a respeitar as decisões dos eleitores em países que tenham escolhido governos esquerdistas para representá-los e trabalhar com esses novos governos em áreas de interesse comum. Essas incluem a estabilidade institucional nos órgãos governamentais como os ministérios e departamentos (e.g., os ministérios do interior, de relações externas e de assuntos estrangeiros), e iniciativas relacionadas com a imposição do Estado de Direito e a redução de corrupção — provavelmente os dois assuntos mais importantes que afetam toda a América Latina<sup>40</sup>. Isso inclui o melhoramento radical da transparência das organizações judiciárias e de imposição da lei.

Um exemplo de como isso já está ocorrendo é o trabalho que os Estados Unidos fazem atualmente com o México. Dentro do contexto da “Iniciativa Merida”, um acordo bilateral de cooperação em segurança entre os dois países para combater o crime transnacional, os Estados Unidos estão trabalhando para melhorar a capacidade de imposição da lei no México, por meio de programas baseados no aprimoramento do Estado de Direito e no melhoramento de medidas de prevenção do crime, como a Comissão para Acreditação das Agências de Imposição da Lei<sup>41</sup>.

Dessa forma, os Estados Unidos não apenas utilizam a sua capacidade branda de influenciar para aprimorar

os seus objetivos de melhorar a estabilidade institucional em uma outra democracia, mas, também, aproveitaram acordos multinacionais com uma nação parceira, neste caso o México, para exportar esse conhecimento para países centro-americanos, como a Guatemala<sup>42</sup>. As autoridades mexicanas de imposição da lei trabalham e realizam treinamento no Departamento de Justiça dos EUA, com o objetivo de implementar melhorias institucionais, após o retorno. No nível de execução, as forças policiais mexicanas deixam o seu país para treinar com polícias locais em cidades parceiras como Nogales, na Arizona, o que reduz a visibilidade dos EUA no México, sendo sempre um assunto sensível entre os cidadãos dessa nação<sup>43</sup>. O fato acrescentado do México ter elevado o seu próprio status, passando a ser um exportador de treinamento e conhecimento, tem sido considerado uma vitória para todos os participantes. É exatamente o tipo de modelo que os Estados Unidos precisam para continuar a empregar nas suas relações com os novos governos da América Latina.

## A Paciência é a Virtude Fundamental

Com o tempo, as relações americanas com governos esquerdistas, os quais têm escolhido afastar-se dos Estados Unidos podem melhorar. Enquanto isso, os relacionamentos com aqueles que têm mantido a proximidade podem, com muita probabilidade, continuar a florescer.

Por exemplo, atualmente, muitos eleitores em países governados pela extrema-esquerda, como a Venezuela e a Argentina, enxergam os danos causados pelas suas políticas econômicas protecionistas que têm excluído as relações comerciais com os Estados Unidos. Contra esse pano de fundo, as relações negligenciadas que esses governos têm imposto sobre si mesmos certamente não têm melhorado a sua prosperidade financeira, conforme as suas economias têm passado por tempos difíceis devido à queda de preços globais por matérias primas e o advento de novas tecnologias, como o *fracking* (fraturamento hidráulico), que tem inundado os mercados globais com novas fontes de petróleo. Os governos latino-americanos que adotaram as políticas socialistas sustentadas pelos recursos extrativistas podem concluir que o poder de consumo econômico dos EUA seria útil para eles no futuro, se escolherem diversificar as suas economias internas.

A tentativa de normalização, ou pelo menos de uma melhoria, das relações diplomáticas com Cuba, anunciada pelo governo Obama deve, também, contribuir



A Presidente Cristina Fernández de Kirchner, da Argentina, se reúne com o Presidente chinês Hu Jintao em Pequim, na China, 12 Jul 10. Kirchner foi eleita à presidência em outubro de 2007 com a plataforma de realizar esforços continuados para prover programas de bem-estar social aos pobres.

(Presidencia de la Nación Argentina)

bastante para diminuir a retórica antiamericana, e remover uma flecha proverbial da aljava dos políticos antiamericanos da região. Embora essa mudança diplomática possa ser vista como uma vitória para o regime de Castro, chegou a ser uma espinha atravessada na garganta política de vários governos dos EUA ao longo das últimas duas décadas, conforme os líderes populistas na América Latina salientam a hipocrisia da política externa dos EUA nas suas relações com China e Cuba, ambos sendo poderes autocráticos. Ao remover esse ponto político de atrito das pautas das

organizações intergovernamentais do hemisfério, como a Organização dos Estados Americanos (OEA), os Estados Unidos retira essa testa de ferro do saco de injustiças percebidas as quais os políticos latino-americanos têm tradicionalmente utilizado para criticar o país. Além disso, as nações que continuam tendo relações estreitas de segurança com os EUA, como o Chile, a Colômbia e o México, ajudam a afastar a mentalidade da Guerra Fria de que o país ainda intervirá de forma arrogante nos assuntos internos da América Latina para melhorar os seus próprios interesses.

## Conclusão

As mudanças que têm ocasionado o crescimento dos governos esquerdistas na América Latina podem ser atribuídas a vários assuntos do passado, incluindo um histórico de estratificação social e econômica profundamente arraigada que resultou em injustiça contínua entre as classes, e desigualdade social e econômica ao longo de séculos. Esse histórico já levou ao ressentimento amplo e profundamente arraigado contra governos conservadores que frequentemente apoiavam a manutenção do *status quo* para o seu próprio benefício, e um desejo de inverter as prévias políticas sociais e econômicas conservadoras falidas que favoreciam as classes privilegiadas. Não é de se estranhar que o impacto na segurança regional, provavelmente, será menos gastos militares e mais despesas sociais<sup>44</sup>. No entanto, a maior ameaça à democracia viria não de gastar menos nas forças militares latino-americanas, mas de fracassar ao abordar os grandes assuntos da preocupação pública e ao gastar menos na retificação das desigualdades sociais e econômicas históricas<sup>45</sup>. Sem ser abordada, a instabilidade causada pela amargura pública fervente sobre as desigualdades econômicas e sociais, junto com a verdadeira pobreza de grande escala, durante uma era de globalização, representaria uma ameaça significativa para os interesses dos EUA.

É imperativo lembrar que os estilos das democracias variam ao redor do mundo, com base nas experiências e na história de cada país. Assim, embora as democracias da América Latina tenham se tornado mais socialistas com o surgimento do populismo esquerdista na região, não representam um grande desafio para a própria democracia. Em vez disso, o seu novo estilo pode ser visto como uma bênção para a difusão da democracia, como maior participação dos povos anteriormente marginalizados continua a crescer. Conforme cada nação adapta o desenvolvimento das suas instituições democráticas internas segundo ao seu próprio histórico, cultura e necessidades, haverá

mudanças contínuas no estilo de governo. Há, de fato, umas poucas exceções entre as nações latino-americanas quanto à direção do desenvolvimento governamental que talvez possam colocar a democracia em risco, mas em geral isso não ocorre.

Para prover apoio e incentivo visíveis para o desenvolvimento da democracia nativa na América Latina, autoridades dos EUA podem enfrentar a retórica antiamericana ao empregar os instrumentos do “poder brando” da política externa, como os acordos comerciais internacionais, programas de visto de trabalho, trabalhos desenvolvidos pela organização Corpo da Paz, operações de manutenção da paz mútuas, melhorias na reforma judiciária, programas de combate à corrupção, trocas educacionais, assistência externa com objetivos específicos acordados e acordos trilaterais e multinacionais onde forem possíveis, especialmente na área de cooperação em segurança. No entanto, acima de tudo, deve continuar a respeitar as decisões dos eleitores latino-americanos e trabalhar com os novos governos que lhes representam nas áreas de interesse comum.

Engajamento contínuo e mais profundo, o aumento do emprego do “poder brando” e a redução do “poder rígido” servirão melhor neste tempo de mudança no Hemisfério Ocidental. O surgimento da esquerda apresenta novos desafios e oportunidades para os Estados Unidos, mas não necessariamente se constitui em um desafio ou ameaça para a democracia.

O Secretário de Estado John Kerry resumiu essa estratégia durante um discurso, em novembro de 2013, quando desafiou os líderes do Hemisfério Ocidental a continuar empregando governos democráticos para gerar desenvolvimento, superar a pobreza e melhorar a inclusão social. Ele continuou afirmando que os Estados Unidos reconheceram as democracias da América Latina e declarou que a era em que o país imporia de imediato os seus interesses na região, por meio do poder militar, já acabou<sup>46</sup>. ■

*O Maj Jonathan Bissell, Exército dos EUA, é estudante no Programa de Pós-graduação em Políticas e Práticas Internacionais da Elliott School of International Affairs. É graduado pelo U.S. Army Command and General Staff College, bacharel pela Cameron University e mestre em Relações Internacionais pela Troy University. Desempenhou a função de oficial de logística, durante a maioria da sua carreira, tendo trabalhado como Oficial de Área no Exterior na América Latina nos últimos quatro anos. Serviu, ainda, no Panamá, na Arábia Saudita, no Kuwait, no Iraque e no Peru.*

## Referências

1. Luis Blanco e Robin Grier, "Explaining the Rise of the Left in Latin America," *Latin America Research Review* 48(1) (2013): p. 68.
2. Jon Beasley et al., "Latin America's Left Turns: an Introduction," *Third World Quarterly* 30(2) (2009): p. 320.
3. Joseph S. Nye Jr., *Soft Power: the Means to Success in World Politics* (New York: Public Affairs, 2005), p. x, 5. O "poder brando" é definido no prefácio como "a capacidade de conseguir o que deseja por meio da atração, em vez de coerção ou de pagamentos" [O "poder rígido" é o emprego de meios militares ou econômicos de influência].
4. *Ibid.*, p. 45.
5. *Ibid.*
6. Peter H. Smith, *Talons of the Eagle: Latin America, the United States, and the World*, 3rd Ed. (New York: Oxford University Press, 2008), p. 343.
7. *Ibid.*
8. *Ibid.*
9. Howard J. Wiarda e Harvey F. Kline, eds., *Latin American Politics and Development*, 7th ed. (Boulder, CO: Westview Press, 2011), p. 65.
10. Hector E. Schamis, Center for Latin American Studies, Georgetown University, Testemunha ao Subcomitê sobre o Hemisfério Ocidental do Comitê de Relações Exteriores da Câmara de Deputados dos EUA, 10 Sep. 2013, acesso em: 3 nov. 2015, <http://docs.house.gov/meetings/FA/FA07/20130910/101287/HHRG-113-FA07-Wstate-SchamisH-20130910.pdf>.
11. Blanco e Grier, "Explaining the Rise," p. 72.
12. Smith, *Talons of the Eagle*, p. 352.
13. "Washington Consensus," website da Organização Mundial da Saúde (OMS), acesso em: 03 nov. 2015, <http://www.who.int/trade/glossary/story094/en>. O termo "Washington Consensus" (Consenso de Washington) descreve 10 políticas que "o governo dos EUA e as instituições financeiras internacionais baseadas no capital dos EUA acreditavam ser elementos necessários da 'primeira fase da reforma das políticas' que todos os países devem adotar para aumentar o crescimento econômico".
14. Wiarda e Kline, *Latin American Politics*, p. 8.
15. *Ibid.*, p. 7.
16. *Ibid.*, p. 8.
17. Blanco e Grier, "Explaining the Rise," p. 71.
18. Council on Hemispheric Affairs, "Argentina's Néstor Kirchner: Peronism Without the Tears," 27 Jan. 2006, acesso em: 3 nov. 2015, <http://www.coha.org/argentinas-nestor-kirchner-peronism-without-the-tears>.
19. Blanco e Grier, "Explaining the Rise," p. 70.
20. *Ibid.*
21. Andy Baker e Kenneth F. Greene, "The Latin American Left's Mandate: Free-Market Policies, Economic Performance, and Voting Behavior in 18 Countries," *World Politics* 63 (2011): p. 2.
22. Smith, *Talons of the Eagle*, p. 352. Uma democracia iliberal é um sistema de governo em que a liderança é eleita, mas muitas das liberdades possuídas pelos cidadãos das sociedades democráticas integrais são limitadas ou ausentes.
23. *Ibid.*
24. Victor Bulmer-Thomas, "Analysis: How Hugo Chavez changed Venezuela," BBC, Latin America and Caribbean, 6 Mar. 2013, <http://www.bbc.com/news/world-latin-america-15240081> (Acesso em: 03 nov. 2015).
25. Blanco e Grier, "Explaining the Rise," p. 72.
26. *Ibid.*, p. 80.
27. *Ibid.*, p. 78.
28. Mary Vaca, "Bolivia Enacts New Constitution," BBC Mundo, 7 Feb. 2009, acesso em: 20 out. 2015, [http://news.bbc.co.uk/hi/spanish/latin\\_america/newsid\\_7877000/7877041.stm](http://news.bbc.co.uk/hi/spanish/latin_america/newsid_7877000/7877041.stm).
29. Beasley et al., "Latin America's Left Turns," p. 320.
30. Jorge G. Castañeda, "Morning in Latin America: The Chance for a New Beginning," *Foreign Affairs* (September/October 2008): p. 133.
31. *Ibid.*, p. 134.
32. Jason Tockman, "The Rise of the 'Pink Tide' Trade, Integration, and Economic Crisis in Latin America," *Georgetown Journal of International Affairs* (Summer/Fall 2000): p. 31-39.
33. Wiarda e Kline, *Latin American Politics*, p. 1.
34. *Ibid.*, p. 2.
35. Maureen Taft-Morales, *Peru in Brief: Political and Economic Conditions and Relations with the United States*, Congressional Research Service, 18 Oct. 2013, p. 6.
36. *Ibid.*
37. *Ibid.*
38. Thomas L. Friedman, *The Lexus and the Olive Tree: Understanding Globalization* (New York, New York: Picador, 2012), p. 69.
39. Maureen Taft-Morales, *Peru in Brief*, p. 15.
40. David C. Wolfe, "The Latin American Context," preleção para a aula IR 6625 "Latin American Strategic Studies: Enduring Themes and the United States Role," apresentada em 3 dez. 2013 no Forte Benning, na Geórgia.
41. Maureen Meyer, *Mexico's Police: Many Reforms, Little Progress* (Washington, DC: Washington Office on Latin America, May 2014), p. 19.
42. Camilo Mejía, "Mexico-Guatemala Border Program to Protect Migrants from Criminal Groups," website da Insight Crime: Organized Crime in the Americas, 8 Jul. 2014, acesso em: 30 jul. 2015, <http://www.insightcrime.org/news-briefs/joint-mexico-guatemala-border-program-designed-to-protect-migrants>.
43. Ted Robbins, "US Trains Mexican Federal Police to Combat Drugs," National Public Radio website, 13 Apr. 2010, acesso em: 30 jul. 2015, <http://www.npr.org/templates/story/story.php?storyId=125878556>.
44. Wiarda e Kline, *Latin American Politics*, p. 69.
45. *Ibid.*
46. John Kerry, Palestra na Organização dos Estados Americanos, website do Departamento de Estado dos EUA, 18 nov. 2013, acesso em: 3 nov. 2015, <http://www.state.gov/secretary/remarks/2013/11/217680.htm>.



Uma vista aérea do campo para refugiados sírios de Za'atari, na Jordânia, a partir de um helicóptero que transportava o Secretário de Estado dos EUA John Kerry e o Ministro do Exterior jordaniano Nasser Judeh, 18 Jul 13.

(Departamento de Estado dos EUA)

# Respostas da Sociedade Jordânica aos Refugiados Sírios

Cap Walter C. Haynes, Exército dos EUA

**A** guerra civil da Síria é um dos dilemas de segurança nacional mais prementes encarados pelos Estados Unidos da América (EUA). Ela ameaça afundar ainda mais uma região já volátil e se alastrar pelas fronteiras de um aliado da OTAN (Turquia), do aliado mais íntimo no Oriente

Médio (Israel) e de três Estados árabes frágeis — Iraque, Líbano e Jordânia.

A Jordânia, em particular, talvez esteja em perigo existencial como resultado do conflito sírio. Trata-se de um aliado importante, com uma capacidade questionável de absorver os mais de 600.000 refugiados

sírios atualmente dentro das suas fronteiras. A crise regional somada à entrada de refugiados na Jordânia podem desestabilizar o país permanentemente, por meio da deterioração da sua identidade nacional.

Um entendimento das dinâmicas sociais que ocorrem na região é essencial para ajudar os formuladores de políticas a empregarem os devidos instrumentos do poder nacional para promover os interesses dos EUA no local. Já que o Departamento de Defesa está profundamente envolvido na resposta dos EUA para a crise síria, questões relacionadas com a capacidade de nações aliadas de absorverem refugiados são criticamente importantes para líderes das Forças Armadas, que precisam alinhar devidamente a estratégia militar às políticas implementadas.

Este artigo analisa como o influxo de refugiados sírios ameaça mudar a cultura e a estrutura política da Jordânia, e como a sociedade jordaniana pode responder à ameaça de uma mudança tão rápida na característica demográfica. De maneira resumida, analisa a sociedade jordaniana e o status, tanto dos refugiados sírios quanto dos palestinos que estão morando na região, expondo a atual resposta jordaniana para o influxo de refugiados, bem como planos futuros anunciados ou circulados como boatos para a integração ou segregação desses refugiados. A seguir, analisa modelos de tensão étnica, discute exemplos de mudanças relacionadas ao conflito na sociedade e como elas, talvez, se refiram à situação na Jordânia.

Este artigo adota a perspectiva de observador externo e examina o conflito étnico para fazer uma previsão sobre o comportamento futuro visando ajudar os formuladores de política dos EUA.

## Resumo

Considerando as tendências históricas, o resultado mais provável da crise atual é que os jordanianos irão autoidentificar-se mais fortemente como um grupo interno, enquanto atribuem status de grupo externo aos refugiados sírios. Conseqüentemente, os jordanianos buscarão limitar a integração dos sírios na sua sociedade. Conforme o Estado jordaniano busca mitigar tensões dentro da sua sociedade para preservar a estabilidade interna, a probabilidade maior é que o Rei Abdullah (Abdullah II bin Al-Hussein) solicitará mais envolvimento e apoio dos EUA.

## Antecedentes

A Jordânia é um aliado leal dos EUA com uma sociedade que vive em constante conflito. Durante a Primeira Guerra Mundial, Sharif Hussein bin Ali se rebelou contra o Império Otomano com apoio britânico. Um dos seus filhos, Abdullah, tornou-se rei da Transjordânia, um protetorado britânico criado após a Primeira Guerra Mundial. O Reino Hachemite da Jordânia, designado pelo nome da família real do país, ficou independente após a Segunda Guerra Mundial. Os Hachemites traçam a sua linhagem diretamente ao Profeta Maomé, proporcionando legitimidade religiosa ao seu domínio<sup>1</sup>.

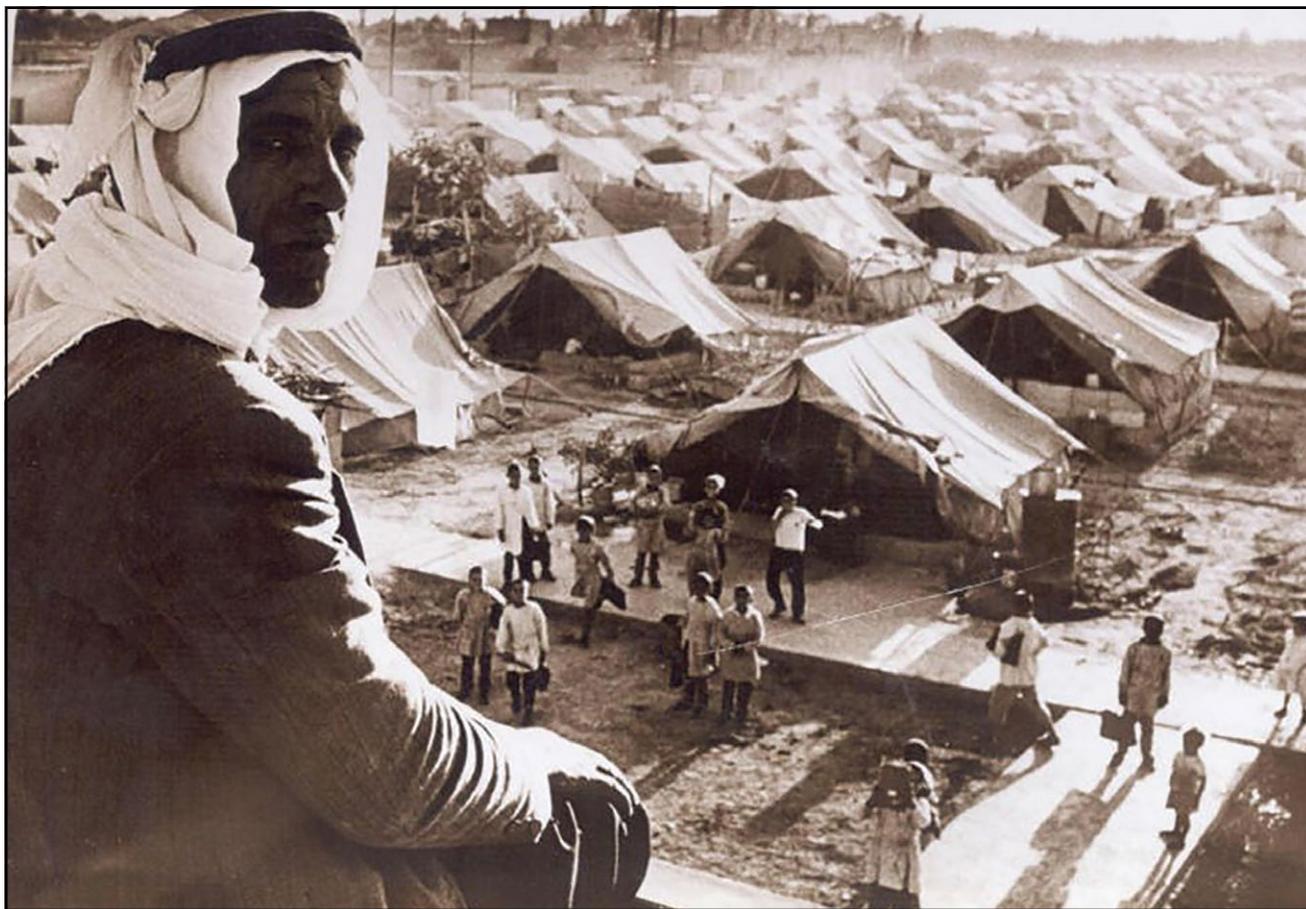
Depois da guerra dos Estados árabes contra Israel, em 1948, a Jordânia anexou a Cisjordânia [Banco Ocidental do rio Jordão], integrando-a a seu território e população, mas também preparando o terreno para uma tensão futura entre os beduínos originais da Transjordânia e os palestinos mal integrados<sup>2</sup>. Os “Jordanianos do Banco Oriental”, também conhecido como os beduínos, incluem a elite da sociedade da Jordânia. Servem nas Forças Armadas e no governo, são isentos de muitos impostos e podem comprar bens com preços mais baixos do que os seus equivalentes palestinos<sup>3</sup>.

As cerca de 12 tribos beduínas principais têm, ao longo do tempo, ficado progressivamente mais vigorosas em exigir mais concessões do Rei Abdullah e do governo da Jordânia<sup>4</sup>. As tribos no norte apoiaram a Síria durante a invasão ocorrida em 1970, e as tribos no Sul têm se mostrado muito eficazes em trocar lealdade por compensação monetária, primeiramente dos turcos, depois dos britânicos e atualmente dos Hachemites<sup>5</sup>.

Como depende do apoio dessas tribos beduínas, o Rei Abdullah II é ávido para obter favor. Quando o Estado Islâmico capturou o 1º Ten Moaz al-Kasabeh, no início de 2015, o rei se apressou em apresentar condolências à tribo poderosa do piloto, a Bararsheh<sup>6</sup>. Após a morte de Moaz, as tribos se uniram em apoio das políticas do governo contra o Estado Islâmico.

## O Status dos Refugiados Palestinos na Jordânia

Os palestinos, tanto os refugiados que fugiram da área reivindicada atualmente por Israel durante a Guerra de Independência de Israel, em 1948, e os seus descendentes, formam uma grande parte da população



O campo de refugiados de Jaramana para palestinos nos arredores de Damasco, na Síria, 1948. Aproximadamente 700.000 palestinos fugiram ou foram expulsos de áreas que foram depois incorporadas a Israel. A maioria deles se refugiou em cidades de barracas semelhantes na Jordânia.

(Foto cortesia da Wikimedia Commons)

da Jordânia. De fato, são a maioria, uma verdade tão incôfortável para o governo jordaniano que ele se recusa a admitir isso publicamente<sup>7</sup>.

O histórico dos palestinos na Jordânia foi manchado pelo tratamento desigual pelo conflito. Notavelmente, o primeiro rei do país, Abdullah I, foi assassinado por um palestino em 1951, e a Jordânia empregou força militar para expulsar a Organização para a Libertação da Palestina (OLP), juntamente com milhares de apoiadores durante a guerra civil jordaniana, nos anos 70, conhecida como Setembro Negro<sup>8</sup>.

Atualmente, a situação sobre o status socioeconômico e a integração da população palestina restante da Jordânia é desigual e complicada. Há mais de 2 milhões de palestino-jordanianos registrados pela Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina (UNRWA) [Tirado do site: <http://unrwa.org.br>] dentro do país, muitos dos quais

ainda moram em campos de refugiados. A retirada jordaniana da Cisjordânia, em 1988, levou à revogação da cidadania de milhares de pessoas, deixando-as essencialmente sem pátria. Um palestino com apenas um passaporte jordaniano, mas sem número nacional, é inelegível para escola estatal, tratamento médico, emprego no governo e muitas outras provisões básicas necessárias para o avanço econômico<sup>9</sup>.

Consequentemente, o terceiro rei hachemite, Abdullah II, reina em um contexto de ameaças históricas oriundas de descontentes internos. Principalmente, após a Jordânia fazer as pazes, que permanece até hoje, com Israel, seu rival externo tradicional e amplamente desprezado pelos refugiados palestinos. Uma coisa reveladora é que os palestinos não são permitidos de ingressar no Exército e são minimamente representados nos altos escalões de governo.

## A Possibilidade dos Sírios se estabelecerem nos campos de Refugiados Jordanianos

O aspecto mais desconcertante para os refugiados sírios recém-chegados talvez seja a nítida disparidade entre o status dos palestinos que moram nos acampamentos e os cidadãos jordanianos normais, mesmo depois de residir no país por décadas<sup>10</sup>. O relatório mais recente (2013) da UNRWA sobre os refugiados palestinos na Jordânia declara, “Os habitantes dos campos possuem um rendimento muito inferior, famílias muito maiores, um baixo nível de desempenho educacional, percebida saúde mais deficiente e um maior dependência da UNRWA e de outros serviços de auxílio”<sup>11</sup>.

Atualmente, a Jordânia abriga refugiados sírios em vários grandes campos e dentro de muitos centros populacionais. Za’atari é, atualmente, a quarta maior cidade na Jordânia e o maior campo de refugiados. Em um país com uma população de aproximadamente 6,5 milhões de pessoas, os sírios constituem quase um décimo do número de habitantes. Cerca de 440.000 desses sírios moram fora dos campos de refugiados<sup>12</sup>.

Fora dos campos, os sírios competem com jordanianos por trabalho e alojamento, apesar de ser ilegal ter emprego. Isso leva à percepção entre os jordanianos de que os refugiados sírios são responsáveis pela dificuldade em conseguir emprego para pessoas de baixa qualificação, e também pelo aumento radical no preço de moradia. O governo jordaniano estima que cada refugiado custa o Estado US\$ 3.000 por ano (ou quase US\$ 2 bilhões), comparado ao produto interno bruto anual de US\$ 33 bilhões. Uma consequência é que os refugiados sírios são, por definição, excluídos de representação política na legislatura unicameral da Jordânia.

## As Respostas Populares aos Refugiados Sírios entre os Jordanianos

Embora, no início, os jordanianos estivessem acolhedores aos sírios, essa situação se modificou. Como resultado, o governo limite o influxo de refugiados e dedica muitos recursos ao policiamento da fronteira<sup>13</sup>. Os sírios colocam um fardo adicional no sistema de saúde também, tanto que o ministro de saúde jordaniano

advertiu que, “O sistema está perigosamente sobrecarregado”<sup>14</sup>. Mais inquietante é que muitos dos refugiados urbanos não estão cientes dos serviços disponíveis a eles, resultando, por exemplo, em baixas taxas de vacinação<sup>15</sup>. Recentemente, o governo da Jordânia anunciou o Plano de Resposta Jordaniano, de US\$ 3 bilhões, para satisfazer as necessidades tanto dos refugiados quanto das comunidades patrocinadoras, porém a falta histórica de fundos para os programas de assistência à Síria não constitui motivo para otimismo<sup>16</sup>.

Em resposta ao estresse provocado pelo influxo de refugiados, a Jordânia está considerando o estabelecimento de uma “zona de segurança” no sul da Síria. Essa zona “tampão” permitiria que a Jordânia pudesse parar o influxo de refugiados e também prover às forças rebeldes uma área protegida onde poderiam treinar e se preparar para ataques contra o regime de Assad. No entanto, como Ala’ Alrababa’h explicou, em um artigo de julho de 2015, essa ação acarreta riscos. Primeiro, pode incentivar o governo sírio a atacar a Jordânia. Segundo, qualquer zona “tampão” pode ser utilizada por grupos extremistas para fomentar inquietação dentro da Jordânia<sup>17</sup>.

Assim, a Jordânia arrisca exacerbar a situação com uma medida tão drástica, e a vontade de considerar essa opção mostra quão preocupados estão os líderes do país.

## Análise

A Jordânia é um Estado eticamente heterógeno, com a consequência de que um sentido de identidade e unidade nacionais não é muito forte na maior parte da população. Uma coisa reveladora é que a Jordânia não arrisca usar a instituição estatal tradicional que muitos países usam para desenvolver um sentido de identidade nacional — as Forças Armadas — porque teme prover treinamento e armas a grupos com lealdades suspeitas. Consequentemente, os palestinos são excluídos do serviço armado, que na realidade perpetua a percepção de preconceito, magnifica as diferenças étnicas e fomenta ressentimento amargo.

Portanto, o ponto de atrito entre os palestinos e os beduínos na Jordânia talvez seja visto, principalmente, como étnico por natureza. Frederik Barth definiu um grupo étnico como uma população

Que em grande medida se autopertua biologicamente; compartilha valores culturais



Uma vista aérea do campo de refugiados sírios de Za'atari, na Jordânia, 21 Nov 12.

(Cortesia da Unidade de Fotografia do Alto Comissariado para Refugiados nas Nações Unidas)

fundamentais, baseados em uma unidade visível em formas culturais; cria um campo de comunicação e interação; e possui uma afiliação que se identifica, e é identificado por outros, como constituindo uma categoria distinguível de outras categorias da mesma ordem<sup>18</sup>.

Com essa descrição em mente, a delimitação étnica é especialmente importante porque a identidade étnica determina os benefícios derivados e a afiliação dentro dos instrumentos do poder do Estado. Embora compartilhem a religião, o idioma e a linhagem de árabe sunita, os palestinos e beduínos na Jordânia, ainda assim, se diferenciam entre si em muitas formas inflexíveis.

A identidade tribal é um desses grande discriminadores étnicos dentro da sociedade jordaniana, especialmente entre as poderosas tribos beduínas. A consciência étnica é geralmente derivada de uma de duas formas. A étnica *performativa* define a identidade pelas crenças, características culturais e ações compartilhadas. Consequentemente, a capacidade de adotar sistemas de crença e características culturais (como aceitar uma religião, ou aprender o idioma ou dialeto de um grupo étnico) capacita os forasteiros a assimilar-se com mais facilidade em uma nova identidade étnica. Em contraste com o mais flexível conceito performativo da consciência étnica, os jordanianos geralmente aderem ao mais fixo *primordialista*. O primordialismo afirma afinidade e lealdade obrigatória a um grupo

de identidade com base em origem e linhagem comuns presumidas — parentesco pelos laços de sangue. Portanto, a profundamente arraigada perspectiva tribal primordialista da Jordânia, que deriva de uma identidade étnica baseada na premissa de linhagem comum, faz com que seja difícil para forasteiros juntarem-se ao grupo interno. Esse conceito primordialista serve como um tipo de mecanismo defensivo para os beduínos que o usam para afirmar seu status mais elevado como o grupo interno, às custas, primeiro, dos palestinos, e agora dos sírios.

## O Conflito como um Agente de Mudança

O conflito acelera a mudança, e a cultura não é uma exceção a essa regra. Sharon Hutchinson, por exemplo, esboçou como o conflito no Sudão militarizou a consciência étnica Nuer, observando que, “comunidades... têm estado lutando com uma crescente subcultura regional de violência baseada na etnia”<sup>19</sup>. Da mesma forma, as circunstâncias emergentes na Síria, no Iraque e no Líbano mostram que os Estados árabes estão, também, cada mais vulneráveis a esse aspecto.

Nesse sentido, há vários resultados possíveis para conflitos entre tribos e Estado. As tribos beduínas da Jordânia não cederão voluntariamente sua posição privilegiada aos sírios, especialmente considerando a sua resistência documentada à inclusão dos palestinos. Contudo, o conflito em desenvolvimento na região



pode limitar as suas opções e compeli-los a aceitar mudanças socioculturais. As opções incluem assimilação e cooperação, fuga e resistência (ou uma combinação dessas).

Historicamente, as tribos beduínas da Jordânia têm tendido a cooperar com o Estado e usar a ameaça de resistência para extrair concessões que reforçam o seu poder na sociedade. Por outro lado, os palestinos na Jordânia, embora não organizados estreitamente ao longo de linhas tribais, também têm utilizado todas as três estratégias por toda a história recente.

Ao contrário, os refugiados sírios são ativamente impedidos de integrar-se e não possuem um verdadeiro desejo de correr de volta à Síria assolada pela guerra. Isso significa que há uma crescente chance de ocorrer a terceira opção de resposta às mudanças impostas pelo conflito, a resistência.

## Uma Análise da Resistência Étnica

Um modelo útil do conflito étnico é fornecido por Joan Estaban e Debraj Ray, onde eles examinam as políticas governamentais discriminatórias e a sua reação a várias formas de ativismo étnico, incluindo a violência. A reação percebida pelo Estado “induz indivíduos a se mobilizarem, às vezes violentamente, para apoiar a sua causa”<sup>20</sup>.

O seu modelo é aplicável para a Jordânia porque leva em conta a desigualdade de grupos — uma vitória contra um grupo étnico antagônico traga a possibilidade de uma expropriação total ou parcial dos recursos do oponente. O modelo sugere que

grandes diferenças em renda levam diretamente a uma grande probabilidade de conflito étnico. No entanto, o grupo com a maior renda, também, possui uma capacidade proporcionalmente maior para financiar militantes.

Na Jordânia, os beduínos têm a vantagem adicional de controlar as forças de segurança, fazendo com que qualquer resistência armada seja um empreendimento perigoso para os grupos externos. Portanto, dentro deste modelo, o maior risco à Jordânia vem das Forças Armadas, cujos integrantes, apesar da homogeneidade com as estruturas estatais, podem agir para preservar as prerrogativas das tribos de acesso aos recursos, em detrimento do Estado.

A conclusão principal de Esteban e Ray é que a distribuição de radicalismo e de renda dentro do grupo é mais importante do que o nível simples de qualquer variável. Assim, eles repetem dois destacados especialistas no estudo do conflito étnico, Donald Horowitz e Robert Bates, concluindo que a desigualdade dentro do grupo interno é um fator importante no início de conflito étnico<sup>21</sup>.

Como tal, um entendimento a mais sobre as disparidades entre as tribos beduínas seria um importante próximo passo para avaliar o risco ao governo e à sociedade em geral da Jordânia. Além disso, a reação demonstrada pelo Estado à agitação causada pelas poderosas tribos beduínas pode inspirar atividade semelhante oriunda dos grupos externos, cujos métodos talvez sejam mais vigorosos visando atrair a atenção necessária para as suas queixas.

## Envolvimento Potencial da Irmandade Muçulmana

A Irmandade Muçulmana é outra força poderosa na Jordânia com o potencial de moldar qualquer resposta futura à crise de refugiados sírios. Embora a sua liderança seja composta principalmente por beduínos, a Irmandade mantém muitas características da organização estabelecida por Hassan al-Banna no Egito. Como tal, ela satisfaz as exigências esboçadas por Beeman na sua análise sobre o fundamentalismo: revivescência, ortodoxia, evangelismo e ação social<sup>22</sup>.

Ao contrário da Síria, onde Hafez al-Assad destruiu a Irmandade Muçulmana durante o seu cerco de Hama, em 1982, os líderes da Jordânia têm tolerado o grupo<sup>23</sup>. Embora alguns comentaristas vejam isso como uma ação cínica para manter uma “oposição na espreita”, pela qual podiam inquietar os Estados Unidos e garantir apoio às políticas repressivas, também representa um perigo existencial para o governo e para a sociedade jordaniana, caso os beduínos decidirem apoiá-la, em vez da monarquia. William Beeman foi perspicaz sobre o risco:

Considerando que tais movimentos frequentemente se dirigem à sociedade como “Outra” e opressora, eles podem produzir participantes que desafiam a autoridade civil e são difíceis de prever ou controlar. Frequentemente, atuam no limite da lei, criando tensão automática na sociedade na qual existem<sup>24</sup>.

Alternativamente, a Irmandade Muçulmana pode decidir patrocinar a causa dos refugiados sírios, aumentando o seu próprio poder vis-à-vis o Estado e atrair os sírios diretamente às políticas internas jordanianas.

## Conclusão

Até mesmo se a guerra civil síria acabasse amanhã, o sistema inteiro do Estado da Síria ainda estaria quebrado. A antiga cultura tolerante e cosmopolitana foi abalada, e o retorno ao status quo antes da guerra é impossível. Não há um resultado realista em que a maioria dos refugiados pudessem voltar imediatamente à Síria, nem menos uma repatriação forçada que atrairia condenação internacional.

Tendo isso em mente, os efeitos inevitáveis na sociedade jordaniana são de interesse principal dos Estados Unidos. Como um aliado ativamente envolvido em operações de combate tanto no Iraque quanto na Síria, uma Jordânia estável é estrategicamente significativa.

Apesar da dificuldade inerente na previsão de mudanças culturais durante um conflito, a evidência e a literatura fazem um argumento convincente de que a sociedade jordaniana passará por cada vez mais pressão do influxo de refugiados, e isso pode ser perigoso. Assim, a evidência apoia a hipótese de que é provável que os jordanianos limitem a integração síria na sociedade, com medo de instabilidade e de perdas econômicas.

A tensão, decorrente de uma presença continuada de refugiados sírios na Jordânia, ameaçará a estabilidade política conforme vários grupos subculturais manobram para se proteger ou avançar, forçando o regime do país a buscar formas de aliviar a pressão para manter-se. Considerando que atualmente não existem opções evidentes que não acarretem muito sofrimento humano ou uma diminuição da instabilidade, qualquer ação por parte da Jordânia impactará diretamente os esforços militares e diplomáticos dos EUA. Realmente, é um assunto para se decidir cuidadosamente, na tentativa de descobrir qual é a melhor entre as opções ruins.

Uma preocupação constante na Jordânia é que os palestinos podem ver o estresse provocado pelos refugiados sírios como uma oportunidade para tomar o que eles enxergam como o seu lugar legítimo no topo da sociedade do país. Até se for malograda, tal tentativa teria efeitos propagativos de longa alcance por toda a região, distraindo mais as autoridades norte-americanas e israelenses. Se a Jordânia fosse estar preocupada com um conflito interno, a Arábia Saudita iria tornar-se até mais importante como um aliado árabe aos Estados Unidos na coalizão contra o Estado Islâmico. Esse resultado, especialmente considerando a pressão atual nas relações entre os EUA e a Arábia Saudita, apresentaria até mais desafios para a ação militar na Síria e limitaria ainda mais as opções dos norte-americanos.

Consequentemente, a preocupação principal da Jordânia é limitar o surgimento de conflito étnico que pode rapidamente ficar incontrolável. Como o modelo de Esteban e Ray mostra, a desigualdade e o radicalismo proporcionam explicações poderosas para o conflito étnico<sup>25</sup>. Isso é particularmente preocupante para a Jordânia porque possui um grupo interno de minoria com um alto nível de desigualdade em comparação com os grupos externos. Além disso, a Irmandade Muçulmana se representa como uma organização



Uma menina síria refugiada aponta para o assentamento de barracas onde ela mora com a sua família em Jawa, nos arredores de Amman, onde apenas uma hora de chuva inundou grandes seções do campo, 18 Nov 13.

(Mustafa Bader, via Wikimedia Commons)

existente com o potencial de radicalizar os refugiados descontentes e desesperados. Além do mais, no outro lado da fronteira no norte da Síria, muitas das milícias que estão combatendo o regime Assad já são extremamente radicais, por natureza.

Sobram muitas perguntas. A mais importante delas: qual é o risco de radicalização de ambos, os refugiados sírios e os jordanianos? Nesse sentido, a divisão da Irmandade Muçulmana na Jordânia possui a capacidade para desencadear um movimento fundamentalista que coloque estresse insuportável no equilíbrio delicado do Rei Abdullah?<sup>26</sup> Além disso, quais são as possibilidades de que os palestinos da Jordânia, discriminados por muito tempo pelos beduínos, terão algo em comum com seus equivalentes sírios? Afinal, a Jordânia ainda acredita que os refugiados palestinos têm o seu

devido lugar na Cisjordânia e em Israel, mesmo após meio século de residência no país<sup>27</sup>.

O único fator atenuante de importância com respeito à organização dos refugiados para opor-se ao governo jordaniano parece ser o custo de mobilização, com o qual os grupos externos ainda não têm demonstrado a capacidade de arcar.

Ao criar uma estratégia para apoiar o Estado jordaniano, os Estados Unidos devem, primeiramente, concentrar-se nos beduínos do país para determinar como as tribos percebem o seu próprio status na sociedade, e como podem apoiar a estabilidade em face de uma crise de refugiados continuada. É a partir deles, possivelmente, que o maior risco pode ser encenado, ou o maior ímpeto para preservar a integridade nacional como um Estado estável pode ser cultivado. ■

*O Cap Walter Haynes, do Exército dos EUA, exerce atualmente a função de Oficial de Assuntos Cíveis do 2º Batalhão (Ranger), 75º Regimento de Infantaria. É bacharel em Relações Internacionais pela Academia Militar dos EUA, sendo habilitado na língua chinesa. Serviu na 82ª Divisão Aeroterrestre como comandante de pelotão de Infantaria no Iraque, entre 2009 e 2010, e como Ajudante de Ordens nas Forças dos Estados Unidos no Iraque, em 2011.*

## Referências

1. Introduction, "The Hashemites," Website do Gabinete do Rei Hussein I, acesso em: 18 nov. 2015, [http://www.kinghussein.gov.jo/hash\\_intro.html](http://www.kinghussein.gov.jo/hash_intro.html).
2. Naseer H. Aruri, *Jordan: A Study in Political Development (1921–1965)* (The Hague, Netherlands: Springer Netherlands, 1972): cap. 3.
3. Shoshana Bryen, "Why Jordanians Worry about the Two-State Solution," website da Forbes, 7 Feb. 2014, acesso em: 18 nov. 2015, <http://www.forbes.com/sites/realspin/2014/02/07/why-jordanians-worry-about-the-two-state-solution/>; "A Kingdom of Two Halves," *The Economist*, 8 Mar. 2014, acesso em: 18 nov. 2015, <http://www.economist.com/news/middle-east-and-africa/21598719-jordanians-chafe-emerging-american-plan-israel-palestine-kingdom>.
4. Megan O'Toole, "Discontent Simmers among East Bank Jordanians," website da Al Jazeera, 3 Jun. 2014, acesso em: 18 nov. 2015, <http://www.aljazeera.com/news/middleeast/2014/06/discontent-simmers-among-east-bank-jordanians-20146381828614925.html>.
5. Mudar Zahran, "Jordan is Palestine," *Middle East Quarterly* 19(1) (Winter 2012): p. 3–12, acesso em: 10 nov. 2015, <http://www.meforum.org/3121/jordan-is-palestinian>.
6. Rod Nordland e Ranya Kadri, "Tribal Loyalties Drive Jordan's Effort to Free Pilot," *New York Times*, 31 Jan. 2015, acesso em: 10 nov. 2015, [http://www.nytimes.com/2015/02/01/world/middleeast/tribes-at-center-of-effort-to-free-jordanian-pilot.html?\\_r=0](http://www.nytimes.com/2015/02/01/world/middleeast/tribes-at-center-of-effort-to-free-jordanian-pilot.html?_r=0).
7. Zahran, "Jordan is Palestine."
8. Kai Bird, *The Good Spy: The Life and Death of Robert Ames* (New York: Broadway Books, 2014): p. 242.
9. Shaul M. Gabbay, "The Status of Palestinians in Jordan and the Anomaly of Holding a Jordanian Passport," *Journal of Political Sciences and Public Affairs* 2 (2014): p. 113, doi:10.4172/2332-0761.1000113.
10. Åge A. Tiltnes e Huafeng Zhang, *Progress, Challenges, Diversity: Insights into the Socio-Economic Conditions of Palestinian Refugees in Jordan* (Norway: Allkopi AS, 2013), acesso em: 10 nov. 2015, [http://www.unrwa.org/sites/default/files/insights\\_into\\_the\\_socio-economic\\_conditions\\_of\\_palestinian\\_refugees\\_in\\_jordan.pdf](http://www.unrwa.org/sites/default/files/insights_into_the_socio-economic_conditions_of_palestinian_refugees_in_jordan.pdf).
11. Ibid.
12. Sylvia Rowley, "Syria's War Victims Find Healing in Jordan," Al Jazeera, 21 Jul. 2015, acesso em: 10 nov. 2015, <http://www.aljazeera.com/news/2015/07/syria-war-victims-find-healing-jordan-150721085852300.html>.
13. Taylor Luck, "In Jordan, Tensions Rise between Syrian Refugees and Host Country," *Washington Post*, 21 Apr. 2013, acesso em: 10 nov. 2015, [https://www.washingtonpost.com/world/middle-east/in-jordan-tensions-rise-between-syrian-refugees-and-host-community/2013/04/21/d4f5fa24-a762-11e2-a8e2-5b98cb59187f\\_story.html](https://www.washingtonpost.com/world/middle-east/in-jordan-tensions-rise-between-syrian-refugees-and-host-community/2013/04/21/d4f5fa24-a762-11e2-a8e2-5b98cb59187f_story.html).
14. Mujalli Mhailan Murshidi et al., "Syrian Refugees and Jordan's Health Sector," *The Lancet* 382(9888) (3 Jul. 2013): p. 206–07.
15. Ziad El-Khatib et al., "Syrian Refugees, between Rocky Crisis in Syria and Hard Inaccessibility to Healthcare Services in Lebanon and Jordan," *Conflict and Health* 7(1) (2013): p. 18.
16. Satchit Balsari et al., "Syrian Refugee Crisis: When Aid Is Not enough," *The Lancet*, 385(9972) (14 March 2015): p. 942–43.
17. Ala' Alrababa'h, "Jordan's Danger Zone: The Perils of Building a Safe Haven in Syria," *Foreign Affairs*, 24 Jul. 2015, acesso em: 210 nov. 2015, <https://www.foreignaffairs.com/articles/jordan/2015-07-24/jordans-danger-zone>.
18. Frederik Barth, "Ethnic Groups and Boundaries," *Ethnicity*, eds. John Hutchinson and Anthony Smith (Oxford, UK: Oxford University Press, 1996): p. 76–82.
19. Sharon Hutchinson, "Nuer Ethnicity Militarized," *Anthropology Today* 16(3) (June 2002): p. 6–13.
20. Joan Esteban e Debraj Ray, "A Model of Ethnic Conflict," *Journal of the European Economic Association* 9(3) (June 2011): p. 496–521.
21. Donald L. Horowitz, *Ethnic Groups in Conflict* (Berkeley, California: University of California Press, 1985): p. 3–8; Robert H. Bates, *When Things Fell Apart, State Failure in Late-Century Africa* (New York: Cambridge University Press, 2008): p. 51.
22. William Beeman, "Fighting the Good Fight: Fundamentalism and Religious Revival," *Exotic No More: Anthropology on the Front Lines*, ed. Jeremy MacClancy (Chicago: The University of Chicago Press, July 2012), p. 129–44.
23. Melissa Block, "A Look Back At Syria's 1982 Crackdown," transcrita de uma entrevista da NPR com John Yemma, 11 May 2011, acesso em: 13 November 2015, <http://www.npr.org/2011/05/11/136214343/a-look-back-at-syrias-1982-crackdown>.
24. Ibid.
25. Esteban e Ray, "Model of Ethnic Conflict," p. 497.
26. Beeman, "Fighting the Good Fight," p. 133.
27. Zahran, "Jordan is Palestine."



O Gen Ex Vincent K. Brooks, Comandante do Exército do Comando do Pacífico, visita uma área de treinamento juntamente com o Gen Ex Xu Fenlin, Comandante da Região Militar Guangzhou, do Exército de Libertação Popular (PLA), durante o 10º Intercâmbio Anual de Controle e de Resiliência de Desastres no Macun Barrack em Haikou, na Província de Hainan, República Popular da China, 18 Jan 15. O evento de cooperação em segurança enfatiza interação e participação ativa lado ao lado com o PLA durante treinamento para assistência humanitária e operações de socorro em situação de calamidade.

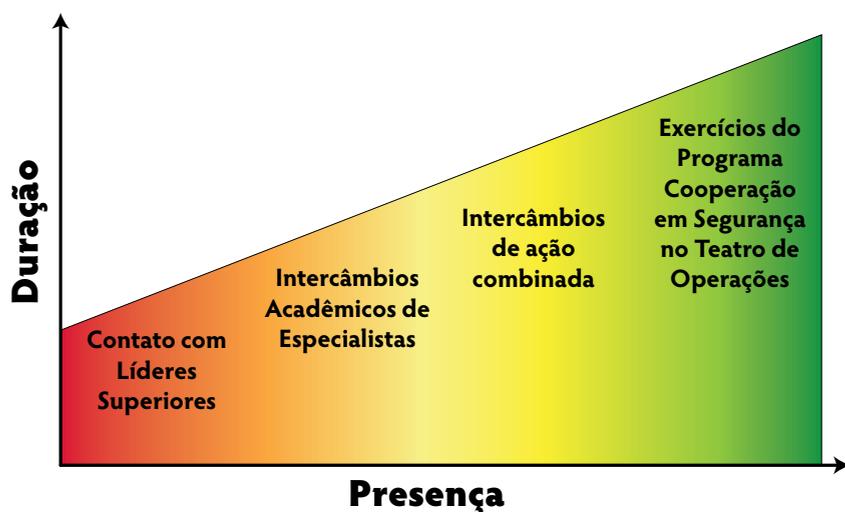
(Maj Lindsey Elder/ Gabinete de Relações Públicas do USARPAC)

# O Exército, Engajamento e o Século de Concentração no Pacífico dos Estados Unidos

Ten Cel Daniel Gibson, Exército dos EUA  
Cap Jon Cheatwood, Exército dos EUA

Considerando que o Oceano Pacífico abrange 63,8 milhões de milhas quadradas de mar aberto, é fácil perder a noção da importância do poder terrestre dos EUA na região. Embora muito tenha sido escrito em anos recentes quanto ao significado do reequilíbrio no Pacífico, muitas autoridades no Exército talvez questionem que papel as suas forças terrestres exercerão nesse teatro de operações estratégico. As forças que se encontram singularmente concentradas correm o risco, atualmente, de cultivar as competências para manobras de armas combinadas às custas das suas capacidades de adequadamente instruir e orientar as forças de nações anfitriãs. Essa perspectiva de alcance limitado pode frustrar os esforços para atingir objetivos estratégicos e operacionais no Pacífico.

Este artigo argumenta que as atividades de Assistência às Forças de Segurança, um subconjunto das iniciativas gerais de cooperação em segurança do Departamento de Defesa, são essenciais na formação do ambiente de segurança na área de responsabilidade do Comando do Pacífico dos EUA (USPACOM, na sigla em inglês). Analisa, também, o teatro de operações estratégico do USPACOM, ao mesmo tempo em que descreve o papel do Exército na cooperação em segurança, apresentando as lições oriundas das missões de assessoria e fazendo recomendações sobre como o Exército deve organizar, adestrar e equipar-se para o seu papel estratégico nesta área de responsabilidade. A Assistência às Forças de Segurança, caso *bem conduzida* na região, possui grande potencial para realizar os objetivos estratégicos dos EUA.



**Figura Espectro de Engajamento**

## Uma Análise do Teatro de Operações Estratégico do USPACOM

A visão do Presidente Barack Obama para um foco renovado na região Ásia-Pacífico ficou evidente durante seu primeiro mandato. Em observações, em novembro de 2001, perante o parlamento australiano, Obama lembrou a audiência que “os Estados Unidos sempre foram e sempre serão, uma nação do Pacífico”<sup>1</sup>. Essa visão foi reforçada na *Estratégia de Segurança Nacional*, de 2015, e na *Revisão Quadrienal da Defesa*, de 2014, do Departamento de Defesa, que descreve o objetivo de “continuar com as contribuições dos EUA ao reequilíbrio da Ásia-Pacífico... uma região que é progressivamente mais central para os interesses políticos, econômicos e de segurança dos EUA”<sup>2</sup>. Os comandantes militares no Pacífico entendem essa orientação e adaptam as forças para satisfazer as exigências estratégicas.

A estratégia do USPACOM esboça a abordagem do comando para a implantação da orientação estratégica de defesa esquematizada em *Sustaining U.S. Global Leadership: Priorities for 21st Century Defense* (“Como Sustentar a Liderança Global dos EUA: As Prioridades para a Defesa no Século XXI”, em tradução livre), sobre a qual a *Revisão Quadrienal da Defesa* é baseada<sup>3</sup>. O Alm Esq Harry B. Harris, Comandante do USPACOM, anota a necessidade de “modernizar e fortalecer alianças e parcerias” como um dos seus princípios orientadores. A sua orientação de comando apresenta, também, uma linha de operações concentrada no fortalecimento das relações como parte do reequilíbrio<sup>4</sup>. Dentro dessa estratégia, o desenvolvimento da capacidade da

nação-parceira para conduzir defesa e prover a dissuasão é um objetivo inerente à cooperação em segurança<sup>5</sup>. Apesar da natureza marítima da região, a cooperação em segurança é conduzida principalmente dentro dos domínios terrestres e humanos, exigindo interações singulares entre exércitos. A capacidade de controlar o domínio terrestre e influenciar o domínio humano são tarefas do componente terrestre<sup>6</sup>. Como o comando do componente terrestre da força conjunta dentro da área de responsabilidade do USPACOM, essas tarefas cabem ao Exército do

Comando do Pacífico (USARPAC, na sigla em inglês). Contudo, o Exército não está adequadamente preparado para contribuir com a consecução dos objetivos no teatro de operações do comandante do USPACOM, em qualquer dos domínios.

Indicativa dessa preparação inadequada é uma força designada que é melhor estruturada para travar a Operação *Desert Storm* do que para executar a cooperação em segurança na região e conduzir o que a Publicação Conjunta 5-0, *Planejamento Operacional Conjunto* (Joint Publication 5-0, *Joint Operation Planning*), designa como “Fase 0, Formar”<sup>7</sup>. Enquanto iniciativas estão em andamento para facilitar a presença avançada por meio de exercícios bilaterais e multilaterais, o desenvolvimento das capacidades de aliados e de nação-parceiras é frequentemente tratado como uma tarefa secundária.

## O Papel do Exército na Cooperação em Segurança

O papel do Exército na cooperação em segurança merece uma análise mais aprofundada. Atualmente, a gama de envolvimento na região engloba atividades que variam desde encontros com líderes superiores até os exercícios do programa de cooperação em segurança no teatro de operações, como representada na figura.

O tempo necessário para encontros individuais com líderes superiores, representado na extrema esquerda do espectro, é relativamente curto. Concentram-se em um público muito pequeno, embora influente, já que há relativamente poucos participantes. Em geral, são oficiais-generais que possuem, tipicamente, a capacidade de formar e aproveitar relações por dois ou três anos antes de mover-se a postos subsequentes. No extremo extremo do espectro são os exercícios do programa de cooperação em segurança do teatro de operações. Esses exercícios duram mais tempo, envolvem muito mais tropas e se concentram no desenvolvimento de relações com públicos muito maiores.

Entre esses dois lados do espectro existem várias atividades que podem facilitar a realização dos objetivos estratégicos dos comandantes do USPACOM. A maioria dessas atividades do meio do espectro se encaixam, geralmente, na categoria de intercâmbios acadêmicos de especialistas ou de intercâmbios de ação combinada<sup>8</sup>. Esses podem ser planejados, coordenados e executados por comandantes intermediários e podem

produzir efeitos duradouros porque as relações estabelecidas devem durar por muito mais tempo, potencialmente uma década ou mais. Essas atividades merecem atuação específica e instrução especializada para os potenciais participantes. Ao se apressar para distanciar-se das operações no Iraque e no Afeganistão, o Exército arrisca a perder as lições aprendidas arduamente sobre a dimensão humana, associadas com o desenvolvimento das relações interpessoais que se aplicam diretamente à execução desses tipos de intercâmbios.

O valor da força aumenta por meio da retenção dessas capacidades e habilidades para o uso futuro. Valer-se dessas lições oriundas das ações no Afeganistão e no Iraque e adaptar uma abordagem de Assistência às Forças de Segurança podem ajudar a vencer na Fase 0 e mitigar a possibilidade de ter de conduzir essas tarefas em um futuro conflito irregular. Consequentemente, seria de alcance limitado cortar o financiamento da instrução da Assistência às Forças de Segurança como uma medida de economia de custos.

## As Lições Aprendidas no Iraque e no Afeganistão

O reequilíbrio para o Pacífico ocorre após desdobramentos no Iraque e no Afeganistão, onde as missões de Assistência às Forças de Segurança foram numerosas e essenciais para as operações. Pesquisas iniciais com o objetivo de verificar se as lições oriundas desses desdobramentos podem ser aplicadas pelos Comandos Combatentes têm ocorrido, até certo ponto. Um relatório da RAND, de 2013, *Leveraging Observations of Security Force Assistance in Afghanistan for Global Operations* (“Aproveitando as Observações de Assistência às Forças de Segurança no Afeganistão para as Operações Globais”, em tradução livre), anota, “Indagar a grande rede de assessores da Assistência às Forças de Segurança e coletar os seus discernimentos é relativamente fácil. A tarefa mais difícil é determinar quais dessas lições aprendidas realmente são implantáveis e sustentáveis para as operações futuras de Assistência às Forças de Segurança”<sup>9</sup>.

Esse relatório propõe muitas conclusões qualitativas com relevância para a condução de operações futuras do Exército. Cabe mencionar que o relatório explora o papel que a alocação de pessoal deve exercer, declarando que, “A moral e o entusiasmo para a missão de assessoria continuarão a ser intimamente vinculados

ao desempenho e aos resultados dos assessores<sup>10</sup>. O relatório mostra, também, o papel que instrução precisa exercer no desenvolvimento de assessores competentes, ressaltando que o tempo e a ênfase colocados no treinamento para tarefas de Assistência às Forças de Segurança são inadequados, em toda a força convencional. O valor dessas conclusões deve ser debatido com mais detalhes entre a liderança do Exército no sentido de serem aplicadas à preparação de forças alinhadas regionalmente.

O esforço do Exército para colher as lições relacionadas a Assistência às Forças de Segurança e para estabelecer os princípios doutrinários levaram à publicação do Manual de Campanha 3-22, *Apoio do Exército à Cooperação em Segurança* (FM 3-22, *Army Support to Security Cooperation*), no início de 2013. Esse manual de campanha contém seções importantes sobre as habilidades que assessores devem desenvolver e o papel que a cultura exerce na assessoria, da mesma forma que o seu predecessor, o já obsoleto Manual de Campanha 3-07.1, *Assistência às Forças de Segurança* (FM 3-07.1, *Security Force Assistance*)<sup>11</sup>. Vários artigos nas publicações do Departamento do Exército, e em outras fontes, fornecem orientação de como esse tipo de assistência pode ser conduzida efetivamente. Essas obras, em adição à doutrina atual, devem moldar como as unidades no Pacífico pensam sobre os seus engajamentos regionais.

Durante a última década, temos visto o renascimento e a evolução da Assistência às Forças de Segurança como um conceito operacional, conforme o Exército definiu como escolher e treinar para esse tipo de missão, no nível institucional. A organização para a assessoria evoluiu desde as equipes de transição militar e das equipes de transição policial até as brigadas de assessoria e de assistência no Iraque. No Afeganistão, as equipes de instrução incorporadas evoluíram para equipes de treinamento em segurança, que depois foram substituídas por equipes e brigadas de Assistência às Forças de Segurança. Atualmente, com o declínio das operações no Iraque e no Afeganistão, o Exército se encontra em uma encruzilhada institucional, semelhante à sua experiência no final da era do Vietnã. Deve se perguntar, “Que nível de comprometimento deve o Exército colocar na missão de Assistência às Forças de Segurança em relação às suas outras responsabilidades?”



Com a redução recente na Academia de Assessores do Exército, no Forte Polk, Louisiana, e com o fechamento do Centro de Guerra Irregular do Exército, a base institucional dos nossos esforços futuros de assessoria está em risco. A falta de conhecimento institucional pode levar unidades a adotarem abordagens ad hoc para a Assistência às Forças de Segurança. Conforme as forças do Exército ficam progressivamente mais engajadas em exercícios multilaterais por todo o Pacífico, parece essencial que essas formações tirem proveito das devidas lições dos conflitos recentes para treinar adequadamente as forças para conduzir a missão de Assistência às Forças de Segurança por todo o teatro de operações.



Fuzileiros Navais dos EUA do 4º Regimento de Fuzileiros navais, Força Rotativa de Fuzileiros - Darwin, conduzem operações baseadas em patrulhas e engajamento em ataques de escalão pelotão, entre 9 e 11 de setembro de 2015, com tropas das Forças Armadas da Sua Majestade de Tonga, da Força de Defesa da Nova Zelândia, do Exército francês da Nova Caledônia e da Guarda Real de Tonga durante o evento culminante do Exercício *Tafakula 15*, na ilha de Tongatapu, Tonga. O desdobramento rotativo de Fuzileiros Navais em Darwin oferece oportunidades de treinamento combinado sem precedentes, como o Exercício *Tafakula*, e melhora a interoperabilidade entre as forças envolvidas.

(Cb Angel Serna/ CFN dos EUA)

## O Emprego da Assistência às Forças de Segurança para Realizar Resultados Estratégicos: O Que é Necessário?

É útil examinar os princípios de organização para a atividade de Assistência às Forças de Segurança antes de apresentar recomendações para consideração pela

força terrestre no Pacífico. Embora a necessidade de possuir uma capacidade contínua para esse tipo de missão seja evidente, o custo de mantê-la pode ser percebido como excessivamente alto. Consequentemente, deve ser avaliada em termos de trocas contra reduções da Força em geral.

Atualmente, o Exército conduz engajamentos com



O CT Zach Feenstra, Oficial de Navegação, ensina técnicas de navegação aos marinheiros da Marinha do Camboja a bordo do USS *Fort Worth*, durante o exercício de Cooperação em Prontidão e Treinamento Embarcado (CARAT, na sigla em inglês), em 17 Nov 15. O CARAT é uma série de exercícios marítimos anuais e bilaterais entre a Marinha dos EUA, os Fuzileiros Navais dos EUA e as forças armadas de nove nações parceiras, incluindo Bangladesh, Brunei, Camboja, Indonésia, Malaia, as Filipinas, Singapura, Tailândia e Timor-Leste.

(Sgt Antonio Turretto Ramos/ Marinha dos EUA)

outras Forças Armadas no Pacífico, empregando uma força pouca especializada em tarefas de Assistência às Forças de Segurança, no entanto, essa força retém a vantagem de possuir muita experiência operacional, derivada dos dez anos desse tipo de missão. No entanto, conforme o tempo passa, a memória institucional do Exército diminui. Novos militares e comandantes ao ingressaram no Exército, a partir de 2015, jamais terão conhecido o que pode ser realizado por meio de uma assistência bem feita, ou os custos de fazê-la deficientemente ou nem sequer fazê-la.

Para lutar contra essa atrofia, o treinamento para as missões de Assistência às Forças de Segurança devem ser conduzidas simultaneamente e em conjunto com outras tarefas essenciais para a missão, apoiando a competência central da manobra de armas combinadas<sup>12</sup>. Assim, os assessores devem ser especialistas no seu ofício antes de poderem adequadamente treinar as

forças de parceiros. Contudo, para as unidades designadas e alinhadas com o USPACOM, as atuais Listas de Tarefas Essenciais para a missão, bem como as alocações de pessoal e as tabelas modificadas de organização e de equipamento devem ser modificados para permitir a implantação ideal da Assistência às Forças de Segurança para apoiar o engajamento do Exército.

É essencial reconhecer o requisito de habilidades nesse tipo de atividade no USPACOM, priorizar e financiar o desenvolvimento de capacidades de maneira apropriada. Para facilitar a priorização e o desenvolvimento de recursos, o Exército e as unidades designadas ao USPACOM devem, também, fazer mudanças institucionais.

No auge das operações no Iraque e no Afeganistão, havia recomendações para a institucionalização dos esforços de assessoria do Exército em um único comando de assessores. Notavelmente, em seu artigo da *Military Review*, de 2008, intitulado “A Institucionalização da

Adaptação: É hora de um Comando de Assessores do Exército”, John Nagl advogou que “em vez de se concentrar exclusivamente em guerras convencionais passíveis de ocorrer ou não no futuro, o Exército talvez pudesse servir melhor à Nação construindo os recursos mais eficazes para vencer as guerras de hoje”<sup>13</sup>. Embora muitas entidades e instituições do USPACOM se concentrem na formação de várias capacidades para a condução de operações tradicionais, ainda não existe uma organização que se concentra na instrução de comandantes e militares até um padrão reconhecido em idiomas, especialização regional e habilidades culturais para um engajamento efetivo com seus homólogos regionais. Para abordar os requisitos do USARPAC, recomendamos as seguintes mudanças:

**Alocação de pessoal para a atividade de Assistência às Forças de Segurança.** As políticas de alocação de pessoal devem ser atualizadas para prover praticantes especialmente treinados às unidades designadas ao USARPAC. As posições devem ser criadas para satisfazer os requisitos no escalão brigada de combate. De forma mais precisa, essas organizações devem ser suplementadas com o acréscimo de células de assessoria. A estrutura da equipe de assessoria deve ser baseada imprecisamente nos conceitos anteriores de alocação de pessoal empregados durante desdobramentos no Iraque e no Afeganistão. Liderada por um oficial superior que já tenha completado a instrução de nível intermediário e o treinamento de assessoria, a célula teria a vanguarda da brigada de combate na área de planejamento e coordenação de treinamento e desdobramentos da assessoria.

Idealmente, integrantes da célula terão servido anteriormente em missões do USPACOM, serão bem qualificados nos vários aspectos linguísticos e culturais da região e terão conduzido o tipo de missões de assessoria que ajudarão a planejar e coordenar. As formações que participam frequentemente nos exercícios regionais precisam de um pequeno grupo de profissionais que são acostumados com a missão de assessoria e entendem a importância de engajar com parceiros dentro da região.

Alinhado com o conceito emergente do Exército para a função de combate de engajamento, o núcleo da célula deve ser a 7ª (informar e influenciar) e a 8ª (Assuntos Civis) seções de brigada de combate autorizadas pela lista de tarefas essenciais para a missão.

**Ênfase na capacidade em idiomas.** Uma segunda prioridade nas células de assessoria deve ser a alocação de indivíduos com idiomas e competências culturais específicos para as suas áreas de operações. Embora o Exército não necessariamente deva enviar todos os militares com proficiência em um idioma específico a uma região onde é falado, faz sentido designar uma certa porcentagem de militares norteamericanos com habilidades linguísticas e, talvez, tradições culturais das Filipinas, do Japão e de outras áreas apropriadas a unidades dentro do USARPAC.

Ao analisar quais línguas as unidades designadas aos comandos do USARPAC devem identificar como uma base para a alocação de pessoal, é útil começar com os idiomas dos aliados de tratado, i.e., japonês, coreano, tagalo (para as Filipinas) e tailandês. O chinês mandarim, também, provavelmente se provará ser valioso. A ampliação dos idiomas de competência cultural da região, por meio de alocação de pessoal, irá, sem dúvida, melhorar a cooperação em segurança na área de responsabilidade do USPACOM.

**A seleção e o reconhecimento apropriado para as designações de Assistência às Forças de Segurança.** Nem todos possuem a personalidade ou a aptidão para os deveres de assessoria. Portanto, as organizações devem escolher indivíduos que possuem as características compatíveis com a gama de missões de Assistência às Forças de Segurança e depois dedicar o tempo para instruir esses militares para tal. Além disso, o preconceito que o Exército viu contra os postos de Assistência às Forças de Segurança e os oficiais designados para a assessoria, durante a última década, terá de ser abordado pelos comandantes em todos os escalões, desde o início. Frequentemente, assessores eram considerados menos favoravelmente do que aqueles atuando em papéis tradicionais de combate. Um sistema de identificação, instrução e administração deve ser estabelecido para garantir que os devidos indivíduos estejam atraídos, selecionados e recompensados pelos seu serviço, de acordo com as suas contribuições para a realização dos efeitos desejados de engajamento.

Além disso, considerando que a instrução de assessoria por agências externas já foi reduzida, o USARPAC deve buscar desenvolver seu próprio curso ou uma “academia de assessores”, talvez ao utilizar o Centro Ásia-Pacífico para Estudos de

Segurança (APCSS, na sigla em inglês) como o centro de estudos regionais centradas na Ásia-Pacífico, do Departamento de Defesa, que especializa pessoal no desenvolvimento e na formação de líderes. Especificamente, oficiais designados para posições de Assistência às Forças de Segurança devem assistir ao Curso Avançado de Cooperação em Segurança do APCSS, no início do seu posto. O curso exporia esses oficiais a uma rede de mais de cem líderes internacionais de até 40 países do Ásia-Pacífico e estabeleceria relações que podem ser utilizadas durante o seu desdobramento, de fato, por toda a sua carreira.

Além dos cursos externos, as unidades devem desenvolver os seus próprios cursos. Um exemplo de onde isso pode ocorrer seria na Lightning Academy (*Academia Relâmpago*) da 25ª Divisão de Infantaria e especificamente, no Lightning Leader Course (*Curso Relâmpago para Líderes*). Esse curso recém-desenvolvido visa formar oficiais subalternos e graduados que tomarão parte em engajamentos regionais durante o tempo em que estiverem designados ao USARPAC. Esses cursos devem evoluir para treinar as habilidades necessárias para a missão de Assistência às Forças de Segurança.

**As políticas de alocação de pessoal.** Por último, as unidades no Pacífico devem buscar estender o tempo que militares são designados para a região. O perfil de engajamento do USARPAC está cheio de unidades executando vários exercícios com parceiros de nação-anfitriã anualmente. O Exército deve considerar se a política atual de um rodízio máximo de 36 meses, executados por certas forças designadas para o USARPAC, é necessária. Outro meio de manter o conhecimento institucional seria o desenvolvimento de um sistema que tenha por objetivo realocar indivíduos consecutivamente dentre as unidades do USARPAC. Para aproveitar as lições aprendidas dos exercícios regionais visados para desenvolver e reforçar melhor relações com as forças de parceria, militares designados para um comando combatente, na função de assessoria, devem ter rodízios de utilização mais prolongados.

## Treinamento para um Papel de Assessoria no Pacífico

A alocação das pessoas certas é efetiva apenas se esses indivíduos são devidamente treinados para

vencer nas missões de Assistência às Forças de Segurança. O Exército dos EUA descreve a distinção entre treinamento para missões tradicionais de ação decisiva e o treinamento para o emprego de forças alinhadas regionalmente. “Instrução focada na lista padrão de tarefas essenciais para a missão para as Operações Terrestres Unificadas prepara as nossas forças para que possam se distinguir durante as fases ‘obter a iniciativa’ e ‘dominar’ de uma operação. A instrução focada nas forças alinhadas regionalmente — em particular idiomas, especialização regional e habilidades culturais — combinada com treinamento em habilidades de assessoria e de assistência, prepara as forças do Exército para as fases ‘formar’ e ‘dissuadir’ de uma operação”<sup>14</sup>. Essa orientação, extrapolada além das forças alinhadas regionalmente e aplicada às forças subordinadas e atrelada com a ênfase do Comandante do USPACOM nas tarefas da Fase 0, aponta para a necessidade de adestrar forças designadas a e alinhadas para o USARPAC para administrar as complexidades da Assistência às Forças de Segurança na área de responsabilidade.

Os exercícios regionais com parceiros no Pacífico terão êxito apenas se as unidades considerarem o requisito para adestrar para a Assistência às Forças de Segurança como uma operação decisiva. Ao prover orientação a unidades sobre as prioridades de treinamento, as atividades de assessoria são registradas dentro da tarefa essencial de “Conduzir operações de estabilização” como uma subtarefa encaixada no grupo de tarefas “Coordenar serviços essenciais para a nação anfitriã”<sup>15</sup>.

Apesar dessa formalização, muitas brigadas de combate por todo o Exército têm assumido risco ao abster-se de fomentar essas habilidades de assessoria e, em vez disso, concentrar na reciclagem e desenvolvimento das tarefas principais de *combate*. Essa concentração é principalmente justificada conforme restauramos e revitalizamos nossas competências convencionais centrais. Contudo, dentro do USPACOM, a probabilidade de executar algum tipo de missão de assessoria é quase certa e portanto, merece a devida atenção. Assim, as unidades precisam buscar um equilíbrio para obter e preservar a proficiência nas tarefas de assessoria ao mesmo tempo que mantêm as competências centrais relacionadas ao combate.

## O Equipamento e o Apoio às Equipes Expedicionárias

Outro fator crítico para consideração é como melhor equipar e apoiar os elementos de Assistência às Forças de Segurança no USPACOM. Apesar das limitações orçamentárias, o equipamento e o apoio às formações conduzindo vários esforços regionais não podem ser subvalorizados. Um dos primeiros fatos simples é que as unidades precisam de equipamento adaptado para a área operacional que irão adentrar. Por exemplo, as formações do Pacífico precisam ser equipadas para vencer em ambientes de selva. As prioridades de aquisição da unidade devem, dentro das limitações orçamentárias, distribuir equipamento que garantirá que as pequenas unidades prestes a se desdobrarem podem efetivamente apoiar exercícios por todo o Pacífico.

O processo atual para financiar esse tipo de missão é extremamente burocrático e não é responsivo às necessidades variáveis e emergentes. Portanto, o USPACOM deve considerar a implantação de um mecanismo de financiamento semelhante com o Programa de Resposta de Emergência do Comandante empregado durante a Operação *Iraqi Freedom*. Isso capacitaria as unidades operacionais a financiar atividades e iniciativas emergentes e urgentes, bem como ter financiamento facilmente disponível para apoiar às operações dentro das nações parceiras.

Um maior e abrangente aspecto do apoio se baseia em como o USARPAC deve conduzir o apoio durante exercícios regionais por todo o Pacífico. Atualmente, as unidades enviam e recebem equipamento a partir de sua sede quando participam em um exercício. No exercício *Pacific Pathways*, de 2014, do USARPAC, os equipamentos foram transportados em “navios pilotados por terceirizados”, que é um meio ineficiente de apoiar às forças<sup>16</sup>.

Embora o programa *Pacific Pathways* continue a evoluir, o padrão “Darwin” do Corpo de Fuzileiros Navais (CFN) dos EUA pode ser útil como molde para o desenvolvimento de modelos de apoio futuros do Exército. Esse modelo, atualmente na sua infância, proporciona aos elementos do CFN uma base de apoio que pode ser aproveitada em apoio aos exercícios de cooperação em segurança. O Exército pode buscar utilizar o Camp Zama, no Japão, como nóculo logístico em apoio aos exercícios regionais ao construir conjuntos de equipamento e de apoio à força nesse lugar, a partir do qual as unidades podem valer-se enquanto estão em trânsito para outras nações.

## Conclusão

O Exército continuará a participar de vários exercícios em apoio ao objetivo do USPACOM de formar o teatro de operações. Para fazer isso efetivamente, as unidades do Exército devem adotar a mentalidade de Assistência às Forças de Segurança. A devida alocação de pessoal e o adestramento de formações para assessorar não serão fáceis — exigirão mudanças institucionais dentro do Exército dos EUA e das outras Forças Singulares. Não obstante, essas mudanças permitirão que as equipes que se preparam para fazer parceria com forças em toda a área de responsabilidade do USPACOM possam aproveitar o tempo que têm juntos para realizar os objetivos estratégicos nacionais da Fase 0. ■

*As ideias e opiniões expressas neste artigo são do autor e não refletem as posições ou políticas oficiais da RAND Corporation, do Departamento de Defesa, do Exército ou de quaisquer outros órgãos do governo dos EUA.*

*Ten Cel Daniel Gibson, do Exército dos EUA, serve atualmente na 82ª Divisão Aeroterrestre. É mestre em Ciências Militares pela Marine Corps University e bacharel pelo Virginia Military Institute. Postos recentes incluem serviço como bolsista do Fellowship de Pesquisa do Exército com a RAND Corporation no Arroyo Center em Santa Monica, na Califórnia, e a função de Oficial da 3ª Seção de Brigada de Combate, da 25ª Divisão de Infantaria.*

*Cap Jon Cheatwood, do Exército dos EUA, é estudante de pós-graduação em Direito e Diplomacia na Fletcher School, da Tufts University. É bacharel pela Academia Militar dos EUA e recentemente foi designada à 25ª Divisão de Infantaria.*

## Referências

1. Barack Obama, "Remarks By President Obama to the Australian Parliament," Canberra, Australia, 17 Nov. 2011, acesso em: 9 jul. 2015, <https://www.whitehouse.gov/the-press-office/2011/11/17/remarks-president-obama-australian-parliament>.
2. Office of the Secretary of Defense, *Quadrennial Defense Review 2014* (Washington, DC: U.S. Department of Defense, 2014), p. VIII, acesso em: 9 jul. 2015, [http://archive.defense.gov/pubs/2014\\_Quadrennial\\_Defense\\_Review.pdf](http://archive.defense.gov/pubs/2014_Quadrennial_Defense_Review.pdf).
3. Barack Obama, *National Security Strategy*, (Washington, DC: Office of the President of the United States, February 2015); Department of Defense, *Sustaining U.S. Global Leadership: Priorities for 21st Century Defense*, January 2012, website do Departamento de Defesa, acesso em: 9 jul. 2015, [http://www.defense.gov/news/Defense\\_Strategic\\_Guidance.pdf](http://www.defense.gov/news/Defense_Strategic_Guidance.pdf).
4. Harry B. Harris, "USPACOM Command Guidance," website do U.S. Pacific Command, acesso em: 8 nov. 2015, <http://www.pacom.mil/Portals/55/Documents/USPACOM%20Mission%20Vision%20Guiding%20Principles.pdf>.
5. Field Manual (FM) 3-22, *Army Support to Security Cooperation* (Washington, DC: U.S. Government Printing Office [GPO], 2013), p. 1-10.
6. Vincent Brooks e Charlie Kim, "U.S. Army Pacific Makes Major Moves to Face Regional Challenges," *Army*, 1 Apr. 2014, p. 33.
7. Joint Publication 5-0, *Joint Operation Planning* (Washington, DC: U.S. GPO, 2011), p. xxiii.
8. Os intercâmbios de ação combinada (*Agreed-to-action exchanges*) são trocas de pessoal entre unidades, onde os parceiros utilizam áreas de adestramento e recurso disponíveis para conduzir treinamento combinado de pequenas unidades que capacitam militares e comandantes a validarem sistemas e táticas compartilhados. Segundo o plano, geralmente são executados sob a autoridade do Programa de Intercâmbio de Unidades Recíprocas, como esboçado no Panfleto do Exército 11-31, *Manual de Cooperação em Segurança do Exército* (DA Pamphlet 11-31, *Army Security Cooperation Handbook*), (Washington, DC: U.S. GPO, 6 February 2015), p. 37.
9. Leslie A. Payne e Jan Osburg, *Leveraging Observations of Security Force Assistance in Afghanistan for Global Operations* (Santa Monica, CA: RAND Arroyo Center, 2013), p. 29.
10. *Ibid.*, p. 12.
11. FM 3-22, *Army Support to Security Cooperation*; FM 3-07.1, *Security Force Assistance* (Washington, DC: U.S. GPO, 1 May 2009).
12. Daniel Marston, "Lost and Found in the Jungle," Hew Strachan, ed., *Big Wars and Small Wars: The British Army and the Lessons of War in the 20th Century* (New York: Routledge, 2006), p. 84. Marston fornece um bom exemplo de quão rápido as lições aprendidas podem ser esquecidas. Ele discute o esforço inacreditável de transformar o Exército Indiana Britânico (Maio de 1942 até Junho de 1943) para lutar na selva contra os japoneses. Inverteu a maré entre 1944 e 1945 e chegou a ser a melhor treinada organização combate silvestre no mundo, na época. Três anos depois, no início da Emergência Malaia em 1948, as lições aprendidas tinham sido perdidas, em grande medida.
13. John Nagl, "Institutionalizing Adaptation: It's Time for an Army Advisor Command," *Military Review* (September-October 2008): p. 88. Para a versão em português, veja, John Nagl, "A Institucionalização da Adaptação: É hora de um Comando de Assessores do Exército", Edição Brasileira da *Military Review* (Janeiro-Fevereiro 2009): p. 29. Consulte, também, Michael D. Jason, "Integrating the Advisory Effort in the Army: a Full-Spectrum Solution," *Military Review* (September-October 2008): p. 27.
14. "U.S. Army Forces Command Regionally Aligned Forces (RAF) Training Requirements EXORD," website da Army Training Network, 11 Feb. 2014, acesso em: 27 set. 2014, [https://atn.army.mil/dsp\\_template.aspx?dplID=458](https://atn.army.mil/dsp_template.aspx?dplID=458) (exige um "common access card" [CAC], um cartão inteligente do Departamento de Defesa).
15. "HQDA Standardized METL: Infantry Brigade Combat Team (IBCT)," website da Army Training Network, accessed 7 December 2015, <https://dtms.army.mil/FSO/> (exige um "common access card" [CAC], um cartão inteligente do Departamento de Defesa).
16. Paul McLeary, "Army's New Pacific Pathway: New Tactics, Lessons Learned," *Defense News*, 13 Oct. 2014, acesso em: 9 jul. 2015, <http://www.defensenews.com/article/20141013/SHOWSCOUT04/310130028/Army-s-Pacific-Pathways-New-Tactics-Lessons-Learned>.
17. Megan Eckstein, "Marines Testing Operating from Foreign Ships, Near-Forgotten Platforms to Bring Units Back to Sea," website da USNI News, 23 Jun. 2015, acesso em: 12 nov. 2015, <http://news.usni.org/2015/06/23/marines-testing-operating-from-foreign-ships-near-forgotten-platforms-to-bring-units-back-to-sea>.



Uma rua apinhada típica de Mumbai, capital do Estado indiano de Maharashtra e cidade mais densamente povoada da Índia, 31 Jan 06. Embora a língua oficial de Mumbai seja o marathi, são utilizados 16 idiomas principais em toda a cidade, além de vários dialetos e derivados pidgin (mistura de línguas).

(Foto de Hitesh Ashar via Wikimedia Commons)

# As Operações Militares em Megacidades

## Uma Perspectiva Linguística

Jeff R. Watson

O desafio de conduzir futuras operações militares dentro de megacidades (cidades com populações de mais de 10 milhões de habitantes) consiste em entender as complexidades dinâmicas e multidimensionais dessas áreas urbanas. Quer sejam voltadas ao combate quer não, as operações militares em megacidades serão semelhantes às

conduzidas em outros ambientes urbanos, mas serão complicadas por fatores exclusivos de seu ambiente<sup>1</sup>, que incluem a expansão geográfica, o volume e densidade populacional, a diversidade sociocultural e socioeconômica, os desafios relativos à governança, diferentes qualidades de infraestrutura e a (inter) conectividade regional e global.



O modelo analítico proposto pelo Chefe de Estado-Maior do Grupo de Estudos Estratégicos (*Strategic Studies Group — SSG*) do Exército dos Estados Unidos da América (EUA) oferece uma base sólida para o estudo das diversas dimensões das megacidades a partir de uma perspectiva militar<sup>2</sup>. Assim, as megacidades são ambientes complexos e dinâmicos, que exigem uma visão holística de suas partes inter-relacionadas. Para incentivar um “novo pensamento” e “concentrar esforços”, o SSG identifica cinco componentes centrais (contexto, escala, densidade, conectividade e fluxo), que ajudam a considerar as megacidades como sistemas fracamente, moderadamente ou extremamente integrados.

Ainda que esse enfoque incentive, acertadamente, uma abordagem holística para a análise das megacidades, há um elemento notadamente ausente do modelo sugerido: o idioma. Embora esse aspecto do terreno humano possa estar implícito no componente “contexto”, a diversidade linguística das megacidades terá implicações para vários componentes desse modelo, incluindo contexto, conectividade, escala e fluxo. Este artigo discutirá as características linguísticas dinâmicas das megacidades e como um entendimento desse panorama linguístico pode ajudar a visualizar as futuras operações militares e a aplicar o modelo sugerido.

## Características Multilíngues das Megacidades

Antes de mais nada, as megacidades são, predominantemente, multilíngues. Embora se possa dizer o mesmo das cidades grandes em geral, a escala do multilinguismo nas megacidades amplia seus efeitos. Por exemplo, em Nova York — uma megacidade metropolitana com mais de 18 milhões de habitantes —, nove idiomas estrangeiros são falados por comunidades de cem mil pessoas ou mais<sup>3</sup>. A língua também exerce um papel em determinar a identidade de um indivíduo e a comunidade linguística mais ampla em que ele decide viver. Por exemplo, a maioria dos falantes de russo em Nova

York costuma morar no sul do Brooklyn e em Staten Island, ao passo que os falantes de chinês tendem a concentrar-se em Manhattan e Sunset Park<sup>4</sup>. Nas megacidades, o idioma, a cultura e o contexto regional caminham de mãos dadas, indo, muitas vezes, além de identidades étnicas<sup>5</sup>.

Para compreender, plenamente, o contexto de uma megacidade, precisamos entender o papel das línguas utilizadas em suas comunidades. Como as comunidades linguísticas interagem nas megacidades? Que tensões são geradas pelas várias comunidades linguísticas no espaço urbano? Que papel o idioma desempenha nas estruturas de poder (governamentais ou não) das megacidades? Que desafios são gerados pelo multilinguismo na coleta e disseminação de informações, na prestação de assistência social ou na resposta a desastres?

Embora não possa responder, completamente, a todas essas perguntas, este artigo demonstrará por que o panorama linguístico das megacidades constitui uma consideração importante para os decisores do segmento militar.

## Além da Política Linguística

A implementação de uma política de língua oficial permite que um país regule qual idioma ou idiomas utilizará para interagir com seus habitantes. Embora essas políticas possam proporcionar informações úteis sobre o ambiente linguístico dentro de um país, isso geralmente não basta para que se possa compreender, totalmente, o multilinguismo próprio de uma megacidade.

Os idiomas oficiais da Índia são, por exemplo, o hindi (principal) e o inglês (secundário)<sup>6</sup>. Contudo, em Mumbai, uma megacidade costeira com uma população metropolitana de mais de 21 milhões de habitantes espalhados em uma área de cerca de 600 km<sup>2</sup>, o marathi serve como uma terceira língua oficial<sup>7</sup>. Para muitos em Mumbai, o marathi, idioma nativo do Estado de Maharashtra, é falado em casa, ao passo que o inglês e o hindi são, frequentemente, ensinados apenas como segundas línguas, podendo ou não ser utilizados oficialmente<sup>8</sup>. Além disso,



conforme mais e mais indianos migram para Mumbai, vão levando consigo seus idiomas regionais, transformando a cidade em um microcosmo do multilinguismo indiano.

Portanto, na Índia, o multilinguismo deve ser assumido não apenas em um plano abstrato, mas também no administrativo. A figura 1 apresenta uma representação gráfica dos diversos grupos linguísticos do país. Para responder ao desafio, a constituição indiana o divide, administrativamente, em Estados etnolinguísticos, conferindo a cada um deles a liberdade de acrescentar sua própria língua regionalmente significativa à lista das oficiais, institucionalizando, assim, os idiomas regionais na identidade nacional indiana<sup>9</sup>.

## Consideração do Idioma para a Preparação Pré-desdobramento

Quer as operações militares nas megacidades se concentrem na busca de Inteligência, quer na resposta a desastres, quer no combate, será preciso interagir com habitantes pertencentes a comunidades de diferentes línguas regionais a fim de estabelecer os relacionamentos necessários para o êxito da missão. Reconhecer as línguas regionais existentes em uma megacidade terá implicações práticas para a criação de um treinamento pré-desdobramento adequado de familiarização linguística e cultural, identificação de capacidades de apoio a distância e formação de um quadro efetivo de intérpretes das Forças Armadas e do país anfitrião.

## Idioma e Estruturas de Poder

O idioma também desempenha um papel nas estruturas de poder que operam e exercem influência dentro e entre as comunidades linguísticas nas megacidades. Uma análise sobre como essas estruturas de poder (ex.: organizações governamentais, educacionais, religiosas, tribais ou sociais) operam e interagem dentro das comunidades de uma megacidade pode revelar os desafios operacionais que o Exército talvez enfrente nesses ambientes.

Por exemplo, em Lagos, na Nigéria, outra megacidade costeira onde o inglês é a língua oficial, muitos habitantes falam ioruba, idioma nativo com fortes laços históricos e culturais com a região<sup>10</sup>. Embora o inglês seja utilizado oficialmente por organizações governamentais e educacionais, não falar ioruba é algo malvisto por muitos<sup>11</sup>. As organizações religiosas em

Lagos também promovem o uso de línguas nativas, com alguma influência dos principais idiomas estrangeiros ligados a cada religião (ex.: o árabe no caso de grupos islâmicos e o inglês entre os grupos cristãos)<sup>12</sup>.

Em muitas megacidades, o contato entre diversos idiomas dentro do espaço urbano produz desafios únicos para as estruturas de poder. Em Lagos e em Mumbai, megacidades situadas em países com o que podem ser consideradas economias em desenvolvimento, grande parte de seu crescimento se deve à migração interna no país. Como as línguas que entram em contato nessas megacidades são semelhantes (consistindo, muitas vezes, em dialetos de uma ou mais línguas regionais), há um grande aprendizado mútuo desses idiomas<sup>13</sup>. Entretanto, em Nova York — uma megacidade extremamente integrada, de um país com uma economia bem desenvolvida —, uma porcentagem consideravelmente maior de crescimento advém da imigração<sup>14</sup>. Isso levou a um multilinguismo mais variado. Em consequência, as estruturas de poder precisam se esforçar mais para assegurar a cooperação entre e junto aos grupos linguísticos. Organizações sociais, como o Shorefront Community Center, em Brighton Beach, uma grande comunidade de falantes de russo no sul de Brooklyn, ou o Chinese Community Center, em Manhattan, fornecem acesso a serviços e assistência nos respectivos idiomas para aqueles que tenham baixa proficiência no inglês<sup>15</sup>.

Além disso, essas organizações servem, muitas vezes, como elos vitais entre as comunidades linguísticas e as organizações governamentais locais e federais. O Centro de Recuperação do Sul de Brooklyn, estabelecido pela Agência Federal de Gestão de Emergências (*Federal Emergency Management Agency — FEMA*) após o furacão Sandy, foi instalado dentro do Shorefront Community Center e se apoiou em seus conhecimentos especializados para coordenar a resposta ao desastre junto à comunidade de língua russa<sup>16</sup>.

Observa-se um outro exemplo de parceria entre governo e organizações públicas no Departamento de Polícia da Cidade de Nova York (*New York City Police Department — NYPD*), que, há pouco tempo, reconheceu, formalmente, a Associação de Policiais Russo-Americanos (*Russian-American Officers Association — RAOA*) como uma de ordens fraternas<sup>17</sup>. O NYPD, que reconheceu 31 organizações

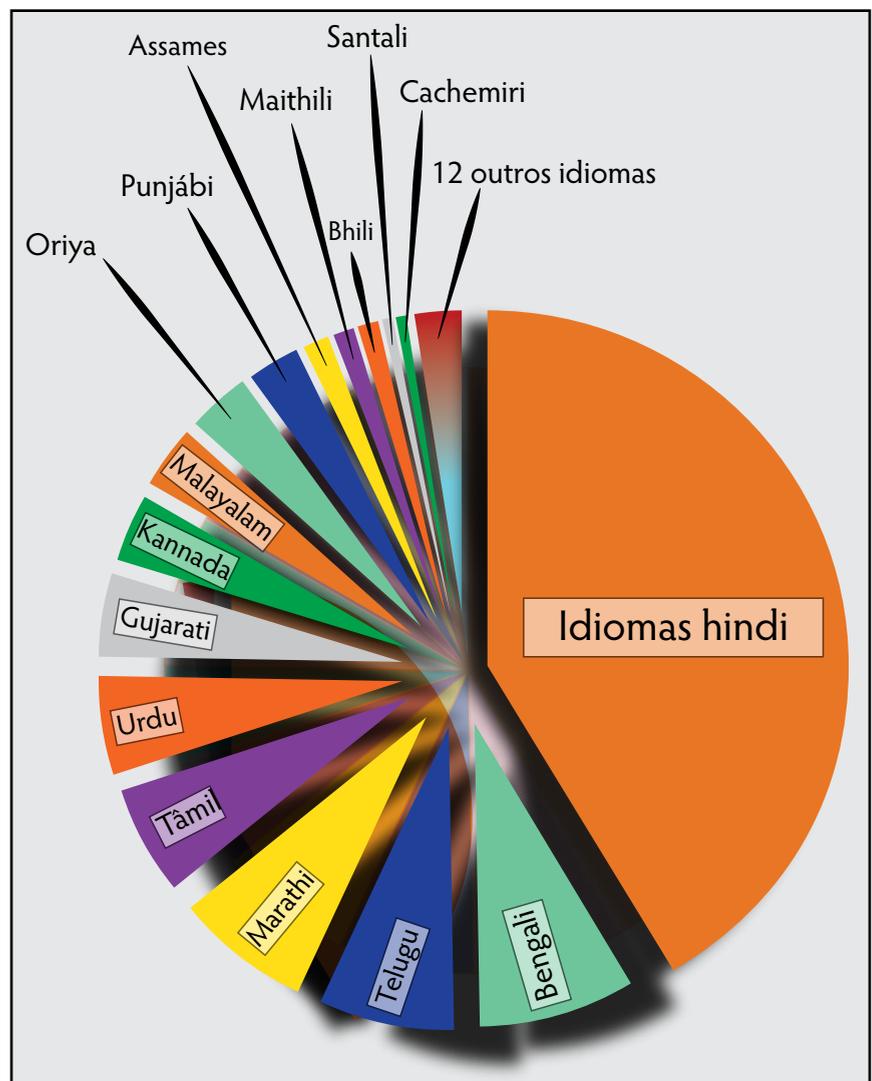
desse tipo, apoia-se na RAOA para se comunicar com a comunidade de falantes de russo e “promover a cooperação com os órgãos de segurança pública”<sup>18</sup>.

Entender como as estruturas de poder operam dentro das megacidades pode fornecer informações vitais para os decisores militares. Embora seja importante conhecer as áreas administrativas oficiais de uma megacidade (os cinco distritos de Nova York, as 16 áreas governamentais locais de Lagos ou as 23 divisões municipais de Mumbai), é igualmente fundamental identificar onde as comunidades linguísticas estão localizadas em relação a elas. Isso contribuirá para o estabelecimento de parcerias efetivas com as estruturas de poder relevantes (governamentais ou não) nos vários níveis da sociedade de uma megacidade<sup>19</sup>.

## Língua, Conectividade e Fluxo de Informações

O modo pelo qual a energia e os materiais fluem através das megacidades é um aspecto importante para a compreensão de seu metabolismo. Além desses bens físicos, o fluxo de informações pode revelar o possível grau de conexão e integração de uma megacidade. As informações fluem bem entre as estruturas de poder e seus públicos? Como são compartilhadas dentro e entre as comunidades? Qual é o papel das mídias sociais e de massa? Qual é o grau de acesso às tecnologias de comunicação (ex.: celulares, computadores, internet)?

No âmago dessas questões estão as práticas linguísticas e de comunicação dentro de uma megacidade. O fluxo multilíngue de informações de uma megacidade pode ser um dado difícil de analisar, especialmente a distância. Ainda que dados estatísticos sobre o uso de telecomunicações móveis e a ampliação da cobertura de internet de banda larga possam ser utilizados



(Dados do Censo Nacional Indiano (2001) via Mapsofindia.com)

**Figura 1 – Grupos Linguísticos na Índia**

para discutir o fluxo geral de informações, eles não oferecem um grande entendimento sobre o caráter multilíngue dos fluxos através dessas redes. O uso de idiomas na televisão, rádio ou veículos da imprensa, assim como a proliferação e a utilização de mídias sociais em megacidades selecionadas, pode ser mais revelador.

A título de ilustração, em Mumbai, a mídia impressa é publicada em hindi, marathi, inglês e outros idiomas locais. O número de leitores das fontes de notícias em hindi e outros idiomas locais é maior que os de veículos da mídia em inglês<sup>20</sup>. Por outro lado, em Lagos, as notícias impressas são, em geral, publicadas em inglês<sup>21</sup>. As estações de rádio e televisão de ambas as cidades também transmitem em vários idiomas.

# Idiomas do *Twitter* em Nova York

8,5 milhões de tuítes Jan 2010-Fev 2013

Inglês: 8.071.571

Espanhol: 228.534

Português: 47.646

Japonês: 28.330

Russo: 21.324

Coreano: 20.865

Francês: 19.034

Árabe: 17.072

Italiano: 10.278

Turco: 8.698

**Figura 2 – Dez Idiomas Mais Comuns na Cidade de Nova York, Mapeados com Base no Site *Twitter***

(Ilustração de James Cheshire)

Curiosamente, em Lagos, enquanto a mídia impressa apresenta um forte foco no inglês, as estações de rádio parecem variar o idioma de transmissão, mostrando um foco mais forte nos idiomas regionais<sup>22</sup>.

Além disso, nos últimos anos, o site *Twitter*, a popular rede social de microblogues, tornou-se uma poderosa ferramenta sociolinguística para analisar a dinâmica e o fluxo linguístico urbano. Os tuítes podem ser postados em praticamente qualquer idioma e georreferenciados com a localização geográfica do usuário. Até a presente data, os estudos linguísticos sobre o *Twitter* variaram do mapeamento de línguas no mundo à identificação dos idiomas predominantes em ambientes urbanos<sup>23</sup>.

Segundo a firma de pesquisa de mercado SemioCast, quatro das cinco cidades mais ativas no

*Twitter* são megacidades: Jacarta, Tóquio, São Paulo e Nova York<sup>24</sup>. Ainda que isso possa estar relacionado à grande população dessas cidades, esses dados talvez ofereçam, também, alguma informação útil sobre a conectividade da megacidade (tanto local quanto globalmente). Como nem Mumbai nem Lagos foram incluídas na lista das primeiras vinte da SemioCast, seria interessante verificar a correlação entre atividade no *Twitter* e acesso à internet ou celulares nessas cidades. Além disso, o recurso de geolocalização do *Twitter*, aliado ao reconhecimento automático do idioma, também pode fornecer informações sobre o ambiente de comunicação multilíngue das megacidades<sup>25</sup>. Segundo um estudo realizado pelo Centre for Advanced Spatial Analysis, os usuários nova-iorquinos tuitaram em 36 idiomas

diferentes em um período de três anos<sup>26</sup>. Utilizando georreferências (*geotags*) embutidas nos tuítes, os pesquisadores os sobrepueram (codificando por cor os dez idiomas mais comuns) a um mapa da cidade (veja a figura 2)<sup>27</sup>. Esses dados não apenas mostram a geografia linguística da cidade de Nova York, como também fornecem informações sobre a densidade de idiomas em pontos de acesso de comunicação (ex.: distrito dos teatros de Manhattan).

## Considerações Estratégicas do Mapeamento Linguístico

Um claro entendimento dos fluxos de informações multilíngues dentro de uma megacidade ajudará os decisores militares a compreender melhor como as comunidades linguísticas preferem receber e compartilhar informações. Esses dados fornecerão informações sobre como comunicar mais efetivamente com forças amigas ou interromper e manipular as comunicações de forças inimigas. Os agentes de busca e analistas de Inteligência podem utilizar esses dados para concentrar e avaliar suas iniciativas. Os operadores de infraestrutura e logística podem utilizar esses dados para entender melhor outros dados sobre fluxos, como os de energia e de suprimentos.

## Conclusão

O ambiente complexo e dinâmico das megacidades é complicado ainda mais pelo panorama linguístico igualmente complexo nelas presente. Como parte do contexto cultural e regional das megacidades, o idioma afeta vários componentes de uma abordagem holística quanto a seu estudo. Em comparação às características multilíngues de outras cidades grandes, a escala do multilinguismo e seus efeitos nas megacidades exige particular atenção. Embora o panorama linguístico de cada megacidade seja diferente, os processos mais amplos descritos neste artigo podem servir como um ponto de partida para estudos adaptados a megacidades individuais.

De operações de contrainsurgência e busca de Inteligência à infraestrutura e resposta a desastres, as operações militares serão afetadas pelo singular ambiente operacional multilíngue das megacidades. Quer se trate de estabelecer relacionamentos efetivos com forças e estruturas de poder estratégicas, quer de minimizar tensões etnolinguísticas entre as comunidades de uma megacidade, quer de utilizar as práticas de comunicação existentes para nossa vantagem, o Exército dos EUA se beneficiará de um entendimento mais profundo do panorama linguístico das megacidades. ■

*Jeff Watson, Ph.D., é professor catedrático de Linguística e Aquisição de Línguas no Centro de Línguas, Culturas e Estudos Regionais da Academia Militar de West Point, Estado de Nova York. Tem os títulos de mestre no ensino de idiomas estrangeiros pelo Middlebury Institute of International Studies em Monterey e de doutor em Teoria Sociocultural e Aquisição de Segunda Língua pelo Bryn Mawr College. Além de lecionar Linguística e Russo em West Point, Watson conduz pesquisa aplicada em campos relacionados a línguas, conhecimentos regionais e cultura em contextos acadêmicos e militares.*

## Referências

1. James Howcroft, "Intelligence Challenges in Urban Operations", *Small Wars Journal* 10(7) (20 July 2014), acesso em 4 nov. 2015, <http://smallwarsjournal.com/jrnl/art/intelligence-challenges-in-urban-operations>.

2. Michael Bailey et al., "A Proposed Framework for Appreciating Megacities: A US Army Perspective", *Small Wars Journal* 10(4) (21 April 2014), acesso em 28 out. 2015, <http://smallwarsjournal.com/jrnl/art/a-proposed-framework-for-appreciating-megacities-a-us-army-perspective-0>.

3. Andy Kiersz, "Here's the Most Commonly Spoken Language

in Every New York Neighborhood That Isn't English or Spanish", *Business Insider*, 6 August 2014, acesso 28 out. 2015, <http://www.businessinsider.com/nyc-non-english-language-maps-2014-8>; "New York-Languages", City-Data website, acesso em 28 out. 2015, <http://www.city-data.com/states/New-York-Languages.html>.

4. Kiersz, "Most Commonly Spoken Language"; New York City Department of City Planning, "The Newest New Yorkers: Characteristics of New York's Foreign Born Population", City of New York website, December 2013, acesso em 28 out. 2015, [http://www.nyc.gov/html/dcp/pdf/census/nny2013/nny\\_2013.pdf](http://www.nyc.gov/html/dcp/pdf/census/nny2013/nny_2013.pdf).

5. David D. Laitin, *Identity in Formation: The Russian-Speaking Populations of the New Abroad* (Ithaca, NY: Cornell University Press, 1998).
6. B. Mallikarjun, "The Evolution of Language Laws in Post-Independence India: A Monograph", *Language in India* 12 (9 September 2012): p. 39, acesso em 28 out. 2015, <http://www.languageinindia.com/sep2012/mallikarjunlanguagemonographfinal.pdf>.
7. Ibid., p. 43; Rahul Bedi, "Bombay Abandons English and Hindi in Favor of Local Language", *The Telegraph*, 4 August 2008, acesso em 28 out. 2015, <http://www.telegraph.co.uk/news/world-news/asia/india/2498679/Bombay-abandons-English-and-Hindi-in-favour-of-local-language.html>.
8. Pushpa Pai, "Multilingualism, Multiculturalism and Education: Case Study of Mumbai City", *ISB4: Proceedings of the 4th International Symposium on Bilingualism*, eds. James Cohen et al. (Somerville, MA: Cascadilla Press, 2005): p. 1794-1806.
9. B. Mallikarjun, "The Evolution of Language Laws"; Papiya Sen Gupta, "Linguistic Diversity and Economic Disparity: An Issue for Multiculturalism in India", *The International Journal of Diversity in Organisations [sic], Communities and Nations* 9(1) (2009): p. 147-64.
10. Harrison Adeniyi e Rachael Bello, "Urban Linguistics in Nigeria: A Case of Language Use in Lagos Metropolis", *Iranian Journal of Language Studies* 1(2) (April 2007): p. 119-32.
11. Abiola Johnson, "Lagos 'Governor' Can't Speak Yoruba", Lagos Politics (blog), 5 February 2015, acesso em 28 out. 2015, <http://lagospolitics.com/politics/lagos-governor-cant-speak-yoruba>.
12. Adeniyi e Bello, "Urban Linguistics", p. 124-125.
13. Kwesi Kwaa Prah, "Multilingualism in Urban Africa: Bane or Blessing?" *Journal of Multicultural Discourses* 5(2) (July 2010): p. 169-82.
14. United States Census Bureau, "American Community Survey 5-Year Estimates (2009-2013)", acesso em 28 out. 2015, [http://factfinder2.census.gov/bkmk/table/1.0/en/ACS/13\\_5YR/DP02/160000US3651000|0400000US36](http://factfinder2.census.gov/bkmk/table/1.0/en/ACS/13_5YR/DP02/160000US3651000|0400000US36).
15. "ESL, Citizenship, & Vocational Services", Shorefront YM-YWHA of Brighton-Manhattan Beach, Inc. website, 2015, acesso em 28 out. 2015, <http://www.shorefronty.org/community-support/esl-citizenship-vocational-services>; "Services Provided by CCBA", Chinese Consolidated Benevolent Society website, acesso em 28 out. 2015, <http://www.ccbany.org/eservices.html>.
16. Federal Emergency Management Agency, "A Trust Grows in Brooklyn; Working with Local Community Groups to Reach Out to the Borough's Russian-Jewish Population", Department of Homeland Security website, 10 January 2013, acesso em 28 out. 2015, <https://www.fema.gov/disaster/4085/updates/trust-grows-brooklyn-working-local-community-groups-reach-out-boroughs-russian>.
17. Rocco Parascandola, "Cops and Comrades: NYPD Gets Its First Russian Fraternal Group", *NY Daily News*, 10 February 2015, acesso em 28 out. 2015, <http://nydn.us/1CQ0j5Q>.
18. "Statement of Purpose", Russian American Officers Association website, acesso em 28 out. 2015, <http://www.raoa.net/>.
19. Ben Wisner, "Disaster Risk Reduction in Megacities: Making the Most of Human and Social Capital", *Building Safer Cities: The Future of Disaster Risk* (Washington, DC: The World Bank Disaster Management Facility, 2003), p. 181-96, acesso em 28 out. 2015, [http://www-wds.worldbank.org/servlet/WDSContentServer/WDSP/IB/2003/12/05/000012009\\_20031205154931/Rendered/PDF/272110PAPER0Building0safer0cities.pdf](http://www-wds.worldbank.org/servlet/WDSContentServer/WDSP/IB/2003/12/05/000012009_20031205154931/Rendered/PDF/272110PAPER0Building0safer0cities.pdf).
20. Indian Readership Survey, Media Research Users Council report, 2013, acesso em 28 out. 2015, [http://mruc.net/sites/default/files/jrs\\_2013\\_topline\\_findings.pdf](http://mruc.net/sites/default/files/jrs_2013_topline_findings.pdf).
21. "Nigerian Newspapers", Online Newspapers website, acesso em 28 out. 2015, <http://www.onlinenewspapers.com/nigeria.htm>.
22. Adeniyi e Bello, "Urban Linguistics in Nigeria", p. 126-27.
23. Delia Mocanu et al., "The Twitter of Babel: Mapping World Languages through Microblogging Platforms", *PLoS ONE* 8(4) (18 April 2013): p. 1-9; Amr Magdy et al., "Exploiting Geo-tagged Tweets to Understand Localized Language Diversity", *Proceedings of the International ACM Workshop on Managing and Mining Enriched Geo-spatial Data, GeoRich 2014* (New York: Association for Computing Machinery, 27 June 2014), p. 7-12.
24. "Twitter Reaches Half a Billion Accounts—More Than 140 Millions in the U.S.", *SemioCast* website, 30 July 2012, acesso em 28 out. 2015, [http://semioCast.com/en/publications/2012\\_07\\_30\\_Twitter\\_reaches\\_half\\_a\\_billion\\_accounts\\_140m\\_in\\_the\\_US](http://semioCast.com/en/publications/2012_07_30_Twitter_reaches_half_a_billion_accounts_140m_in_the_US).
25. Magdy et al., "Exploiting Geo-tagged Tweets".
26. Simon Rogers, "Twitter's Languages of New York Mapped", *The Guardian* website, 21 February 2013, acesso em 28 out. 2015, <http://www.theguardian.com/news/datablog/interactive/2013/feb/21/twitter-languages-new-york-mapped>.
27. James Cheshire, Ed Manley e John Barratt, "New York's Twitter Languages", *Centre for Advanced Spatial Analysis* interactive map, acesso em 28 out. 2015, <http://ny.spatial.ly/>.



# **Military Review**

**A Revista Profissional do Exército dos EUA**

**Cansado de esperar pela próxima edição para ler os artigos da *Military Review*?**

Não é preciso mais esperar: a nova seção *MR Spotlight* já está *on-line*! Ela apresenta um novo artigo a cada duas semanas. Assim, você pode acessar mais informações, com mais frequência.

**Leia artigos recentes ou de edições anteriores:**

Acesse <http://usacac.army.mil/CAC2/MilitaryReview/index.asp> ou clique no link "[MR Spotlight](#)".

**Contribua com seus comentários!**

As páginas oficiais da *Military Review* estão disponíveis nos sites [Facebook](#) e [Twitter](#), para que os leitores possam contribuir com seus comentários sobre o conteúdo e o visual da revista. Também incentivamos o debate profissional sobre todos os artigos publicados na *Military Review*.

**"A *Military Review* é um importante fórum de discussão, que ajuda a direcionar o diálogo da nossa profissão."**

**—Gen Ex Raymond T. Odierno**